

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

BETINA THOMAZ SAUTER

**A PROCURA DA ÍNDIA PELA ESTABILIZAÇÃO REGIONAL:
A APROXIMAÇÃO COM A UNIÃO SOVIÉTICA ATÉ A GUERRA DE BANGLADESH**

Porto Alegre

2020

BETINA THOMAZ SAUTER

**A PROCURA DA ÍNDIA PELA ESTABILIZAÇÃO REGIONAL:
A APROXIMAÇÃO COM A UNIÃO SOVIÉTICA ATÉ A GUERRA DE BANGLADESH**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Sauter, Betina Thomaz

A procura da Índia pela estabilização regional: a aproximação com a União Soviética até a Guerra de Bangladesh / Betina Thomaz Sauter. -- 2020.
124 f.

Orientador: Andrés Ernesto Ferrari Haines.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Política Externa. 2. Índia. 3. União Soviética.
4. Guerra de Bangladesh. I. Haines, Andrés Ernesto Ferrari, orient. II. Título.

BETINA THOMAZ SAUTER

**A PROCURA DA ÍNDIA PELA ESTABILIZAÇÃO REGIONAL:
A APROXIMAÇÃO COM A UNIÃO SOVIÉTICA ATÉ A GUERRA DE BANGLADESH**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines

Aprovada em Porto Alegre, 28 de agosto de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines - Orientador
UFRGS

Prof. Dra. Jacqueline Angélica Hernández Haffner
UFRGS

Prof. Dr. Gabriel Pessin Adam
ESPM-Sul

Prof. Dra. Luiza Peruffo
UFRGS

À Maria Beatriz e ao Leonardo,
pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

A origem desta pesquisa está no meu desenvolvimento enquanto pesquisadora e no acúmulo de experiências acadêmicas que tive até então, principalmente com pesquisas realizadas relacionadas com a parceria estratégica entre a Índia e a Federação Russa no pós-Guerra Fria e o conflito histórico entre Índia e Paquistão. Ressalto, entretanto, que essa jornada não seria possível sem a educação que recebi e o amor pela História que desenvolvi graças a professores que encontrei em minha trajetória na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-Sul), onde cursei a graduação em Relações Internacionais. Destaco as conversas com a Profa. Dra. Ana Regina Falkembach Simão, que me incentivaram a pesquisar sobre a Índia ainda na graduação; e a orientação e o encorajamento do Prof. Dr. Gabriel Pessin Adam, que me facilitaram decidir por seguir uma carreira acadêmica. Guardo até hoje com grande carinho o livro que ele me presenteou com uma dedicatória me apoiando a seguir esse caminho profissional. No contexto da minha jornada acadêmica, também sou grata à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela educação pública, gratuita e de qualidade a que tive acesso durante a pós-graduação e a bolsa de estudos fornecida pela Agência Federal de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilitou a realização deste mestrado.

O Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS tem sido minha casa intelectual e profissional nos últimos anos. Sou grata por seu apoio, bem como pelas pessoas que conheci nele. Em especial, agradeço à Profa. Dra. Jacqueline Angélica Hernández Haffner e ao Prof. Dr. Marcelo Milan, pela imensa demonstração de fé em mim como jovem pesquisadora e por seu apoio indispensável. Agradeço igualmente ao Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines, meu orientador e mentor desde quando comecei a pesquisar na instituição, antes mesmo de entrar para a pós-graduação, enquanto eu cursava Ciências Sociais. Ele me incentivou a desenvolver conhecimento sobre a Índia e me desafiou a pesquisar sobre o conflito histórico entre Índia e Paquistão pela perspectiva indiana. Além disso, ele me deu o espaço e o incentivo necessários para que eu pudesse contribuir de maneira própria para o mundo acadêmico. Aos membros da banca examinadora, Profa. Dra. Jacqueline Angélica Hernández Haffner, Prof. Dr. Gabriel Pessin Adam e Profa. Dra. Luiza Peruffo, sou grata por aceitarem o convite e disporem parte de seu tempo para lerem e contribuírem com este estudo.

Este projeto também não teria sido possível sem o apoio do Núcleo de Estudos sobre os BRICS (NEBRICS) da Faculdade de Ciências Econômicas, que me acolheu durante esta

jornada. Do mesmo modo, agradeço ao projeto de extensão Oficina de Estudos sobre China e Leste Asiático (OfChiLA), que viabiliza debates, troca de experiências, pesquisa e produção intelectual sobre as relações internacionais asiáticas. Ressalto, sobretudo, o espaço que foi aberto na Oficina para o debate do conteúdo da minha pesquisa. Graças às contribuições ao texto dos colegas Dr. Erik Herejk Ribeiro, Me. Athos Munhoz Moreira da Silva e Me. Rômulo Barizon Pitt e às observações de Me. João Rodrigues Chiarelli, Me. Vinícius Lerina Fialho, Me. Luís Rodrigo Machado e Carlos Renato Ungaretti, minha pesquisa se tornou mais refinada. Cabe aqui também agradecimento especial aos bolsistas de graduação da OfChiLA que a tornam operacionalmente possível: Rafael Fernandes Franceschi, Letícia de Oliveira Gomes e Natan de Oliveira Shumann.

Vários amigos, colegas e familiares certificaram-se de que eu não estivesse sozinha na jornada que resultou nesta pesquisa de mestrado. Eles forneceram conselhos, *feedback*, amizade e apoio, suportaram minhas lamentações e dúvidas e tornaram esse empreendimento realizável. Nesse sentido, devo uma gratidão imensa a Marianna de Oliveira Rodrigues, Enrique Javier Salgado, Giana Antunes Bess e Cristiane Maciel Soares. Esta pesquisa também não teria sido possível sem minha mãe e meu irmão, Maria Beatriz Thomaz Sauter e Leonardo Thomaz Sauter. Este trabalho é um produto de seu amor, apoio e generosidade e é tanto deles quanto meu. É a eles que dedico esta dissertação, com muito amor e gratidão.

“Seja como for, a Índia não mais será apenas um instrumento passivo do destino ou da vontade dos outros.” (NEHRU, 2013, p.27)

RESUMO

Esta dissertação analisa como a procura da política externa da Índia pela estabilização regional provocou a aproximação do país com a União Soviética (URSS) até a Guerra de Bangladesh, também conhecida como Terceira Guerra Indo-Paquistanesa. A hipótese é que a aproximação da Índia com a URSS esteve interligada a duas estratégias da política externa indiana para a estabilização regional: uma com enfoque na diplomacia e no desenvolvimento econômico, e outra com ênfase na primazia militar regional aliada à exploração da divisão de poder das grandes potências. Compreendendo a relação entre a geografia do Estado-nação indiano e a elaboração de sua política externa a partir de uma visão “de dentro para fora” da região, esta pesquisa busca privilegiar uma leitura pós-ocidental das relações internacionais. Assim, com uma análise de cunho geopolítico e histórico, a dissertação está desenvolvida na seguinte ordem: a formação da política externa da Índia com o marco da independência e a produção da dinâmica regional; a reação da Índia à chegada da Guerra Fria na região e o início das relações do país com a URSS; a ruptura da estratégia política da Índia em meio à mudança da dinâmica regional e sua relação com a URSS; e, por fim, a redefinição da política externa da Índia e o alcance da estabilização regional com o apoio soviético. As conclusões desta pesquisa apontam que a aproximação da Índia com a URSS no período foi facilitada pelas duas estratégias de política externa voltadas para a estabilização regional apresentadas na hipótese. Portanto, a abordagem da Índia em relação à URSS é considerada estratégica para o país no período em questão.

Palavras-chave: Política externa. Índia. União Soviética. Guerra de Bangladesh.

ABSTRACT

This thesis analyzes how India's foreign policy search for regional stabilization brought the country closer to the Soviet Union (USSR) until the Bangladesh War, also known as the Third Indo-Pakistani War. The hypothesis is that India's rapprochement with the USSR was linked to two Indian foreign policy strategies for regional stabilization: one that focused on diplomacy and economic development and another that emphasized regional military primacy combined with the exploitation of the division of power of the great powers. By understanding the relationship between the geography of the Indian nation-state and the elaboration of its foreign policy through an “inside-out” view of the region, this research seeks to privilege a post-Western reading of international relations. Thus, with an analysis of geopolitical and historical nature, the thesis is structured in the following order: the formation of India's foreign policy with its independence and the production of regional dynamics; India's reaction to the arrival of the Cold War in the region and the beginning of the country's relations with the USSR; the rupture of India's political strategy amid changing regional dynamics and its relationship with the USSR; and, finally, the redefinition of India's foreign policy and the achievement of regional stabilization with Soviet support. The conclusions of this research point out that India's approach to the USSR in the period was facilitated by the two foreign policy strategies aimed at regional stabilization presented in the hypothesis. Therefore, India's approach to the USSR is considered strategic for the country during the analyzed period.

Keywords: Foreign Policy. India. Soviet Union. Bangladesh War.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – A proximidade geográfica da Índia e da União Soviética (1947-1991).....	14
Mapa 2 – Os Estados-nação da Índia e do Paquistão no pós-partição (1947-1949)	32
Mapa 3 – A disputa sob o território da Caxemira entre Índia e Paquistão (1947-2020).....	35
Mapa 4 – As disputas fronteiriças entre Índia e República Popular da China (1949-2020)	62
Mapa 5 – Os Estados da Índia, do Paquistão e de Bangladesh (1971-2020)	97
Mapa 6 – A distância geográfica entre a Índia e a Federação Russa (1991-2020).....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENTO	Organização do Tratado Central
CIA	Agência Central de Inteligência
COMECON	Conselho para Assistência Econômica Mútua
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
IBAS	Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
LAC	Linha de Controle Real
NEFA	Agência de Fronteira Nordeste
NWFP	Província da Fronteira Noroeste
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico do Norte
PCCh	Partido Comunista da China
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PLA	Exército Popular de Libertação
ROC	República da China
RPC	República Popular da China
SEATO	Organização do Tratado do Sudeste Asiático
TASS	Agência Telegráfica da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A FORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DA ÍNDIA COM O MARCO DA INDEPENDÊNCIA E A PRODUÇÃO DA DINÂMICA REGIONAL	20
2.1	A RIVALIDADE POLÍTICA ENTRE NACIONALISTAS E MUÇULMANOS E A INESPERADA “SOLUÇÃO DE DUAS NAÇÕES”	20
2.2	A FORMAÇÃO DA RIVALIDADE ESTRATÉGICA ENTRE ÍNDIA E PAQUISTÃO COM A PARTIÇÃO E A GUERRA DA CAXEMIRA	29
2.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	40
3	A REAÇÃO DA ÍNDIA À CHEGADA DA GUERRA FRIA NA REGIÃO E O INÍCIO DAS RELAÇÕES DO PAÍS COM A UNIÃO SOVIÉTICA	42
3.1	A REAÇÃO INDIANA À CHEGADA DA GUERRA FRIA AO SUBCONTINENTE COM O PACTO ENTRE ESTADOS UNIDOS E PAQUISTÃO	42
3.2	A CONSTRUÇÃO DOS LAÇOS DA ÍNDIA COM A UNIÃO SOVIÉTICA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA INDIANO	48
3.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	57
4	A RUPTURA DA ESTRATÉGIA POLÍTICA DA ÍNDIA EM MEIO À MUDANÇA DA DINÂMICA REGIONAL E DOS LAÇOS INDO-SOVIÉTICOS	59
4.1	OS BREVES LAÇOS DE AMIZADE ENTRE ÍNDIA E CHINA EM MEIO À EMERGENTE DISPUTA FRONTEIRIÇA NO TIBETE.....	59
4.2	A POSIÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA NO CONFLITO SINO-INDIANO E SEUS IMPACTOS PARA A RELAÇÃO INDO-SOVIÉTICA.....	68
4.3	A BREVE <i>DÉTENTE</i> SOVIÉTICO-PAQUISTANESA COM A MAIOR PRESENÇA DA CHINA NO SUL DA ÁSIA E A SEGUNDA GUERRA PELA CAXEMIRA.....	78
4.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	87

5	A REDEFINIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DA ÍNDIA E O ALCANCE DA ... ESTABILIZAÇÃO REGIONAL COM O APOIO SOVIÉTICO.....	89
5.1	O TRIÂNGULO ESTADOS UNIDOS-PAQUISTÃO-CHINA E O TRATADO INDO-SOVIÉTICO EM MEIO À GUERRA DE BANGLADESH.....	89
5.2	A RELAÇÃO DA ÍNDIA COM A UNIÃO SOVIÉTICA DO PÓS-GUERRA DE BANGLADESH AO FIM DO CONFLITO BIPOLAR	99
5.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	108
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS	111
	ANEXO A – TRATADO INDO-SOVIÉTICO DE PAZ, AMIZADE E COOPERAÇÃO.....	120

1 INTRODUÇÃO

Este estudo realiza uma análise da procura da política externa da Índia pela estabilização regional desde sua independência e da aproximação do país com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) até a Guerra de Bangladesh. O contexto da formação de um Estado-nação à imagem europeia no subcontinente deixou marcas na política externa indiana, uma vez que a descolonização não foi apenas uma exigência às liberdades políticas, mas também uma reivindicação de legitimidade à nação. Esse processo promoveu um vínculo entre a conquista do território e a soberania, situação que resultou na dificuldade em resolver disputas fronteiriças interestatais na região e tornou o Paquistão uma preocupação central na política externa indiana. Em vista disso, a Índia passou a estabelecer estratégias para a estabilização regional, as quais levaram a uma aproximação do país com a URSS durante a Guerra Fria, apesar da manutenção do *status* de não alinhamento. O ponto mais alto da relação da Índia com a URSS se dá com a Guerra de Bangladesh, que produz como resultado o enfraquecimento do Paquistão com o surgimento de um novo Estado-nação na região, bem como o alcance da estabilização regional a favor da Índia no subcontinente neste período. É nesse contexto que se situa a investigação conduzida nesta pesquisa, a qual busca responder à pergunta: como a procura da Índia pela a estabilização regional provocou a aproximação do país com URSS até a Guerra de Bangladesh? A hipótese é que a aproximação da Índia com a URSS esteve interligada a duas estratégias da política externa indiana: uma com enfoque na diplomacia e no desenvolvimento econômico, outra com ênfase na primazia militar regional aliada à exploração da divisão de poder das grandes potências. Nesse sentido, o objetivo principal desta dissertação é analisar o processo de aproximação da Índia com a URSS até a Guerra de Bangladesh pela perspectiva da política externa indiana. Os objetivos específicos da pesquisa se desdobram em: descrever a formação da política externa da Índia com o marco da independência e a produção da dinâmica regional; entender a reação da Índia à chegada da Guerra Fria na região e o início das relações do país com a URSS; investigar a ruptura da estratégia da Índia em meio à mudança da dinâmica regional e sua relação com a URSS; e, por fim, analisar a redefinição da política externa da Índia e o alcance da estabilização regional com o apoio soviético.

Esta pesquisa se justifica, no âmbito acadêmico, por contribuir com o debate sobre a desmistificação da política de não alinhamento como uma postura de neutralidade, além de se afastar da simplificação binária da política externa indiana do período em idealismo ou realismo. De acordo com Acharya e Buzan (2010), o conceito da política de não alinhamento

era em muitos aspectos independente do contexto de bipolaridade, promovendo uma ideia de regionalismo não excludente, em oposição aos blocos militares baseados no modelo clássico de equilíbrio de poder europeu.

Mapa 1 – A proximidade geográfica da Índia e da União Soviética (1947-1991)



Fonte: adaptado de CIA (1987).

Além disso, segundo Behera (2007, 2010), o não alinhamento criou uma coalizão que apoiou o processo de descolonização e modificou o cenário geopolítico do mundo. No entanto, a maioria das análises dessa abordagem, realizada por especialistas ocidentais na época, como Armstrong (1956) e Debrah (1961), descartou o não alinhamento como uma “variante de neutralidade” no conflito bipolar, uma vez que se adequava aos interesses das potências. Essa situação continua a afetar as análises contemporâneas. Como aponta Singh (2019), existe também uma representação da política externa da Índia em termos de um contraste reducionista entre perspectivas idealistas e realistas durante a Guerra Fria, retratados pelos os governos de Nehru (1947-1954) e Indira Gandhi (1966-1977 e 1980-1984). O estudo de Nayar e Paul (2003) sobre a busca da Índia por um *status* de grande potência é um exemplo disso, afirmando a passagem de uma política externa de fase inicial idealista para uma transição ao realismo. Outros estudos, como Dixit (2004) e Sagar (2009), continuam a apontar a existência de uma dualidade entre o realismo e o idealismo na política externa indiana contemporânea. Assim, estudos sobre a política externa da Índia durante a Guerra Fria, principalmente aqueles que contam com um viés analítico pós-ocidental, continuam gerando debates e realizando contribuições acadêmicas relevantes.

A presente dissertação também se justifica por configurar uma possibilidade de contribuição para a ampliação do debate acadêmico brasileiro sobre a política externa da Índia e as relações internacionais na região asiática. No banco de pesquisas de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao procurar pelo termo “Índia” na área de avaliação de Ciência Política e Relações Internacionais, foram encontradas 68 pesquisas sobre o termo no período de 2013 a 2019, sendo elas 51 dissertações e 17 teses. Destaca-se que este estudo é um esforço para a valorização do pensamento brasileiro sobre questões internacionais, especialmente porque tanto a Índia quanto a Ásia afetam o mundo contemporâneo em aspectos políticos, econômicos e securitários. No âmbito social, a justificativa desta pesquisa se alinha ao esforço de ajudar a entender os interesses e as complexidades estratégicas de um parceiro do Brasil no âmbito Sul-Sul, tanto em plataformas multilaterais, como o G20, o IBAS, o G4, e o BRICS, quanto em âmbito bilateral. Conforme o Ministério das Relações Exteriores da Índia, o Brasil e a Índia assinaram um acordo de cooperação em defesa em 2003, e uma parceria estratégica em 2016, a qual tornou a Índia o 11º maior parceiro comercial do Brasil naquele ano, ascendendo para a 8ª posição nos primeiros meses de 2017 (MEA, 2018). Desse modo, esta pesquisa procura contribuir com a construção de um repositório de conhecimento sobre a Índia e as relações internacionais da Ásia que auxilie na tomada de decisões e construção de políticas no Brasil.

Para responder como a procura da Índia pela a estabilização regional provocou a aproximação do país com URSS até a Guerra de Bangladesh, esta pesquisa adota uma abordagem histórica e geopolítica que procura promover uma visão de “dentro para fora” da região. Nesse contexto, trabalha-se inicialmente com a relação entre a geografia do Estado-nação indiano e a elaboração de sua política externa, para então realizar uma análise da aproximação da Índia com a URSS no marco do conflito bipolar. Desse modo, em relação ao aspecto teórico-metodológico do presente estudo, reforça-se a existência da intenção de privilegiar uma leitura não ocidental das relações internacionais. Em outras palavras, ao promover uma visão da relação da Índia com a URSS a partir dos interesses indianos, o estudo não prioriza as estratégias sistêmicas das potências da época em sua investigação, de maneira que vai na contramão de utilizar a teoria e a história tradicional das relações internacionais (que têm grande domínio anglo-estadunidense) como matéria analítica. Segundo Acharya e Buzan (2010), as teorias de relações internacionais tradicionais se apresentam como neutras, no entanto, representam não apenas uma determinada maneira de analisar, mas também uma visão de mundo específica. Assim, embora sejam apresentadas como teorias universais e de fato aceitas como tal por muitos, podem ser vistas como “falando” pelo ocidente no interesse de sustentar sua influência. Nesse contexto, outra questão importante, a qual é levantada por Buzan e Little (2000; 2010), é que as teorias tradicionais de relações internacionais operam dentro de uma “camisa de força” metodológica, que limita o potencial de compreensão e explicação das relações internacionais – situação que está relacionada com suas tendências muitas vezes a-históricas e eurocêntricas.

Seguindo essa discussão, esta dissertação opta por realizar um contraponto à visão teórico-metodológica tradicional e adere à proposta de Behera (2007, 2010) de que é necessário “reimaginar” as relações internacionais, repensando o conhecimento que constituiu o campo para que este seja mais inclusivo a outras perspectivas. Sendo assim, trabalha-se aqui com um cunho histórico que parte de dois estudos sobre a relação entre política externa e geopolítica no contexto indiano para então analisar a aproximação da Índia com a URSS até a Guerra de Bangladesh. O primeiro estudo é o de Abraham (2014), que trabalha como a concepção de um Estado-nação moderno à imagem europeia impactou a formação da política externa indiana. Com efeitos políticos de longo prazo no âmbito doméstico e regional, o autor demonstra como a geopolítica e a diáspora pós-colonial foram situações práticas que tornaram o território um aspecto central da política externa e influenciaram as relações da Índia tanto com o Paquistão quanto com a República Popular da China (RPC), dado que as disputas fronteiriças ficaram interligadas à conquista de sua soberania e território. Ou seja, a soberania do Estado-nação se

confundiu com o controle territorial e a perda do território passou a ser identificada como uma crise de soberania. O segundo estudo é o de Singh (2019), que trabalha com a formulação geopolítica da política externa indiana durante a Guerra Fria e se debruça sobre suas principais mudanças no período. De acordo com o autor, a geopolítica clássica foi percebida na Índia como tendo contribuído para a partição do subcontinente. Assim, Nehru e Indira Gandhi produziram um tipo de geopolítica crítica, na qual ambos buscavam espaço para uma Índia não alinhada ao sistema bipolar. Para Nehru, isso significava desenvolver uma filosofia regional alternativa de relações interestatais, em que os dilemas de segurança pudessem ser silenciados na Ásia e na vizinhança imediata da Índia. Para Indira Gandhi, consistia em desenvolver uma ordem sub-regional em que o envolvimento externo pudesse ser restringido e a liderança indiana na região afirmada. No entanto, em ambos os casos, a centralidade da Índia no sul da Ásia não mudava. Assim, tal pesquisa é realizada a partir de abordagens de lideranças asiáticas que tiveram uma conduta independente das tradições intelectuais ocidentais em resposta às circunstâncias regionais e sistêmicas.

Os dois estudos utilizados como ponto de partida para a realização desta dissertação trabalham com uma geopolítica crítica de cunho pós-colonial. Ademais, a própria ideia de uma análise de “dentro para fora” da região desafia a geopolítica ortodoxa. Segundo Singh (2019), a geopolítica clássica geralmente atribui ou prescreve papéis ao Estado-nação pela imagem de mundo do estudioso ou da grande potência. A geopolítica crítica, por outro lado, busca compreender as concepções presentes na elaboração da política internacional e a relação entre um Estado-nação e seu ambiente físico. Assim, se a geopolítica clássica é sobre o estudo do impacto da geografia na política externa, a geopolítica crítica é sobre a identificação das estratégias dos formuladores de políticas em relação ao ambiente espacial em torno de um Estado-nação. Observa-se que o autor concorda com Kelly (2006) ao defender que o estudo continuado do impacto da geografia na política externa e do contexto do processo de tomada de decisão dessa política pode contribuir para análises mais completas da geopolítica na geografia política e na política internacional. Isso porque a geopolítica crítica não foi desenvolvida no âmbito das relações internacionais, mas da geografia, a partir da teoria crítica das ciências sociais. Como aponta Grygiel (2006), a geografia desapareceu do estudo da política e particularmente da política internacional por duas razões: primeiro, os estudos geograficamente informados foram muitas vezes marcados pelo determinismo; segundo, a crescente abstração da teoria das relações internacionais levou a uma desvalorização da geografia. Nesse sentido, acredita-se que perspectiva apresentada pode contribuir para o retorno da geografia como uma variável importante nas análises das relações internacionais.

Dessa maneira, esta pesquisa tem a intenção de contribuir com a promoção dos estudos pós-ocidentais no cenário brasileiro, bem como de sinalizar a importância da geopolítica na política internacional.

Em termos práticos, para tornar possível a realização deste estudo, trabalha-se com uma pesquisa qualitativa, que, com base em seus objetivos, pode ser classificada como descritiva e explicativa. Esse método se mostra adequado devido à quantidade de dados históricos presentes na pesquisa a serem descritos detalhadamente para que se possa fazer uma análise profunda e se chegar ao entendimento da aproximação da Índia com a URSS até a Guerra de Bangladesh pela política externa indiana. O método científico utilizado para a realização da pesquisa será o hipotético-dedutivo, já que há uma hipótese estabelecida e se buscará, a partir dela, construir uma conclusão sobre o tema proposto. O procedimento utilizado na pesquisa será o bibliográfico e documental, dada a abordagem geopolítica e histórica utilizada para análise, promovendo um exame de dados que busca de entender o desenvolvimento da política externa da Índia e a relação do país com a URSS. Dessa maneira, a pesquisa é realizada a partir do estudo de bibliografia, fontes secundárias relacionadas ao tema, preferencialmente de autores indianos; e de documentos, fontes primárias que remetem a acordos assinados entre a Índia e a URSS que sejam importantes para responder o problema de pesquisa. Neste último tópico, se dá atenção especial para o Tratado Indo-Soviético de Paz, Amizade e Cooperação que foi assinado alguns meses antes da Guerra de Bangladesh. Ambos os métodos são utilizados na pesquisa para que o trabalho seja fundamentado a partir do ponto de vista indiano durante a Guerra Fria. A pesquisa também trabalha com uma análise de cunho geopolítico, passando por uma operacionalização dos fatos históricos sobre o relacionamento da política externa da Índia e da aproximação do país com a URSS. Nesse sentido, destaca-se o desenvolvimento de uma visão holística para a análise proposta, a qual possibilita a compreensão dos eventos em função das inter-relações que emergem do contexto histórico.

Isso posto, este estudo está dividido em seis capítulos. O Capítulo 1 consiste nesta introdução. O Capítulo 2 trata do processo de independência indiano e de partição do subcontinente, no qual percebe-se o impacto da adaptação da Índia à formulação de um Estado-nação moderno à imagem europeia, com influências na formação de sua política externa, em especial na disputa fronteiriça com o Paquistão na região. O Capítulo 3 versa sobre a reação da Índia à chegada da Guerra Fria na região e o início das relações do país com a URSS. A aliança entre os Estados Unidos da América (EUA) e o Paquistão não se traduziu em uma contra-aliança indiana no conflito bipolar, mas na promoção de uma estratégia própria de cunho extra regional com a aproximação do país com a RPC para manter região estável e promover os

interesses indianos de desenvolvimento econômico, situação que então permitiu, em conjunto com a mudança da política soviética para os países do Terceiro Mundo, a construção dos laços da Índia com a URSS em âmbito econômico e político. O Capítulo 4 aborda os breves laços de amizade entre a Índia e a RPC e a disputa fronteiriça entre os dois países, a qual leva a uma reformulação das relações internacionais na região e à aproximação do Paquistão aos chineses. Nesse contexto, a estratégia de política externa indiana passa por uma ruptura e, com a crescente rivalidade sino-soviética, os laços entre a Índia e a URSS são aprofundados, agora em âmbito militar. Além disso, a política acaba por refletir o aceite indiano do desenvolvimento das relações da URSS com o Paquistão nesse período. O Capítulo 5 realiza uma análise do ponto alto da aproximação da Índia com a URSS com a assinatura do Tratado de Paz, Amizade e Cooperação e o apoio soviético à Índia na Guerra de Bangladesh, em meio a aproximação sino-estadunidense mediada pelo Paquistão. O resultado dessa guerra modifica a geografia do subcontinente, sendo que quando Bangladesh tornou-se independente, o Paquistão perdeu quase metade de seu território e população. Nesse processo, é possível observar a mudança na estratégia da política externa indiana, que se concentra no subcontinente na promoção da estabilidade regional, a qual depois de alcançada enfraquece os laços do país com a URSS. O Capítulo 6 apresenta as conclusões desta dissertação.

2 A FORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DA ÍNDIA COM O MARCO DA INDEPENDÊNCIA E A PRODUÇÃO DA DINÂMICA REGIONAL

Este capítulo descreve o impacto do processo de independência da Índia britânica e da partição do subcontinente nos Estados-nação da Índia e do Paquistão na formação da política externa indiana e na produção de uma dinâmica regional. Com isso em vista, está dividido em dois subcapítulos: a rivalidade política entre nacionalistas e muçulmanos e a inesperada “solução de duas nações”; em seguida, a formação da rivalidade estratégica entre Índia e Paquistão com a partição e a Guerra da Caxemira.

2.1 A RIVALIDADE POLÍTICA ENTRE NACIONALISTAS E MUÇULMANOS E A INESPERADA “SOLUÇÃO DE DUAS NAÇÕES”

Quando a Índia se tornou independente em 1947, o país precisou enfrentar a realidade da divisão do território e dos recursos da então Índia britânica com o Paquistão, o que causou grandes implicações para a geopolítica e a política externa do país. A partição não aconteceu ao acaso, o esforço inicial de conquista da independência da colonização britânica não sustentava a divisão territorial em dois Estados separados. Tal divisão foi consequência da estratégia política britânica de “dividir e governar” para a manutenção da colônia, a qual criou um ambiente de competição e rivalidade política entre nacionalistas e muçulmanos e culminou na aceitação da “solução de duas nações”. Sendo assim, neste subcapítulo procura-se entender como surgiu essa rivalidade política no processo de independência da Índia britânica, que resultou na formação dos Estados-nação da Índia e do Paquistão e suas relações ontologicamente hostis. Nesse contexto, destaca-se o apoio britânico à formação de uma frente de oposição ao movimento nacionalista indiano, formado em sua maioria por intelectuais e políticos hindus e por uma elite muçulmana em meio ao enfraquecimento da Grã-Bretanha no sistema internacional. Essa situação procurava manter os interesses geopolíticos e econômicos britânicos na região, porém culminou na controversa partição do subcontinente, de modo que se considera que esta análise é importante para compreender o contexto do marco da independência da Índia como Estado-nação e necessariamente o processo de partição, o qual teve impactos na política externa de ambos os países resultantes do fim da colonização britânica na região. Essa conjuntura posteriormente envolve o posicionamento de ambos no conflito bipolar e ajuda a entender a política externa da Índia frente à Guerra Fria e, em especial, o desenvolvimento de sua relação com a URSS.

Em 1905, ocorreu um marco na estratégia britânica de “dividir e governar” com a reorganização territorial da Presidência de Bengala implementada pelo Raj britânico. O motivo para dividir Bengala havia sido político, apesar da ideia de a partição da região ter sido levantada apenas por questões administrativas (CHANDRA, 2016). O nacionalismo indiano estava ganhando força na Índia britânica, e a partição esperava enfraquecer um dos principais centros nacionalistas da época. A estratégia adotada pelos britânicos foi de dividir a região pela religião, para incitar as comunidades muçulmanas a fazerem oposição política ao movimento nacionalista organizado pelo Partido do Congresso¹ desde 1885 na Índia britânica. A integração da elite muçulmana ao Congresso Nacional Indiano foi uma questão em aberto até o início do século. No ano de 1887, a participação muçulmana nas sessões do Congresso atingiu o marco de 14% dos delegados. Entretanto, na década de 1890, quando o conflito comunitário aumentou, dada a exigência de grupos hindus por proteção de vacas e da língua hindi, a disposição muçulmana em apoiar uma instituição majoritariamente hindu como o Congresso declinou. Assim, a partir de 1893, a participação muçulmana no Congresso caiu para 7% dos delegados, e assim permaneceu até 1905 (WALSH, 2006, p. 168). O movimento nacionalista interpretou a política britânica da partição de Bengala como uma estratégia de voltar a população nativa contra si mesma para governar e organizou uma forte oposição à proposta. No entanto, apesar dos protestos, a decisão de dividir a região foi anunciada pelo governo da Índia britânica. Em resposta, os nacionalistas deram início ao movimento Swadeshi², com uma série de boicotes a produtos britânicos e o incentivo de processos de produção nacionais. Os protestos contra a partição de Bengala apenas isolou os líderes muçulmanos ainda mais na política da colônia. Com o aumento dos protestos, predominantemente hindus, o vice-rei da Índia britânica garantiu que os interesses da elite muçulmana fossem considerados em uma nova reforma. A elite muçulmana da Índia, encorajada por esse apoio, formou sua própria organização política sob o nome de Liga Muçulmana em 1906 (CHANDRA, 2016).

¹ O Partido do Congresso Nacional Indiano foi fundado em 1885 por uma elite de políticos e intelectuais indianos, com formação na Grã-Bretanha, interessados na política da colônia, que se viam como representantes de interesse nacional *vis-à-vis* o domínio estrangeiro, principalmente contra os efeitos da “drenagem” da riqueza indiana pela metrópole (WALSH, 2006).

² O movimento Swadeshi foi oficialmente endossado pelo Congresso Nacional e representou a primeira campanha sistemática para incorporar e mobilizar as massas dentro da estrutura de elite do nacionalismo institucional, sendo responsável por radicalizar e generalizar a crítica nacionalista ao colonialismo. Ele objetivava rever as práticas coletivas e individuais de consumo e produção, além de criar um espaço e uma economia nacionais autônomos, sendo assim também um movimento de nacionalização do capital (GOSWAMI, 2004). Esse movimento começou com a divisão de Bengala em 1905 e continuou até 1911 com a reunificação da região, sendo o mais bem-sucedido movimento pré-gandhiano e suas técnicas de resistência passiva formaram a base de posteriores mobilizações de massa nacionalistas.

A região de Bengala foi novamente reunificada em 1911, em resposta aos tumultos gerados pelos protestos contra essa política. Contudo, a reunificação ocorreu somente depois que o governo britânico introduziu as reformas Morley-Minto de 1909, responsáveis por criar um sistema de eleitorados separados para diferentes comunidades, o qual propiciou a competição política entre os nacionalistas e os muçulmanos. Segundo os britânicos, a representação territorial não era adequada para a população da Índia. A representação por classes e interesses era o método que incorporava o princípio eletivo na Constituição dos Conselhos Legislativos da Índia. Portanto, a reforma previa eleitorados separados para a devida representação das diferentes comunidades, classes e interesses. O restante dos assentos no parlamento seria atribuído aos conselhos de municípios e distritos por meio de eleições gerais. Essa reforma tinha por objetivo dividir os nacionalistas e prejudicar a crescente unidade entre os indianos, sendo notória por introduzir o sistema de eleitores separados especificamente para os muçulmanos (GHOSH, 2012). Em outras palavras, o governo britânico, com esse sistema, incentivou a competição entre hindus e muçulmanos pelos assentos no parlamento. Isso porque os muçulmanos só podiam votar em candidatos muçulmanos em círculos eleitorais especialmente reservados para eles, o que incentivou a noção de que os interesses políticos, econômicos e culturais de hindus e muçulmanos eram separados e não comuns. O Partido do Congresso, que representava os interesses do movimento nacionalista, aprovou quatro resoluções contra essas reformas, as quais condenavam especificamente a criação de eleitores separados com base na religião. No entanto, as reformas foram levadas adiante e a divisão entre hindus e muçulmanos se intensificou e provocou uma rivalidade política quase constante durante os anos de 1909-1947 em meio ao processo de independência da colônia britânica (CHANDRA, 2016).

Na sequência desse processo, com a Primeira Guerra Mundial veio a promessa por parte da Grã-Bretanha de um autogoverno para a Índia britânica, processo pelo qual a colônia deveria obter o *status* de *dominion*. Em outras palavras, a declaração de agosto de 1917 prometeu o estabelecimento de um “governo responsável” no subcontinente. O objetivo era aumentar a burocracia indiana para o desenvolvimento gradual de um sistema de autogoverno da colônia dentro do Império britânico. Baseadas nessa declaração, as reformas Montagu-Chelmsford foram aprovadas em 1919 e introduziram um sistema de diarquia – ou seja, de um governo dual – nas províncias. Nesse sistema, embora departamentos como defesa, relações exteriores, direito penal, comunicações e imposto de renda tenham sido retidos pelo governo central, outras áreas como educação, agricultura, infraestrutura e governo local tornaram-se uma reserva dos ministros e legislaturas indianos (GHOSH, 2012). Assim sendo, os assuntos a serem tratados

pelos governos provinciais foram divididos em duas partes: assuntos transferidos e assuntos reservados. Os assuntos reservados seriam administrados pelo governador com a ajuda do conselho executivo e os assuntos transferidos pelo governador com a ajuda dos ministros. Contudo, o governador-geral poderia cancelar qualquer lei aprovada pelo legislativo provincial referente a assuntos transferidos. Além disso, com essas reformas o princípio da representação das diferentes comunidades foi reafirmado e ampliado a outros grupos, como sikhs, cristãos indianos, anglo-indianos e europeus domiciliados. No entanto, essas primeiras reformas foram limitadas: tanto a Liga Muçulmana quanto o Congresso inicialmente tinham preferência pelas reformas constitucionais que haviam sido prometidas pelos britânicos. Apesar das reformas facilitarem a entrada de indianos no serviço público, a principal crítica dos nacionalistas continuava a ser que o sistema de eleitorados separados destruiria a unidade nacional (GHOSH, 2012). Dessa maneira, a Grã-Bretanha continuava a ampliar sua estratégia política de “dividir e governar” na colônia para a manutenção da Índia britânica como parte de seu império.

Também em 1919, apesar das objeções unânimes dos indianos no Conselho Legislativo Imperial, a Lei Rowlatt foi aprovada, permitindo que casos políticos fossem julgados sem júris e suspeitos fossem presos sem julgamento para coibir o crescente aumento nacionalista no país, o que gerou protestos generalizados em toda a colônia, o que levou a Grã-Bretanha a proibir reuniões públicas. Desconhecendo o novo decreto, manifestantes se reuniram nos jardins de Jallianwala Bagh, em Amritsar, e o exército britânico abriu fogo contra a multidão. A indignação pública uniu os indianos em oposição aos britânicos e, na sequência, a rivalidade política entre hindus e muçulmanos teve um intervalo (COLLET, 2007). Nesse mesmo período, os sentimentos anti-britânicos, marcados pelo Movimento Khilafat³, também se sobrepuseram aos interesses do movimento nacionalista indiano e uma aliança foi formada em 1920 com o Congresso Nacional Indiano. O apoio da Liga Muçulmana não foi unânime, alguns líderes do partido, que apoiaram a Grã-Bretanha na guerra, se opuseram ao envolvimento em assuntos internacionais. No entanto, tanto hindus quanto muçulmanos tornaram-se uma parte importante do Movimento de Não Cooperação⁴, liderado por Mohandas K. Gandhi, o qual emergiu como

³ Esse movimento era uma campanha de cunho pan-islâmico lançada por muçulmanos da Índia britânica para restaurar o califa do califado otomano (considerado o líder dos muçulmanos sunitas) como uma autoridade política efetiva. Durante o Império Mogol, os muçulmanos da Índia ignoraram a reivindicação do Império Otomano à liderança da comunidade islâmica. No entanto, embora o califado tivesse pouca conexão com seus antecedentes históricos, com a dissolução iminente do Império Otomano no pós-Primeira Guerra Mundial, a reivindicação da liderança otomana representava o único poder político muçulmano no mundo (WYNBRANDT, 2009).

⁴ O Movimento de Não-Cooperação que ocorreu entre 1920-1922 foi uma campanha nacional de desobediência civil realizada pacificamente e em massa que se espalhou por toda a colônia, a qual visava desafiar a estrutura econômica e de poder colonial para que as autoridades britânicas prestassem atenção nas demandas do

líder do movimento nacionalista indiano. Em protesto, o futuro fundador do Paquistão, Muhammad Ali Jinnah, chamou o movimento de inconstitucional e renunciou ao Partido do Congresso, continuando a fazer parte somente da Liga Muçulmana. O Movimento Khilafat terminou em 1924 quando o Império Otomano foi derrubado e uma república secular foi estabelecida na Turquia independente. Na Índia, a unidade entre hindus e muçulmanos não sobreviveu ao fim do movimento porque líderes muçulmanos de várias províncias se declararam líderes políticos e religiosos e promoveram movimentos para proteger o Islã em suas comunidades. Como resultado, a violência entre a população hindu e a muçulmana aumentou entre 1923 e 1927, e a rivalidade política entre ambas ficou ainda mais evidente (WYNBRANDT, 2009).

A agitação política que ocorreu em grande escala em toda a Índia forçou o governo britânico a nomear a Comissão Simon em 1927, dois anos antes da data prevista para a avaliação das reformas de 1919, a fim de recomendar os próximos passos para o autogoverno do subcontinente. No entanto, nenhum indiano fazia parte da composição da Comissão, a qual tinha como líder John Simon e consistia somente em membros parlamento britânico. Como resultado, em protesto, muitos partidos políticos recusaram-se a colaborar com a delegação e a missão fracassou. Como a Comissão Simon não apresentou um plano de reforma política viável, os britânicos entregaram o problema aos líderes políticos locais (WALSH, 2006). Em 1928, representantes de organizações políticas muçulmanas e do Congresso se reuniram na Conferência de Todas as Partes para redigir uma constituição, mas uma resolução entre os líderes muçulmanos e hindus não foi alcançada. Os direitos das minorias, representadas pelos eleitorados separados, foram a principal questão da disputa, com os muçulmanos em apoio e os hindus, que controlavam o Partido do Congresso, contra. O comitê responsável pela tarefa formado durante a terceira conferência e chefiado por Motilal Nehru, pai do futuro primeiro ministro da Índia Jawaharlal Nehru, recomendou o estabelecimento de uma democracia parlamentar, porém insistiu na abolição de eleitorados separados. Esse informe, que ficou conhecido como Relatório Nehru, foi adotado pelo Congresso sem a adesão das propostas de emendas da Liga Muçulmana, como resultado, a unidade muçulmana foi fortalecida. Em 1929, em resposta ao Relatório Nehru, Jinnah articulou os Quatorze Pontos, contendo uma série de posições sobre os direitos das minorias muçulmanas, e fez deles um pré-requisito para

movimento nacionalista. Um dos principais pontos do movimento foi persuadir todos os indianos a retirar seu trabalho de qualquer atividade que sustentasse o governo e a economia britânica na Índia. O movimento foi cancelado por Gandhi devido ao aumento da violência entre policiais e multidões enfurecidas (CHANDRA, 2016).

concordar com qualquer constituição. O parlamento britânico rejeitou ambos. O Partido do Congresso passou a ter como objetivo alcançar a independência completa e deu início ao Movimento de Desobediência Civil⁵ na colônia. No entanto, a Comissão Simon continuou seu trabalho e apresentou seu relatório em 1930, contendo o futuro quadro constitucional da Índia e a respectiva posição das províncias (GHOSH, 2012).

Ainda no ano de 1930, o governo britânico aceitou esse relatório e convocou a Primeira Mesa Redonda para os líderes políticos da colônia discutirem as novas reformas constitucionais em Londres. Nesse momento, a maioria dos líderes do Partido do Congresso estavam presos por acusações relacionadas ao Movimento de Desobediência Civil e insistiam em boicotar qualquer discussão constitucional futura, a menos que o Relatório Nehru fosse aplicado em sua totalidade como constituição; ainda assim, uma série de delegados participou da conferência. O principal ponto de discussão foi a proposta das autoridades britânicas para a formação de uma federação de províncias semiautônomas, o que ainda poderia permitir a preservação de um poder britânico substancial em seu centro (WALSH, 2006). Essa proposta agradou os príncipes indianos, que controlavam coletivamente cerca de um terço do subcontinente, e os líderes muçulmanos das regiões majoritárias muçulmanas, pois permitiria, respectivamente, a preservação de seus regimes e a manutenção do controle regional. Se opuseram a essa proposta apenas Jinnah, da Liga Muçulmana, presente na conferência e líderes do Congresso, presos na Índia. Contudo, na sequência foi firmado o acordo entre Gandhi e o vice-rei Lord Irwin, que reiniciou o processo de elaboração da constituição com o fim do Movimento de Desobediência Civil e a libertação dos manifestantes presos⁶, agora com a participação do Partido do Congresso nas discussões. No entanto, a Segunda Mesa Redonda foi realizada em 1931 e deixou claro que nenhum governo indiano poderia ser projetado sem um acordo sobre como o poder no centro seria compartilhado. Os delegados entraram novamente em impasse (como em 1928) sobre a questão dos eleitorados separados. Em seu retorno à Índia, Gandhi retomou o Movimento de Desobediência Civil. O novo vice-rei Lord Willingdon ordenou imediatamente que o movimento fosse encerrado e o Partido do Congresso foi declarado ilegal. Sem acordo na Terceira Mesa Redonda em 1932 e com a liderança do Congresso novamente presa, os

⁵ O Movimento da Desobediência Civil de 1930-1931, que teve início com a marcha do sal de Gandhi, marcou uma etapa criticamente importante no progresso da luta anti-imperialista, uma vez que foi o desafio organizado mais significativo à autoridade britânica desde o Movimento de Não-Cooperação, o qual estava atrelado a declaração autogoverno e soberania do país. Ademais, esse movimento ganhou atenção mundial, o que deu maior ímpeto ao movimento nacionalista (CHANDRA, 2016).

⁶ A campanha 1930 foi muito maior que o Movimento de Não-Cooperação, refletindo a maior base de massa desenvolvida pelo Congresso durante a década. No final, segundo estimativas do partido, mais de 90.000 indianos haviam sido presos, quatro vezes mais do que na campanha anterior (WALSH, 2006 p.192).

britânicos formularam uma proposta de constituição para a Índia, a qual resultou na Lei do Governo da Índia de 1935 (WALSH, 2006).

Essa Lei continuou a representar os esforços britânicos para preservar seu poder sobre o governo central da Índia, mesmo cedendo o controle das províncias quase que inteiramente aos indianos eleitos. Isso porque criou uma federação composta por províncias e estados principescos, que deveriam ser respectivamente dirigidos pelos indianos eleitos e pelos príncipes. Contudo, o vice-rei e seu governo continuariam no controle do governo central, com um orçamento e autoridade separados e protegidos sobre defesa e assuntos externos. Desse modo, sua recepção foi morna, dada a ambiguidade do compromisso britânico com o *status* de *dominion* para a colônia. Tanto o Congresso Nacional Indiano quanto a Liga Muçulmana participaram das eleições provinciais do inverno de 1936 a 1937, conduzidas sob estipulação da Lei de 1935. Assim, a autonomia provincial iniciou-se após as eleições realizadas em todo o país, as quais mobilizaram cerca de um sexto da população adulta na época, resultando na conquista da maioria das províncias pelo Congresso, sem que a Liga Muçulmana obtivesse nenhuma província. Ademais, o Partido do Congresso logo se mostrou relutante em incluir muçulmanos em suas administrações, não aceitando que os representantes da Liga Muçulmana participassem do governo se não deixassem seu partido político e ingressassem no Congresso (WYNBRANDT, 2009). Essa situação revitalizou a Liga Muçulmana, que, de alguns milhares de adeptos, em 1939 chegou à casa dos milhões. Para Muhammad Ali Jinnah, então líder da Liga, os governos provinciais do Congresso ilustravam os perigos que o Islã e os muçulmanos na Índia enfrentariam frente a um país governado por um partido dominado por hindus. Em 1940, a Liga Muçulmana, na Resolução de Lahore, baseando-se na “teoria das duas nações”, na qual muçulmanos e hindus são duas nações separadas por definição, concordou que os muçulmanos deveriam ter um Estado autônomo, o Paquistão⁷. Como resultado, a Liga Muçulmana passou a exigir que os territórios em que os muçulmanos eram numericamente majoritários fossem agrupados para construir estados independentes, nos quais as unidades constituintes seriam autônomas e soberanas (WYNBRANDT, 2009)⁸.

⁷ A ideia de um estado indiano islâmico separado havia sido expressa dez anos antes pelo poeta urdu Muhammad Iqbal. O estado imaginado foi nomeado por um estudante muçulmano em Cambridge em 1933, ele o chamou de "Paquistão". Um trocadilho que significava “terra pura” e também era um acrônimo para as principais regiões do norte muçulmano (“p” significa o Punjab, “a” para o Afeganistão, “q” para a Caxemira, “s” para Sindh e “ão” para o Baluchistão) (WALSH, 2006, p.198).

⁸ Alguns estudiosos sugeriram que seu apoio ao Paquistão na década de 1940 começou como uma tática política, um dispositivo para angariar apoio muçulmano a uma Liga Muçulmana mais popular e uma ameaça de forçar concessões de líderes do Congresso, particularmente de Gandhi, para quem a ideia de uma Índia dividida era condenada (WALSH, 2006).

O início da Segunda Guerra Mundial em 1939 deu origem a outro impasse. A Grã-Bretanha, sem consultar as autoridades do governo indiano, arrastou a Índia para a guerra como um país beligerante. O Partido do Congresso respondeu a essa situação exigindo a transferência imediata de poder, que não foi correspondida pelo governo britânico e gerou a renúncia de vários ministros indianos de seus cargos políticos. Enquanto isso, os avanços japoneses em direção à Índia fizeram os britânicos repensarem a situação. O gabinete de guerra britânico, um governo de coalizão de unidade nacional, dividiu-se na questão. Os ministros do Partido Trabalhista eram solidários à causa nacionalista indiana de uma maneira que não colocasse em risco o esforço de guerra, já o primeiro-ministro Winston Churchill se opunha profundamente a qualquer desmantelamento do Império Britânico. Nessas circunstâncias, uma missão liderada por Stafford Cripps – membro do Partido Trabalhista e do Gabinete de Guerra – foi enviada à Índia em 1942. Essa missão trabalhou para manter a Índia leal ao esforço de guerra britânico em troca da promessa de um governo autônomo quando a guerra terminasse. Mesmo assim, a proposta Cripps decepcionou os indianos mais uma vez. O Partido do Congresso exigia um governo autônomo imediato em troca de apoio à guerra, rejeitando completamente a proposta. Como consequência, surgiu o movimento *Quit India*, liderado por Mahatma Gandhi, o qual exigiu a retirada imediata dos britânicos da colônia⁹. No entanto, em resposta, a maioria dos líderes políticos do Partido do Congresso foram presos¹⁰. A Liga Muçulmana também se opôs às propostas de Cripps, argumentando que elas não atendiam à demanda do Paquistão; porém encorajou os muçulmanos a participarem do esforço da guerra. Com essa cooperação, em conjunto com o apoio de outras instituições indianas como o Conselho do Vice-rei, a Polícia Imperial indiana, e o Exército indiano britânico, os britânicos conseguiram continuar administrando a Índia durante esse período (GHOSH, 2012).

⁹ Nesse mesmo período, Subhas Chandra Bose, que fora líder da ala mais jovem e radical do Congresso no final das décadas de 1920 e 1930, se tornou presidente do partido durante os anos 1938 e 1939, mas foi deposto por suas diferenças com Mahatma Gandhi e o alto comando do partido. Ele foi colocado em prisão domiciliar pelos britânicos antes de fugir da Índia em 1940 para a Alemanha nazista, de onde foi levado para o Japão e depois para Singapura, sob controle japonês. Em Singapura, formou o Exército Nacional Indiano, com cerca de 40.000 prisioneiros de guerra indianos. Seu exército lutou com os japoneses contra os britânicos na Birmânia em favor da independência indiana. Em 1945, o governo britânico julgou vários soldados por traição. Tanto o Congresso quanto a Liga Muçulmana protestaram contra os julgamentos (WALSH, 2006 p. 201).

¹⁰ O movimento *Quit India* ocorreu entre os anos de 1942 e 1945, apesar da maioria dos líderes políticos estarem presos durante o período. O ataque repentino do governo produziu uma reação instantânea entre o povo, reuniões de massa foram agendadas e houve confrontos com as autoridades seguidos por manifestações públicas. A repressão foi tão severa quanto poderia ter sido sob uma lei marcial, provocando uma cessação da fase de massa do movimento dentro de um período de seis a sete semanas. Gandhi foi solto da prisão em maio de 1944 por motivos médicos, e a atividade política recuperou o seu impulso. O movimento se encerrou de fato somente quando os líderes do movimento foram liberados (CHANDRA, 2016).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, apesar da vitória dos aliados, a Grã-Bretanha estava devastada e com muita dificuldade de manter suas colônias. Nesse período, também ocorreu uma mudança política na Grã-Bretanha com a vitória do Partido Trabalhista e a ascensão de Clement Atlee como primeiro-ministro. Na Câmara dos Comuns, em 1946, foi emitida uma declaração que admitia o direito dos indianos à autodeterminação e a formular uma constituição para uma Índia livre, além de anunciar que o governo britânico estaria enviando uma missão de gabinete para resolver o impasse político na colônia. Os objetivos eram negociar um acordo com base no qual a Constituição indiana seria enquadrada e estabelecer um governo nacional que facilitasse a transferências de poder. O maior obstáculo foi a divisão política entre nacionalistas e muçulmanos, causado pela estratégia britânica de “dividir e governar”, pois havia o problema de como reunir os grupos políticos dentro das estruturas eleitorais de um Estado moderno protegendo os interesses minoritários. Com fortes raízes na luta contra o domínio britânico, o Partido do Congresso era uma organização política que perpassava toda a Índia, e seu objetivo era uma Índia forte e centralizada sob seu controle. Do seu ponto de vista, as diferenças políticas entre os nacionalistas e os muçulmanos poderiam esperar por uma resolução até depois da independência. Contudo, para a Liga Muçulmana a identidade religiosa era um elemento importante da identidade política muçulmana, e precisava de proteção política por meio de salvaguardas constitucionais antes da chegada da independência (WALSH, 2006). Esses dois partidos emergiram como os principais no subcontinente nas eleições de 1945-1946¹¹, de modo que, tendo estabelecido o sistema de eleitorados separados, os britânicos não conseguiram mais reverter suas consequências, apesar da tentativa de 1946 de promover a unidade indiana.

Após as eleições de 1945-1946, a missão britânica não conseguiu estipular uma fórmula de independência aceitável para ambos os grupos. A Grã-Bretanha propôs uma nação única com um governo nacional que deixaria as províncias praticamente autônomas e livres para escrever suas próprias constituições. Além disso, autorizou o Congresso a formar um governo interino sem a participação da Liga Muçulmana, embora tenha sido acordado que alguns membros do partido fariam parte de sua constituição final. Em resposta, a Liga Muçulmana convocou uma manifestação e proclamou o Dia de Ação Direta, com demonstrações de não cooperação para reafirmar a sua demanda por um Paquistão autônomo e soberano. Esse

¹¹ A principal plataforma de campanha da Liga Muçulmana era a defesa de um Estado muçulmano independente. O Partido do Congresso fez campanha na plataforma de uma Índia unida. Os candidatos da Liga Muçulmana ganharam todos os 30 assentos reservados aos muçulmanos na assembleia central. O Congresso também se saiu bem, ganhando 80% dos assentos gerais (WYNBRANDT, 2009, p.155).

movimento desencadeou uma série de distúrbios violentos entre hindus e muçulmanos no norte da Índia. Em Calcutá, onde os muçulmanos eram minoria, a violência sectária ficou conhecida como a Grande Matança de Calcutá; certa de 4.000 pessoas de ambas as religiões morreram, 15.000 ficaram feridas e 100.000 ficaram desabrigadas (WYNBRANDT, 2009, p.155). Conforme a ordem pública se desintegrava, os britânicos comprometeram-se a entregar o poder até junho de 1948, mas se desconhecia quem assumiria o poder e se seria apenas um governo ou mais. Na sequência, Lorde Mountbatten, o último vice-rei da Índia britânica, desenvolveu um plano alternativo que dava o direito das províncias indianas a escolher sua independência. Quando Jawaharlal Nehru, em nome do Congresso, rejeitou o Plano dos Balcãs – assim chamado porque transferia poder para as províncias indianas separadamente, como ocorrera nos Estados dos Balcãs antes da Primeira Guerra Mundial – o governo britânico adotou um plano que concedia o *status* de *dominion* a dois governos centrais: Índia e Paquistão. A “solução de duas nações” foi aceita por todos em 2 de junho de 1947, e o parlamento Britânico aprovou a Lei da Independência da Índia em 18 de julho para a implementação em 15 de agosto¹² (WALSH, 2006). Como resultado, os eventos após a independência deixam claro que a rivalidade política entre o Partido do Congresso e a Liga Muçulmana não havia sido resolvida, mas que havia tomado novas proporções com a formação dos Estados-nação da Índia e do Paquistão.

2.2 A FORMAÇÃO DA RIVALIDADE ESTRATÉGICA ENTRE ÍNDIA E PAQUISTÃO COM A PARTIÇÃO E A GUERRA DA CAXEMIRA

Com a implementação da Lei de Independência da Índia, deu-se início o processo conhecido como partição no subcontinente indiano, o qual teve como consequência a delimitação das fronteiras internacionais, o aumento da violência entre hindus e muçulmanos e o surgimento de uma rivalidade não só política entre os novos Estados-nação da Índia e do Paquistão, mas também estratégica, uma vez que esse foi o processo em que a Índia teve de enfrentar a divisão do território e dos recursos da então Índia britânica com o Paquistão em seu pós-independência. Tal situação resultou em uma guerra entre os dois países ainda no seu primeiro ano de existência, e levou o Paquistão a buscar suporte das potências no conflito

¹² Para a Índia, o *status dominion* foi transitório até que sua nova constituição republicana fosse redigida e promulgada em 1950. Já o Paquistão permaneceu como um *dominion* até 1956, quando se tornou uma República Islâmica sob uma nova constituição; o Paquistão Oriental ganhou a independência do Paquistão Ocidental, como Bangladesh, em 1971 (GHOSH, 2012).

bipolar. Este subcapítulo procura entender como se deu o processo de partição da colônia britânica em Índia e Paquistão, que culminou na primeira guerra pela Caxemira e na constituição de uma rivalidade estratégica entre os dois países. Nesse sentido, destaca-se o desacordo entre os dois novos Estados-nação na divisão do território da até então colônia britânica, bem como as capacidades de ambos para manter a coesão nacional, situação que resultou na ascensão do exército como instituição central no Paquistão após a Guerra da Caxemira. Isso marcou o desenvolvimento político-social interno do país e definiu sua política externa, que se baseou na percepção de uma fundamental necessidade de se defender de seu vizinho e rival, a Índia. Assim sendo, por mais que o governo indiano houvesse tentado, após o conflito da Caxemira, promover uma atmosfera propícia para as relações pacíficas com o país, o Paquistão passou a buscar receber assistência externa, adentrando no conflito da Guerra Fria. Essa iniciativa marcou a rivalidade entre Índia e Paquistão por quase meio século, ou seja, até o fim da URSS e o fim do mundo bipolar, tendo consequências para as políticas de ambos os países.

Depois que a Grã-Bretanha anunciou a independência da até então Índia britânica e sua respectiva partição em dois governos, duas comissões lideradas por Cyril Radcliffe, que já estavam estudando o caso da partição, desenharam as fronteiras que iriam separar a Índia do Paquistão Ocidental e Oriental (mapa 2). Entretanto, assim que chegou na Índia, Radcliffe contou com apenas cinco semanas para decidir sobre a fronteira entre o Paquistão e a Índia. Nesse ínterim, a Liga Muçulmana esperava que a maior parte das regiões de Bengala e de Punjab fossem para o Paquistão, enquanto o Congresso esperava que quase metade dessas regiões permanecesse na Índia, situação que essencialmente enquadrava o problema da partição. No final, a região de Bengala foi dividida entre Bengala Oriental, que passou a pertencer ao Paquistão Oriental, e Bengala Ocidental, que ficou fazendo parte da Índia. Em Punjab, a parte ocidental da região tornou-se parte do Paquistão Ocidental, e a parte oriental tornou-se parte do Estado indiano. Após uma série de negociações, os sikhs se uniram ao Estado indiano nesta região com a promessa de autonomia religiosa e cultural. Entretanto, a distribuição da população de Punjab era tal que qualquer divisão baseada em comunidades religiosas implicava interromper as comunicações rodoviárias e ferroviárias, esquemas de irrigação, sistemas de energia elétrica e até propriedades rurais individuais. Dessa maneira, a Liga Muçulmana e o Congresso Nacional Indiano não conseguiram chegar a um acordo sobre a divisão da região. O impasse entre os interesses dos dois lados aumentou a hostilidade entre ambos e a decisão final foi essencialmente de Radcliffe, mas, devido a manobras políticas, esta não foi publicada até dois dias após a concessão da independência à Índia e ao Paquistão (KHAN, 2017).

A partição da Índia, no entanto, não foi totalmente desconectada da preocupação britânica da continuação do Grande Jogo com a URSS¹³. A Grã-Bretanha queria proteger seu interesse estratégico das consequências prejudiciais de sua retirada do vasto império de quase dois séculos na região. Assim, uma vez que perceberam que os nacionalistas indianos que representariam a Índia após sua independência lhes negariam a cooperação militar sob um guarda-chuva de defesa da Commonwealth britânica, incentivaram o plano de separar o noroeste da Índia junto ao Irã, Afeganistão e Xinjiang e estabelecer um Estado separado, o Paquistão (SARILA, 2005). A criação do Paquistão como um país espacialmente dividido em duas áreas entre a Planície Indo-Ganges¹⁴ e o norte da Índia reestruturou o mapa geopolítico herdado pela Índia da Grã-Bretanha da região¹⁵. Vista de Nova Délhi, a criação do Paquistão foi um grave revés para a política de defesa existente da Índia até então. As fronteiras do Paquistão Oriental, atualmente Bangladesh, deixaram o nordeste da Índia fisicamente conectado ao continente somente por um estreito corredor terrestre, criando um ponto de estrangulamento estratégico. A antiga capital imperial de Calcutá tornou-se uma cidade fronteira. As novas fronteiras internacionais do Paquistão Ocidental eram muito próximas a Nova Délhi e Bombaim. Com Lahore como capital da província paquistanesa de Punjab, a rota terrestre tradicional para a Caxemira não estava mais sob controle indiano. A região que antes forçava os invasores em potencial a atravessar o Afeganistão antes de chegar às regiões mais desenvolvidas da Índia britânica desaparecera do dia para a noite. A maneira mais fácil para a Índia acomodar essa enorme transformação geopolítica seria se o Paquistão renunciasse à sua recém-adquirida soberania para permitir que a região retornasse ao mapa geopolítico pré-independência (mapa 2), possibilidade altamente improvável. Se a criação do Paquistão foi um desastre geopolítico para a Índia, o problema nacional representado pelo novo Estado-nação de

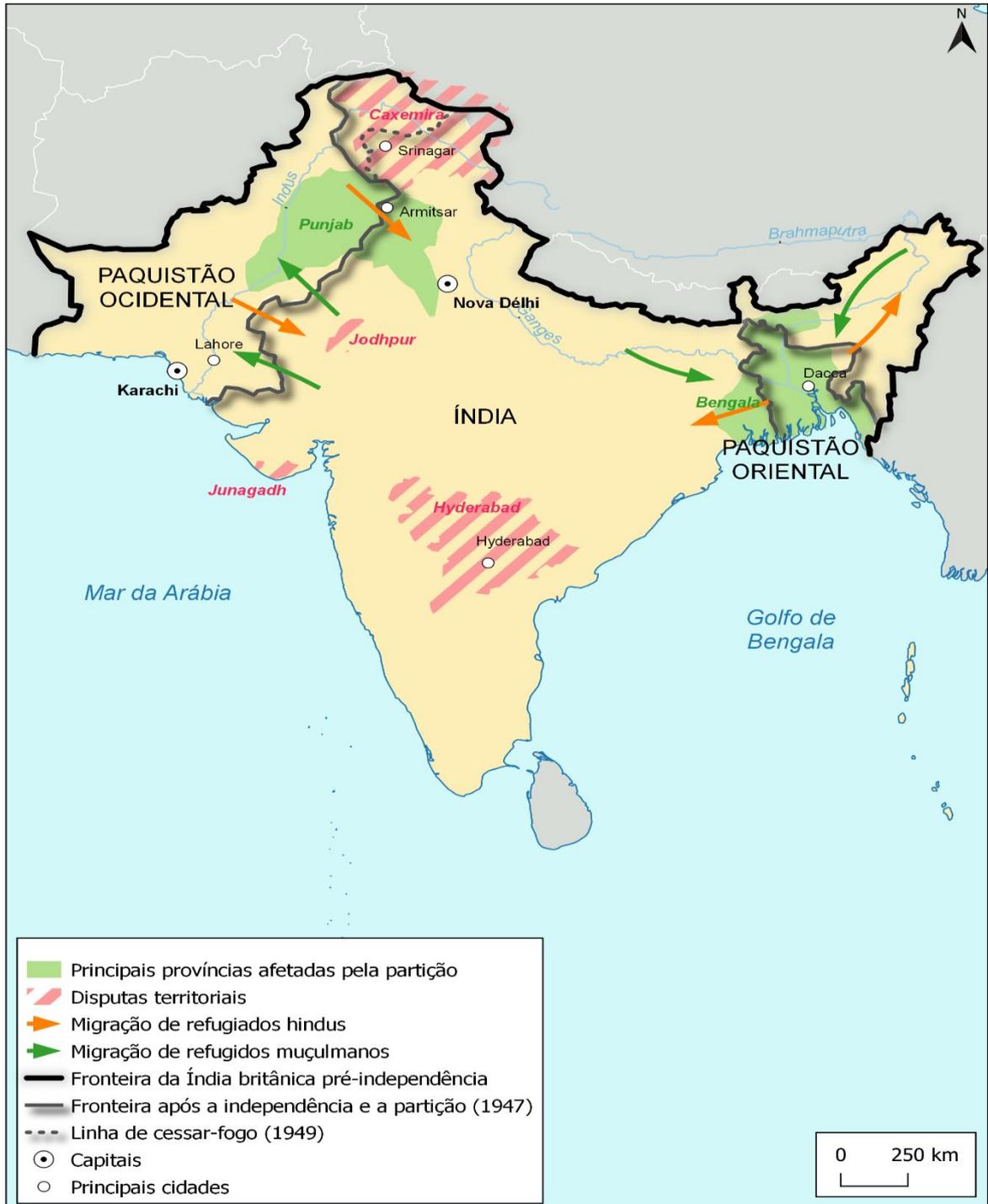
¹³ O Grande Jogo foi um confronto político e diplomático que existiu durante a maior parte do século XIX entre o Império Britânico e o Império Russo sobre o Afeganistão e territórios vizinhos na Ásia Central e no sul da Ásia. A Rússia temia as invasões comerciais e militares britânicas na Ásia Central, e a Grã-Bretanha tinha medo da Rússia adicionar a Índia, considerada “a joia da coroa”, ao vasto império que estava construindo na Ásia. Isso resultou em uma atmosfera de desconfiança e constante ameaça de guerra entre os dois impérios.

¹⁴ A planície Indo-Ganges, também conhecida como Indo-Gangética, engloba as partes mais populosas do Paquistão, toda a região norte da Índia e quase que a totalidade do território de Bangladesh no extremo noroeste do subcontinente indiano. A planície é limitada ao norte pelo Himalaia, de onde descem vários rios que formam as bacias hidrográficas do rio Indo e do rio Ganges, ao sul pela planície do Planalto Chota Nagpur, e ao oeste pelo planalto iraniano.

¹⁵ Desde o vice-rei da Índia britânica, Lord Curzon (1899–1906), a visão estratégica britânica do subcontinente considerou as cordilheiras do Himalaia como a primeira linha de defesa do país. Conseguindo evitar as ameaças marítimas potenciais à colônia, os planejadores de defesa voltaram-se para o norte como a fonte mais provável de perigo militar. O Afeganistão e o Tibete, considerados zonas tampão, mantinham os impérios terrestres da Rússia e da China a uma distância segura. Os reinos do Himalaia no Nepal, Sikkim e Butão estavam impedidos de ter políticas externas ou de defesa independentes (ABRAHAM, 2014).

maioria muçulmana gerou outra crise, uma vez que de repente se tornou a maior e mais próxima diáspora indiana (ABRAHAM, 2014).

Mapa 2 – Os Estados-nação da Índia e do Paquistão no pós-partição (1947-1949)



Fonte: adaptado de Hajari (2015 p.8) e Wynbrandt (2009, p.161).

O impacto da partição começou a ser sentido somente depois do anúncio das fronteiras, afetando na época 250 milhões de hindus e 90 milhões de muçulmanos, quase um quinto da população mundial. Como resultado dos desenhos das fronteiras internacionais, ocorreu uma grande crise migratória entre o Paquistão e a Índia, seguida de violência generalizada. Os muçulmanos recém independentes no Paquistão e os hindus na Índia, inflamados pelo fervor religioso, atacaram membros de comunidades minoritárias de ambos os países. A violência provocou migrações em massa de muçulmanos da Índia para o Paquistão, enquanto hindus e sikhs fugiam do Paquistão para a Índia. Somente os massacres em Punjab resultaram em quase meio milhão de mortes em questão de meses. Quando o Paquistão realizou seu primeiro censo, em 1951, a pesquisa determinou que cerca de 14 milhões de pessoas haviam atravessado a fronteira: 8 milhões de muçulmanos vindos da Índia para o Paquistão, e 6 milhões de hindus saindo do Paquistão para a Índia. Nenhuma pesquisa confiável sobre o número de pessoas que perderam a vida na violência transcorrida foi realizada, mas estima-se que cerca de 1 milhão de pessoas foram mortas no processo de partição (WYNBRANDT, 2009, p.162). Observa-se que partição como um todo foi um arranjo altamente controverso e continua sendo causa de muita tensão no subcontinente indiano. Como a independência foi declarada antes da partição real, ou seja, antes de haver um limite fronteiriço entre os novos países, os governos da Índia e do Paquistão ficaram responsáveis por manter a ordem pública, tarefa que não obteve sucesso por ambos os recém-criados Estados-nação. O que se seguiu no pós-independência foi um dos maiores e mais violentos movimentos populacionais já registrados na história, acrescido de reivindicações territoriais conflitantes pelos dois Estados sucessores da colônia, que levaram à primeira Guerra Indo-Paquistanesa pela região da Caxemira.

A Caxemira, localizada na região norte de Punjab, foi o único dos estados principescos, reinos historicamente independentes, que não teve seu futuro determinado pela partição¹⁶. Quando os britânicos transferiram o poder para a Índia e para o Paquistão, existiam certas ambiguidades sobre o *status* futuro de alguns estados principescos. O último vice-rei da Índia britânica, Lorde Mountbatten, estipulou que os estados decidiriam por si mesmos a qual país se uniriam, de acordo com os princípios gerais da própria partição: os estados de maioria muçulmanos localizados em territórios contíguos ao Paquistão seriam incorporados ao Paquistão, e o restante iria à Índia. A partir dessa prerrogativa, mais de quinhentos estados principescos foram integrados sem maiores dificuldades. Contudo, no pós-independência,

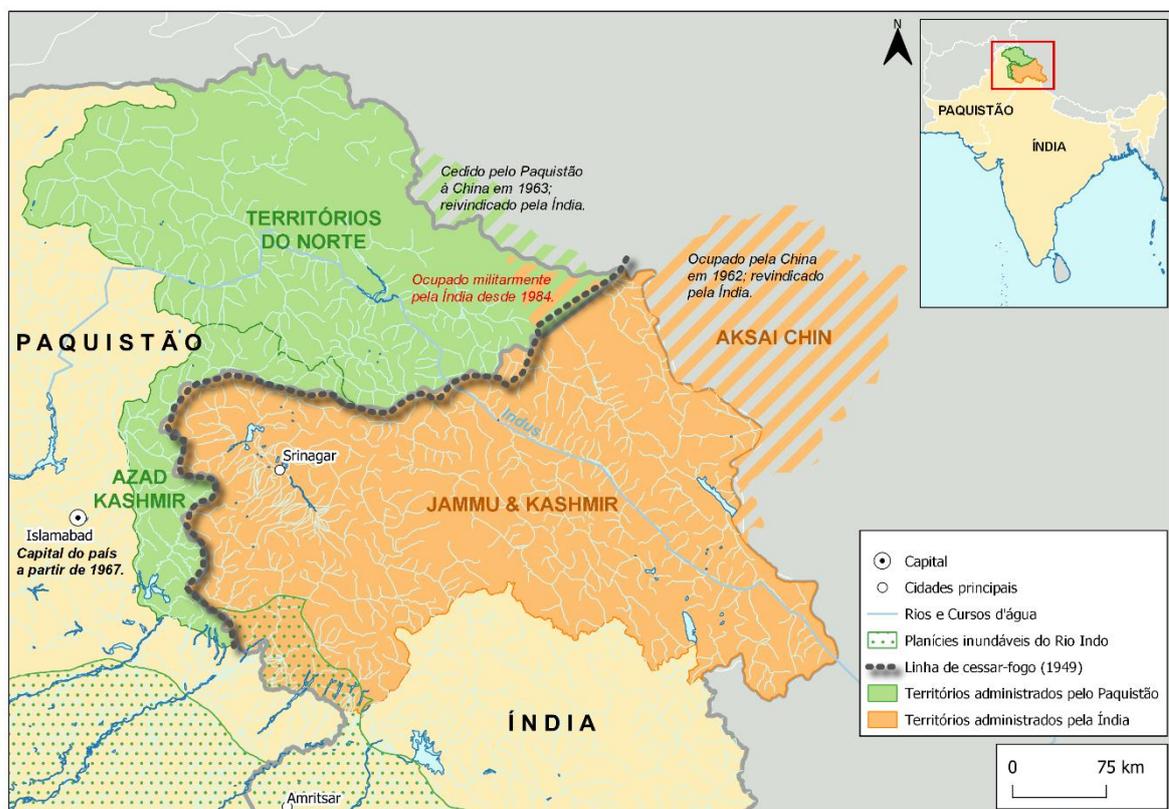
¹⁶ A região está situada no extremo noroeste do subcontinente indiano. O estado de 220.000 quilômetros quadrados de Jammu e Caxemira ocupa uma localização estratégica entre Índia, Paquistão, regiões do Tibete e Xinjiang na China, além de ir ao encontro do corredor estreito de Wakhan, controlado pelo Afeganistão e a então URSS.

quatro estados tardaram a definir a qual Estado-nação iriam se integrar: Junagadh e Jodhpur, no noroeste, Hyderabad, no sudeste, que apresentavam maioria hindu e governantes muçulmanos; e Caxemira, no norte, que tinha maioria muçulmana e um governante hindu. No estado de Junagadh, seu governante escolheu juntar-se ao Paquistão. Os estados indianos vizinhos reagiram violentamente e a Índia enviou tropas para forçá-lo a reverter a decisão. Em Jodhpur, a situação se desenrolou de maneira mais simples, o governante local cedeu à pressão de Mountbatten para se juntar à Índia. O governante de Hyderabad, o maior e mais rico estado da Índia, relutou em escolher um país em detrimento de outro e procurou tornar-se independente sob um acordo de suspensão entre os dois Estados, Índia e Paquistão. No entanto, a população hindu da região, que favorecia a absorção total pela Índia, se revoltou contra o acordo. Como consequência, a Índia enviou tropas para a região, citando a necessidade de restaurar a ordem, e Hyderabad completou sua união com a Índia. Quando os governantes muçulmanos dos estados principescos de maiorias hindus tentaram violar o princípio da partição, o governo da Índia procurou corrigir a situação mantendo sua integridade territorial (WYNBRANDT, 2009; WALSH, 2006). Contudo, a situação da Caxemira se desdobrou de maneira diferente e levou à Primeira Guerra Indo-Paquistanesa, com menos de um ano da criação dos dois Estados-nação.

A decisão do governo local da Caxemira foi de procurar permanecer independente por meio de um acordo de não intervenção com os dois países, o qual foi aceito pelo Paquistão e rejeitado pela Índia. Na sequência, a população, que era de maioria muçulmana, começou a realizar manifestações pela adesão da região ao Paquistão. Estas foram agravadas pelo levante contra o governo local da região patrocinado por uma revolta na região de Poonch, iniciada em protesto contra uma política tributária e severamente repreendida. A região de Poonch era um dos principais campos de recrutamento de soldados do exército indiano da Grã-Bretanha imperial. A área estava cheia de soldados recentemente desmobilizados, que responderam às represálias confrontando o governo local. A revolta assumiu um caráter pró-Paquistão e, ao conquistar o controle da região de Poonch, declarou-se *Azad Kashmir*, ou seja, Caxemira Livre (mapa 3). Essa revolta desencadeou uma guerra de guerrilha muçulmana contra o governo local em outubro de 1947. A ofensiva iniciada por milhares de membros da tribo Pashtun chegou até os arredores do vale Srinagar, no coração da Caxemira. Na sequência, o governo local da Caxemira enviou a Nova Délhi um pedido urgente de assistência militar para repelir os invasores. Os líderes indianos, após uma rápida avaliação da crise, decidiram que estavam dispostos a aceitar o pedido. No entanto, isso aconteceria somente após a adesão da Caxemira à Índia, uma vez que, em termos legais, este ato poderia ser considerado uma invasão a um território neutro. Consequentemente, o governo local aderiu a região formalmente ao Estado

indiano e o país começou a transportar tropas para Srinagar com o objetivo de enfrentar os invasores. A ação das tropas indianas levou os combatentes pashtuns de volta à fronteira paquistanesa, o que fez com que o exército do Paquistão adentrasse oficialmente no conflito¹⁷ em maio de 1948, a princípio para defender as suas fronteiras (BOSE, 2003). Como o estado principesco completou a sua união com a Índia, o governo indiano passou a considerar a atitude patrocinada pelo Paquistão como uma agressão ao seu território. Essa situação acabou por envolver terceiros para tentar mediar o conflito entre os dois países.

Mapa 3 – A disputa sob o território da Caxemira entre Índia e Paquistão (1947-2020)



Fonte: adaptado de CIA (2002) e Cohen (2013 p.66).

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), ainda em janeiro de 1948, estabeleceu a comissão para desempenhar um papel mediador na questão da Caxemira, em resposta a uma reclamação indiana sobre agressão patrocinada pelo Paquistão em um território

¹⁷ Estudos como de Swami (2007) e Kapur (2017) pontuam que a campanha da Caxemira, após a partição da Índia britânica, foi sustentada pelo uso de grupo jihadistas pelo Estado paquistanês antes mesmo do país adentrar no conflito oficialmente com seu exército. Nesse sentido, argumentam que o uso da militância islâmica pelo Paquistão foi desenvolvido deliberadamente desde a fundação do Estado como uma ferramenta estratégica para enfrentar adversários mais fortes e moldar seu ambiente estratégico sem grandes custos e riscos de combate direto, além de ajudar a promover a coesão interna para compensar as fracas fundações domésticas do país.

que havia aderido ao Estado indiano¹⁸. Essa comissão aprovou uma resolução em abril de 1948 para um cessar-fogo imediato que exigia do governo do Paquistão a garantia da retirada da Caxemira de membros de tribos e cidadãos paquistaneses que entraram na região com o objetivo de combater; e ao governo da Índia a redução de suas forças para a realização de um plebiscito sobre a adesão da região à Índia ou ao Paquistão. Entretanto, os dois Estados não chegaram a um acordo de trégua devido às diferenças na interpretação do procedimento e à extensão da desmilitarização. Essa situação teve implicações sobre os esforços de realizar o plebiscito porque o governo indiano considerava que a região da Caxemira pertencia legalmente ao seu território em virtude da decisão de adesão do governo local. Além disso, o país julgou a assistência paquistanesa prestada às forças rebeldes e às tribos pashtuns como um ato hostil, e o envolvimento das forças regulares do Paquistão foi encarado como uma invasão ao seu território. Desse modo, na perspectiva indiana, o plebiscito deveria somente confirmar a adesão da região a seu país. Por outro lado, o governo do Paquistão argumentava que, além do governo local ter firmado o acordo de adesão à Índia sob coação, este não contava mais com autoridade para executá-lo, dada a revolta da população. Além disso, o país acreditava que a revolta de Poonch e as incursões tribais na Caxemira eram espontâneas, e a assistência do Paquistão a elas não deveria ser suscetível de críticas. Assim, na perspectiva paquistanesa, o plebiscito era necessário para que a população decidisse a que país realizaria de fato sua adesão. Os mediadores na Organização das Nações Unidas (ONU) – principalmente os países do Ocidente, já que a URSS se absteve da discussão – tendiam a se posicionar em uma linha parecida ao Paquistão, o que não satisfiz a Índia e fez com que o plebiscito não fosse implementado (SCHOFIELD, 2003). Como o plebiscito não foi realizado e Índia e Paquistão não chegaram a um acordo sobre a desmilitarização da região, uma linha de cessar-fogo foi estabelecida em julho de 1949 onde o conflito havia parado¹⁹.

A Índia procurou estabelecer uma coexistência pacífica com o Paquistão no pós-guerra, apesar da formação do dilema de segurança para ambos os países. A política indiana buscava a

¹⁸ A decisão de Nehru em levar o caso à ONU foi erro estratégico, o qual anos depois ele mesmo assumiu. Isso porque ele internacionalizou o conflito na ingenuidade de que ele seria resolvido pela via jurídico-legal e não política. Entretanto, isso não aconteceu e os países do Ocidente ficaram ao lado do Paquistão na mediação da disputa (RIBEIRO, 2019).

¹⁹ Estabelecida essa linha divisória, a Índia passou a controlar mais de dois terços da região, restando apenas um terço para o Paquistão. Em específico, a região de Jammu e Caxemira que abrange o vale de Srinagar ao sul da fronteira passou a ser administrada pelo governo indiano; as antigas terras tribais de Gilgit e Baltistan ao norte da linha de cessar-fogo passaram a ser governadas pelo governo paquistanês; e a região de Poonch, que se declarou Azad Kashmir, a oeste da linha, tornou-se um estado semiautônomo sob controle paquistanês. Essa linha divisória, chamada de linha de cessar-fogo até ser renomeada como linha de controle em 1972, mudou apenas marginalmente desde o final de 1948 nos subsequentes conflitos militares entre a Índia e o Paquistão (BOSE, 2003).

estabilização do *status quo* regional para criar um ambiente estável propício ao seu desenvolvimento econômico²⁰. Contudo, enquanto o governo indiano tentava promover uma atmosfera benéfica para as relações pacíficas com o Paquistão, uma nova crise eclodiu, desta vez na região de Bengala. Entre dezembro de 1949 e janeiro 1950, em meio ao êxodo geral de hindus da província de Bengala Oriental no Paquistão, surgiram ataques a minorias hindu na região, os quais poderiam repetir a violência no estilo da partição e promover um novo conflito armado entre os dois países²¹. A resposta da Índia a essa situação foi tentar atenuar a possibilidade do conflito, minimizando qualquer chance de escalada para evitar ser arrastada para o círculo vicioso da retaliação mútua. Nesse sentido, a principal iniciativa dos líderes indianos foi convencer o governo paquistanês a concordar com medidas de construção de confiança e a estabelecer normas básicas para resolução de disputas. Com a resposta negativa do Paquistão, a Índia procurou proteger o flanco ocidental do país, particularmente a Caxemira, numa lógica inicialmente defensiva. No entanto, no cenário político indiano, a postura de evitar conflitos passou para um estágio de crise frente a uma postura mais coercitiva. Como resultado, o primeiro ministro da Índia, Jawaharlal Nehru, apesar de argumentar que a guerra tinha que ser evitada e meios construtivos aplicados à crise, aceitou que a preparação para a defesa do país fosse aparente. Assim, os movimentos do exército indiano em locais perto das fronteiras do Paquistão Ocidental começaram a ser percebidos de maneira diferente. O primeiro ministro paquistanês, Liaquat Ali Khan, incapaz de avaliar as intenções indianas, enviou uma mensagem ao secretário de Estado dos EUA em março, o qual forneceu informações sobre os movimentos das tropas indianas, que pareciam mais ofensivas que defensivas. Na sequência, o governo do Paquistão entrou em contato com o governo da Índia para tratar sobre a crise. No início de abril de 1950, após uma semana de negociações buscando uma solução para a luta sectária, os dois líderes assinaram o Pacto Liaquat-Nehru – uma declaração que prometia segurança e igualdade de cidadania às minorias nos dois países (SINGH, 2019).

Outra iniciativa que buscou mitigar a competição estratégica entre Índia e Paquistão por meio do engajamento diplomático foi a retomada das negociações sobre os recursos hídricos do rio Indo, outra razão por trás da questão do conflito da Caxemira. Encontrar um acordo sobre o abastecimento de água no Paquistão foi um ponto importante do processo de partição. O

²⁰ A Índia também assinou tratados com os vizinhos Butão (1949), Nepal (1950) e Sikkim (1950, tornando-o um protetorado), que facilitaram a posição de Nova Délhi em suas políticas externas e de segurança (MADAN, 2020).

²¹ No início de fevereiro, haviam entrado 30.000 refugiados hindus na província de Bengala Ocidental na Índia. Em meados de março, o número de refugiados hindus na região alcançou 150.000 e o número de refugiados muçulmanos chegou aos 100.000 na província de Bengala Oriental no Paquistão (SINGH, 2019 p.72).

Paquistão era basicamente uma sociedade agrária, e a maioria de sua produção agrícola provinha da bacia desse rio. As planícies de Punjab formavam uma grande área de irrigação dependente de um extenso sistema de canais de águas do rio Indos. Contudo, essa área foi atravessada pela linha de partição. No momento da divisão, os britânicos concederam à Índia a área da Caxemira, que continha a bacia superior do rio Indo, tradicionalmente sob controle muçulmano. Após a partição, os dois países não conseguiram chegar a um acordo sobre como a água do Indus seria compartilhada e, em uma ação unilateral, o governo de Punjab Oriental em abril de 1948 cortou o fluxo de água. Em maio, representantes dos dois países se reuniram em Nova Délhi para tratar da questão e, ao final das negociações, assinaram o Acordo Inter Domínio, que fez pouco mais do que afirmar que cada país reivindicava direitos às águas dos rios no leste de Punjab. O progresso nas negociações sobre a disputa pela água parou quando as tensões sobre a Caxemira e a animosidade geral dos dois Estados aumentaram. O Paquistão propôs submeter a disputa pela água ao Tribunal Internacional de Justiça, mas a Índia recusou. A questão foi retomada em 1952, quando a Índia concordou em permitir que o Banco Mundial negociasse um novo acordo. O acordo final, o Tratado das Águas do Rio Indo, foi assinado em 1960 e considerado um tratado histórico na resolução de disputas hídricas (WYNBRANDT, 2009). Contudo, observa-se que, apesar da questão hídrica ter sido resolvida, o conflito territorial sob Caxemira continuou sendo a imagem vívida das relações ontologicamente hostis entre a Índia e o Paquistão, de modo que a tentativa indiana de manter uma coexistência pacífica e mitigar a competição estratégica com o Paquistão no início década de 1950 não durou muito tempo.

O processo da partição no subcontinente indiano aumentou não só a violência entre hindus e muçulmanos e a rivalidade política entre Índia e Paquistão, mas também gerou uma rivalidade estratégica entre ambos. Essa situação mostrou-se agravada frente à divisão dos recursos da Índia britânica aos novos Estados-nação. Com a partição, por um lado, a Índia herdara a estrutura central de comando político, administrativo, econômico e militar dos britânicos quando estes partiram, de modo que o Estado-nação indiano configurou-se como mais forte do que o Paquistão, mesmo tendo de lidar com sua fragilidade inicial, sobretudo, nos âmbitos econômico e militar. Como resultado, a Índia estabeleceu um governo que conseguiu criar e manter uma coesão nacional no país (JETLY, 1986). O Paquistão, por outro lado, constituiu-se como Estado mais pobre e instável, contando com menos de um quarto do tamanho da Índia e com uma população de apenas um quinto. O novo país também fora fisicamente dividido, sua ala leste e ala oeste eram separadas por cerca de 1.600 km. A história política fragmentada dos territórios que vieram a formar o país tornou improvável que o

Paquistão conseguisse obter o mesmo nível de controle central e coesão nacional alcançado na Índia. A ausência de uma liderança política forte e eficaz complicou ainda mais o desafio que o Paquistão enfrentou de transformar suas responsabilidades sociais, territoriais e paroquiais díspares em um Estado-nação coeso²². A própria razão de ser do Paquistão como pátria separada para os muçulmanos também parecia duvidosa, pois mais de um terço dos muçulmanos ficou para trás na Índia, lançando dúvidas sobre a validade da “teoria das duas nações” (MCGARR, 2013; RIZVI, 1986). O cenário do Paquistão era cada vez mais caótico e contrastava fortemente com o da Índia, que herdara maiores capacidades administrativas, econômicas e militares do que o país com a partição²³.

Como consequência, a disputa da Caxemira foi fundamental para transformar o exército na instituição central do Paquistão. Como o país nascera com menos capacidades administrativas e burocráticas, o resultado da guerra inacabada contribuiu para a instabilidade política do Paquistão e levou a tensões entre os militares e os políticos civis, as quais alimentaram a eventual expansão da influência militar no Paquistão. O problema das castas marciais e do conservadorismo ocorreu nos dois países resultantes da partição, a diferença foi que o Estado indiano tomou medidas para insular decisões político-estratégicas civis e militares, enquanto no Paquistão o exército foi visto como a única instituição confiável (WILKINSON, 2015). Como nesse período a Liga Muçulmana perdeu muito de sua importância, as forças armadas assumiram um papel central na manutenção da coesão nacional. Ademais, conforme os líderes civis e militares lutavam para manter a questão viva o suficiente para promover suas próprias carreiras, a disputa pela Caxemira se tornou a pedra angular da política externa e da política interna do Paquistão por décadas. Em outras palavras, o conflito com a Índia foi inflado por interesses corporativistas mascarados de ideologia. Como resultado, essa configuração institucional teve um grande impacto sobre a história do Paquistão, a qual tornou a inimizade indiana o fio condutor da política do país (NAWAZ, 2008). Assim, desde a independência, a política externa do Paquistão se baseou na necessidade percebida de se defender de seu vizinho

²² Jinnah, o Quaid-i-Azam, ou o “Grande Líder”, responsável por criar o Paquistão, faleceu em setembro de 1948. Em outubro de 1951, o primeiro-ministro do Paquistão, Liaquat Ali Khan, foi assassinado por um nacionalista afegão em um comício político em Rawalpindi, então capital do novo Estado. Na ausência de Ali Khan, o Partido da Liga Muçulmana entrou em rápido declínio e os militares acabaram por assumir o governo (MCGARR, 2013).

²³ O Paquistão não tinha uma administração real, pois o serviço público era predominantemente hindu na Índia britânica. A economia do país era sobretudo agrária e carecia da infraestrutura industrial indiana. Além disso, o pouco poder econômico existente como os bancos era hindu. O Paquistão tinha também pouco dinheiro disponível, já que os ativos em dinheiro pertencentes ao subcontinente deveriam ser divididos, mas a sua divisão favoreceu a Índia. O país também apresentava controle sobre os desembolsos e atrasou as remessas das parcelas do Paquistão, preocupado se o dinheiro seria usado para financiar o emergente conflito na região da Caxemira. Pela mesma razão, a Índia atrasou a transferência de equipamentos militares que o Paquistão deveria receber (WYNBRANDT, 2009).

e rival, a Índia. Como a Índia contava com muito mais capacidades, a orientação militar do Paquistão deu ênfase a maiores gastos em defesa, o que reduziu severamente os gastos em outras áreas sociais críticas²⁴. Essa situação marcou o desenvolvimento político-social interno do país e definiu sua política externa. O Paquistão, inicialmente, procurou manter-se neutro na disputa bipolar. Contudo, em vez das potências reconhecerem o país, a URSS e os EUA o ignoraram, de maneira que o *status* de neutralidade mostrou-se caro no momento em que o Paquistão estava precisando de assistência e aliados na situação da Caxemira. Assim, apesar de não ter sido inicialmente afetado pelo conteúdo da rivalidade do conflito bipolar, a necessidade de receber assistência externa de qualquer uma das superpotências para tentar se igualar à capacidade da Índia, levou o Paquistão a adentrar no conflito da Guerra Fria. Essa medida marcou a rivalidade entre Índia e Paquistão por quase meio século, ou seja, até o fim da URSS (HAQQANI, 2013).

2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este capítulo, em concordância com o primeiro objetivo específico desta pesquisa, descreveu a formação da política externa da Índia com o marco da independência e a produção da dinâmica regional, o que facilitou a compreensão do contexto em que a formulação da política externa indiana está inserida. A política de “dividir e governar” da Grã-Bretanha na colônia e o estabelecimento de eleitorados separados pela religião promoveram o surgimento da “teoria das duas nações”, de modo que não foi possível viabilizar a unidade indiana para estabelecer a independência da colônia. A “solução de duas nações” foi aceita, porém a rivalidade política entre os nacionalistas e muçulmanos não foi resolvida, mas tomou novas proporções com o surgimento da Índia e do Paquistão. Do ponto de vista da Índia, a formação do Paquistão foi um desastre geopolítico e produziu uma crise de nacionalidade. A criação de um novo vizinho que não estava subordinado aos interesses estratégicos indianos significou o fim da defesa geopolítica do subcontinente e a criação de novas vulnerabilidades. Além disso, o pós-independência foi um dos maiores e mais violentos movimentos populacionais já registrados na história, acrescido de reivindicações territoriais conflitantes pelos dois Estados sucessores da colônia. Nesse contexto, o controle territorial se tornou um canal importante a partir do qual a identidade política moderna poderia ser estabelecida, de maneira que, quando

²⁴ Nos três primeiros anos da independência do Paquistão, os gastos de defesa já representavam 70% de todos os gastos do governo. Entre 1948 e 1951, os serviços de defesa e a administração civil do país representaram juntos uma média de 88% do total das despesas do governo central (JALAL, 1987 p. 306).

os governantes muçulmanos dos estados principescos de maiorias hindus tentaram violar o princípio da partição, o governo da Índia procurou corrigir a situação mantendo sua integridade territorial. Desse modo, o marco da independência da Índia promoveu um vínculo entre a conquista do território e da soberania, o que dificultou a resolução de disputas territoriais interestatais na região.

Um exemplo é a situação da Caxemira, que se desdobrou de maneira diferente na partição do que os outros estados principescos e levou à Primeira Guerra Indo-Paquistanesa. O governo indiano considerou que a região da Caxemira pertencia legalmente ao seu território em virtude da decisão de adesão do governo local, mesmo com a maioria de sua população sendo muçulmana. Como o resultado do conflito territorial não foi resolvido, surgiu um dilema de segurança na região, situação que tornou o Paquistão uma preocupação central na política externa indiana. No entanto, como o Paquistão se formou enquanto um Estado mais fraco que a Índia, o foco dos líderes indianos depois da promoção de sua integridade territorial foi a construção da nação e, se uma nova guerra eclodisse na região, os seus planos de desenvolvimento seriam atrasados. Essa percepção, que ligava os objetivos externos da Índia a seus imperativos domésticos, moldou sua política externa neste primeiro momento. Assim, a Índia procurou buscar mitigar a competição estratégica com o Paquistão por meio do engajamento diplomático no pós-guerra, buscando a estabilização regional para criar um ambiente estável propício para o seu desenvolvimento. Entretanto, para equilibrar o poder militar e os recursos econômicos maiores da Índia, a liderança política do Paquistão procurou aliados externos. Quando um governo britânico enfraquecido do pós-guerra mundial se mostrou incapaz de oferecer recursos e apoio significativos ao Paquistão, o país voltou-se para os EUA. Essa medida marcou a rivalidade entre Índia e Paquistão por quase meio século, ou seja, até o fim da URSS.

3 A REAÇÃO DA ÍNDIA À CHEGADA DA GUERRA FRIA NA REGIÃO E O INÍCIO DAS RELAÇÕES DO PAÍS COM A UNIÃO SOVIÉTICA

Este capítulo procura entender a reação da Índia à chegada da Guerra Fria na região e o início das relações do país com a URSS. Com esse fim, está dividido em dois subcapítulos: a reação indiana à chegada da Guerra Fria ao sul da Ásia com o pacto dos EUA com o Paquistão, e a construção dos laços da Índia com a URSS no pós-independência indiano.

3.1 A REAÇÃO INDIANA À CHEGADA DA GUERRA FRIA AO SUBCONTINENTE COM O PACTO ENTRE ESTADOS UNIDOS E PAQUISTÃO

No pós-independência da Índia, a determinação de preservar sua soberania foi reforçada pela experiência da divisão inesperada e tumultuada do subcontinente. Sendo uma extensão lógica de seu nacionalismo, o não alinhamento estruturou o cenário cultural para os tomadores de decisão do país, dificultando a imaginação e a internalização de papéis que violavam sua autonomia¹ (SINGH, 2019). Nesse contexto, os líderes indianos depositaram esperanças na possibilidade da aderência do Paquistão ao não alinhamento no conflito bipolar. Entretanto, para o governo paquistanês, essa estratégia política deixou de fazer sentido logo nos primeiros anos de sua independência, principalmente dadas as repercussões da Guerra da Caxemira no país. Como resultado, apesar da Índia adotar uma política pacífica em relação ao seu vizinho no pós-guerra, o Paquistão não se mostrou satisfeito com *status quo* do subcontinente, situação que, ao fim e ao cabo, levou o país a se projetar como um aliado do Ocidente, sobrepondo a dinâmica da rivalidade regional à competição das potências da época. Este subcapítulo procura entender a reação indiana à chegada da Guerra Fria ao subcontinente com a aliança entre os EUA e o Paquistão, que culminou na ampliação da estratégia da Índia de construção de uma “zona de paz” asiática e na não aderência a uma contra aliança com os soviéticos. Destaca-se nesse contexto a resistência da Índia em fazer parte da competição das grandes potências para preservar sua soberania e seu projeto de modernização, bem como o atrito causado entre EUA e Índia durante o período. Tal situação fez com que, para evitar o desenvolvimento da Guerra Fria em suas fronteiras e um alinhamento com a URSS, o país se aproximasse da RPC e respondesse à questão em âmbito extra regional e sistêmico.

¹ Conforme Singh (2019, p.13, tradução nossa), “o não-alinhamento na Índia foi representado como uma identidade dominante, e não simplesmente como uma postura transitória em direção a um mundo bipolar”.

O Paquistão procurou os EUA pela primeira vez em busca de assistência econômica e militar no outono de 1947 em meio aos desenvolvimentos da Guerra da Caxemira. No entanto, os EUA informaram às autoridades do governo paquistanês que esses pedidos deveriam ser redirecionados para Londres. A turbulência política, a volatilidade econômica e a crescente tensão social pareciam prejudicar a recuperação da Europa no pós-guerra e ameaçar a segurança e a prosperidade dos EUA a longo prazo. O medo de que a URSS pudesse explorar essa situação nas fronteiras dos satélites do bloco oriental e tentar estender a influência comunista no mar Egeu e em todo o continente europeu levou o governo dos EUA a promulgar a Doutrina Truman e o Plano Marshall. Nesse contexto, o surgimento da Índia e do Paquistão como nações soberanas apareceu, pelo menos na perspectiva de Washington, como uma questão de preocupação periférica. Em relação aos interesses gerais de segurança nacional da época, o sul da Ásia fora classificado como uma área de importância apenas secundária para os EUA. Contudo, os formuladores de políticas do país revisaram drasticamente sua avaliação da importância da região com o estabelecimento da RPC em 1949 e o início da Guerra da Coreia em 1950. Nesse período, o descongelamento da Guerra Fria entre EUA e URSS começou a ser revertido pelos EUA, que passaram a rejeitar a abordagem moderada britânica em favor de uma abordagem militarizada. Esses desenvolvimentos intensificaram a Guerra Fria na Ásia e resultaram em transformação das atitudes e políticas dos EUA em relação ao subcontinente indiano (MCGARR, 2013).

Quando Nehru realizou sua primeira visita aos EUA, apenas dez dias depois do estabelecimento da RPC em outubro de 1949, Washington já havia designado um papel para a Índia em sua estratégia contra o comunismo na Ásia. No entanto, os pactos eram vistos pela Índia, a exemplo das Guerras Mundiais, como provocadores de instabilidade, exacerbando o conflito e não o evitando. Além disso, alianças restringiam a liberdade de ação do país. Naquele momento, o foco dos líderes indianos estava na construção da nação e, se uma guerra eclodisse, os planos de desenvolvimento seriam atrasados. Essa percepção, que ligava os objetivos externos da Índia com seus imperativos domésticos, também moldou a política do país em relação à RPC. As autoridades em Nova Délhi acreditavam que, assim como na Índia, o nacionalismo era a principal força motriz da RPC, e que, portanto, o país buscava a paz em sua periferia no curto e médio prazo. Ademais, embora incerto sobre as intenções externas chinesas, Nehru estava certo de que, dadas suas capacidades limitadas de defesa, o país não podia se dar ao luxo de provocar seu vizinho. Assim, era importante que a Índia mantivesse um ambiente favorável às relações amistosas com a RPC, de modo que o líder indiano deixou claro que o reconhecimento do país pela Índia estava próximo, de fato ocorrendo oficialmente em

dezembro de 1949 e sendo o primeiro país não comunista a fazê-lo. Em outras palavras, as autoridades estadunidenses perceberam a RPC como hostil e tentaram conter o país, enquanto a visão dos indianos, no entanto, era de que os chineses não representavam uma ameaça no curto e médio prazo, sendo prudente aceitar e incluir o novo Estado-nação no sistema internacional. Contudo, apesar de Nehru não estar interessado em um pacto, aceitou o apoio econômico de Washington para fortalecer Nova Délhi em relação à Pequim. Essa situação garantiu os pedidos de ajuda econômica da Índia aos EUA, os quais em sua maioria haviam sido ignorados ou rejeitados nos primeiros anos de independência. No período, a URSS não era uma fonte de ajuda disponível à Índia², de modo que a ajuda dos EUA foi considerada crucial para os planos de desenvolvimento indiano (MADAN, 2020).

No geral, a visita de Nehru limitou a visão dos EUA em relação à importância da Índia em sua estratégia. Isso ficou evidente no rascunho documento NSC 48/1 sobre a política asiática lançado por Washington em dezembro de 1949, que colocou o sul da Ásia em uma perspectiva mais ampla. A estabilidade na região passou a ser mais valorizada e uma das principais ameaças era a disputa da Caxemira, o que promoveu um maior envolvimento dos EUA na questão, a contragosto da Índia. Além disso, embora a Índia fosse o grande prêmio aos olhos da maioria dos formuladores de políticas estadunidenses, também se tornou importante impedir o Paquistão de adotar o comunismo. Contudo, o maior obstáculo relacionado à RPC nas relações entre Índia e EUA se desenvolveu com a intensificação da Guerra Fria na Ásia³. O governo indiano tentou facilitar uma solução para a Guerra da Coreia pela mediação, mas os EUA percebiam a participação chinesa no conflito como hostil, e a Índia acreditava que o país estava sendo motivado pela insegurança e que, portanto, não deveria ser isolado ou provocado. Assim, temendo a expansão da guerra, a Índia sugeriu que a RPC contasse com um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (fato que ocorreu somente em 1971), em que a questão poderia ser resolvida pela diplomacia e não pela força. Os EUA, no entanto, pensaram que Pequim fazia parte do problema e não deveria ser recompensado por sua participação no

² Nos primeiros anos de independência, Nehru procurou Moscou, buscando diversificar os relacionamentos da Índia e, portanto, qualquer dependência potencial, maximizando as opções de ajuda do país. Embora houvesse um debate em Moscou sobre a política da Índia, o líder soviético Joseph Stalin não reconhecia o *status* de soberania da Índia recém-independente. Foi nesse contexto que Délhi voltou-se para Washington e Nehru viajou para os EUA em 1949 (MADAN, 2020).

³ Em um primeiro momento, a Guerra da Coreia, que teve início em junho de 1950, aumentou a importância da Índia nos EUA, porém logo surgiram diferenças entre os dois países. Isso foi resultado parcial da reconsideração estratégica evidente no NSC-68. O documento representava uma visão mais abrangente da estratégia dos EUA, obscurecendo a linha entre interesses vitais e periféricos. As ameaças agora eram físicas e psicológicas. A importância da Índia então decorreu não apenas de seu potencial militar, capacidade econômica e posição geográfica, mas também de como sua perda poderia afetar as percepções da credibilidade e prestígio dos EUA e, portanto, do equilíbrio de poder (MADAN, 2020).

conflito. Como resultado, após o início da guerra, Washington anunciou seu apoio às forças anticomunistas na Indochina e sua intenção de defender Taiwan no caso de um ataque comunista. O entendimento na Índia era de que o conflito já havia perturbado a estabilidade asiática e que vincular as questões adicionais desestabilizaria ainda mais a região, dificultando a construção da nação e seu desenvolvimento econômico. A discordância na frente política entre EUA e Índia em relação aos chineses foi percebida também no âmbito da assistência econômica. Surgiu um debate interno nos EUA sobre se o país deveria ajudar a Índia, já que Nova Délhi não apoiava sua política externa; de modo que, concentrando-se em ajudar aliados, particularmente militarmente, a ajuda econômica ao país foi bastante reduzida⁴ (MADAN, 2020).

Com a recusa da Índia em aceitar uma aliança com os EUA e a insistência de Nehru em manter uma política externa não alinhada, a estatura do Paquistão frente aos estrategistas estadunidenses se desenvolveu. Localizado na encruzilhada do Oriente Médio e sul da Ásia e relativamente perto da URSS, fazendo fronteira com o Afeganistão, o Paquistão surgiu como uma ligação potencial entre o Golfo Pérsico, o Leste da Ásia e o Ocidente. A aliança militar dos EUA com o Paquistão, no entanto, se deve especialmente aos temores sobre a instabilidade no Oriente Médio com o declínio relativo do poder britânico na região. Isso porque, com correntes antiocidentais difundidas em grande parte da região pelas disputas anglo-egípcias e anglo-iranianas, muitos estrategistas dos EUA temiam que a URSS capitalizasse a situação regional para ganhar posição nessa área estratégica. Assim, no início da década de 1950, muitos formuladores de políticas dos EUA acreditaram que a participação das tropas paquistanesas em um plano de defesa do Oriente Médio ajudaria a resolver o dilema estratégico do Ocidente nessa área, servindo como uma barreira à expansão soviética. A elite dominante do Paquistão, que estava procurando assiduamente ajuda externa, tanto para garantir a sobrevivência do Estado em declínio quanto para fornecer proteção contra a Índia, vinha cortejando avidamente os EUA⁵. Desse modo, quando o conflito bipolar provocou temores no governo Truman sobre a

⁴ Em 1951, o Congresso dos EUA autorizou somente US\$ 54 milhões dos US\$ 65 milhões requisitados para a Índia. Em 1952, a pressão de Bowles por um pacote de ajuda ampliado no valor de US\$ 250 milhões para o ano fiscal de 1953 para a Índia fracassou. A Casa Branca achava que não conseguiria a aprovação no Congresso, dadas as contínuas críticas de que a Índia não estava sendo útil na Guerra da Coreia, de modo que a administração do governo solicitou US\$ 115 milhões em assistência para a Índia, porém o Congresso aprovou apenas US\$ 45 milhões (MADAN, 2020, cap.2).

⁵ Observa-se que a aliança entre os EUA e o Paquistão era baseada em interesses particulares. O Paquistão fora motivado em grande parte pelo desejo de fortalecer sua posição militar em relação à Índia e os EUA viram no Paquistão um aliado estrategicamente geopolítico em sua busca de conter a disseminação do comunismo, de modo que a aliança militar entre ambos não garantia que os EUA ajudariam o Paquistão em caso de agressão por parte da Índia, apesar do apoio do país na ONU a sua posição na questão da Caxemira (YESILBURSA, 2005).

vulnerabilidade ocidental e reforçou a determinação dos EUA de construir posições de força em áreas como o Oriente Médio, o Paquistão jogou suas cartas extremamente bem. O país prometeu cooperar com os acordos de defesa patrocinados pelo Ocidente para o Oriente Médio e apoiou as políticas da Guerra Fria dos EUA. Assim, os governantes do Paquistão conseguiram impressionar um número crescente de oficiais estadunidenses, que viam o país como um canal para o “mundo muçulmano”, com os benefícios de uma aliança entre os dois países (MCMAHON, 2006). De fato, em dezembro de 1953, os EUA começaram a realizar negociações em busca uma aliança militar formal com o Paquistão.

Essa situação marcou um ponto de inflexão significativo para a política externa da Índia, na qual a Guerra Fria não era mais uma perspectiva distante, mas uma realidade à sua porta⁶. No entanto, mesmo posta frente a esse desafio, a Índia decidiu não abandonar a sua política externa independente. Considerando a situação concomitante na Indochina, que também resultava na expansão da Guerra Fria na região, bem como no impacto na autonomia de outros Estados pós-coloniais, a Índia enquadrou o pacto dos EUA com o Paquistão em um contexto mais amplo. Como resposta, a Índia promoveu uma política regional que desencadeou na expansão de uma “área de paz” em sua vizinhança estendida. Essa política procurava impedir uma expansão adicional das áreas de tratados patrocinadas pelos EUA, por meio de uma estratégia que buscava atenuar os dilemas de segurança no Sudeste Asiático, bem como a competição entre os EUA e a RPC na região. No dia em que os pactos do Paquistão com o Ocidente foram anunciados no final de fevereiro de 1954⁷, o governo da Índia fez uma declaração apelando a todas as partes por um cessar-fogo sem necessariamente abandonar suas posições existentes na Indochina. Quando a conferência de Genebra se reuniu, entre abril e julho de 1954, para discutir a questão, o consenso em torno do papel pós-conflito da Índia era aparente. Além disso, a normalização das relações com a RPC frente à questão tibetana foi encarada como um exemplo de coexistência e uma alternativa à abordagem baseada em alianças do pacto entre EUA e Paquistão. Essa situação culminou no avanço das negociações com

⁶ No contexto dos pactos militares durante o conflito bipolar, a principal preocupação da Índia frente à Organização do Tratado do Atlântico do Norte (OTAN) eram as disposições de potências como França e Portugal, que ainda mantinham pequenos territórios coloniais em terras indianas. Nesse sentido, a Índia até então opunha-se a esses pactos e alianças por princípio, já que não afetavam o país diretamente; mas, com o pacto entre EUA e Paquistão, isso mudou. Logo após esse período, a Índia passou a deliberadamente condenar pactos militares (SAEED, 2003).

⁷ A aliança foi consumada com a assinatura de um acordo de segurança mútua em maio de 1954, e a promessa de assistência militar dos EUA ao Paquistão. O vínculo entre os dois países fortaleceu-se quando o Paquistão ingressou na Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO) em setembro de 1954 e assinou Pacto de Bagdá em fevereiro de 1955, o qual se tornou Organização do Tratado Central (CENTO) em 1958. Assim, o Paquistão tornou-se o “aliado mais aliado” dos EUA na Ásia contra a expansão da influência soviética (MCGARR, 2013).

Pequim sobre o Tibete e questões relacionadas em dezembro de 1953, e na assinatura de um acordo entre as partes no mês de abril no ano seguinte, bem como no endosso chinês da lógica da “área de paz” no período⁸. Dessa maneira, a resposta da Índia ao pacto entre EUA e Paquistão acabou se dando em âmbito extra regional e sistêmico, sem um contra-alinhamento com a URSS mesmo antes deste ser assinado (SINGH, 2019).

A Índia se esforçou para a expansão da “área de paz” na vizinhança oriental com vistas a conter a competição estratégica das potências em suas fronteiras, buscando a estabilização extrarregional para o não comprometimento de sua autonomia e para a continuidade de seu projeto de desenvolvimento. Desse modo, a Índia rejeitou tanto a estratégia de exploração da divisão dos blocos quanto uma mudança estrutural em seu sistema de defesa com uma modernização militar no país, conferindo, assim, mais importância ao impacto do pacto entre EUA e Paquistão na segurança asiática e, por consequência, no seu desenvolvimento no longo prazo, do que de imediato na geopolítica subcontinental. O objetivo principal de Nehru era garantir a estabilidade em sua vizinhança estendida, com a qual ele acreditava que também garantiria a própria segurança da Índia. A instabilidade resultante da expansão da Guerra Fria na região exigia gastos de defesa indianos mais altos e atrapalhava o desenvolvimento do país, o que era uma prioridade fundamental para seu governo (SINGH, 2019). Nesse sentido, a Índia se aproximou da RPC para promover a estabilidade da região, não cumprindo o papel designado pelos EUA em sua estratégia, o que resultou no pacto do país com o Paquistão. A Índia considerava os EUA indispensáveis para facilitar o seu desenvolvimento econômico, o qual Nehru acreditava ser essencial para a segurança indiana. Contudo, as diferentes abordagens dos dois países em relação a RPC ficaram cada vez mais evidentes nos estágios finais e após a Guerra da Coreia com os debates sobre a Indochina e mais tarde sobre os prisioneiros estadunidenses e a crise do Estreito de Taiwan⁹ (MADAN, 2020). Com a diminuição da

⁸ Embora a RPC e a Índia perseguissem suas metas de segurança de maneira independente, os dois países apresentavam o interesse comum de impedir tentativas dos EUA de organizar alianças militares em sua vizinhança compartilhada. Para a RPC, neutralizar a Indochina e impedir que ela se tornasse um trampolim para novas atividades militares dos EUA era o objetivo dominante em Genebra. Para Nehru, a ideia de neutralizar até mesmo uma parte do Sudeste da Ásia foi um passo no sentido de ampliar a área de paz e estabilizar a segurança asiática para o desenvolvimento de sua nação (SINGH, 2019).

⁹ Embora as tensões entre os EUA e a RPC não fossem novas para Nehru, a crise no Estreito de Taiwan foi percebida como particularmente perigosa porque ocorreu em uma área onde o prestígio e os interesses de ambos os lados estavam diretamente em jogo. A estratégia da Índia foi uma extensão lógica de seu papel na primeira crise da Indochina, procurando estabilizar o *status quo* geopolítico asiático e impedir a escalada de uma crise regional ou uma guerra entre duas potências ou blocos. Em termos mais gerais, essa crise é outro exemplo que reflete a busca de Nehru por promover padrões de interação na Ásia para sustentar um equilíbrio entre os EUA e a RPC. Assim, a diplomacia indiana durante essa fase surgiu não de uma ameaça percebida a seus próprios interesses de segurança, pois Taiwan estava a vários milhares de quilômetros do subcontinente, mas da percepção da área de paz de Nehru e de sua abordagem à ordem de segurança da Ásia, ameaçada pela perspectiva de um confronto armado no Pacífico Ocidental (SINGH, 2019).

assistência dos EUA à Índia e a mudança na estratégia da URSS com a política de “coexistência pacífica”, no entanto, Nehru viu a oportunidade de diversificar suas fontes de ajuda econômica. Dessa maneira, além da Índia se aproximar da RPC no âmbito político por meio da “zona de paz” asiática como resposta ao pacto entre EUA e Paquistão, o país começou também a desenvolver laços com a URSS no âmbito econômico e político no período.

3.2 A CONSTRUÇÃO DOS LAÇOS DA ÍNDIA COM A UNIÃO SOVIÉTICA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA INDIANO

Na década de 1950, a deterioração do relacionamento da Índia com os EUA passou a contar com o desenvolvimento dos laços do país com a URSS. Essa relação inicialmente foi marcada pela iniciativa pessoal de Nehru, dada a simpatia do Partido do Congresso pelo modelo de desenvolvimento econômico soviético. No entanto, a URSS não reconheceu a soberania e o não alinhamento da Índia pós-independência. Nesse contexto, Nova Délhi voltou-se para Washington e Nehru viajou para os EUA, passando a receber ajuda econômica. Algum tempo depois, a mudança de postura da URSS em relação ao Terceiro Mundo facilitou as relações da Índia com o país. Esse foi um momento em que a discordância política entre EUA e Índia facilitou à Índia a oportunidade de receber ajuda da URSS para o seu desenvolvimento. Nesse ínterim, a Conferência de Bandung catalisou as relações políticas entre Nova Délhi e Moscou, que iniciaram com as primeiras visitas de Estado entre os dois países em 1955, após a assinatura do pacto dos EUA com o Paquistão, com o apoio soviético à Índia na questão da Caxemira. Tal situação foi também promovida pela política indiana de ampliação de uma “zona de paz” asiática, que tinha como objetivo a normalização da relação da Índia com a RPC no período. Desse modo, este subcapítulo procura entender como se deu a construção dos laços da Índia com a URSS em seu pós-independência por meio da colaboração na área econômica entre os dois países, a qual facilitou suas relações no âmbito político. Destaca-se aqui a vontade e a oportunidade da Índia de estabelecer relações com a URSS, dado seu projeto de desenvolvimento econômico e industrial centrado no Estado e inspirado no modelo soviético, o que possibilitou à Índia a diversificação econômica, reduzindo a dependência de qualquer país ou bloco.

Os anos do imperialismo britânico convenceram o primeiro-ministro da Índia, Jawaharlal Nehru, e o Partido do Congresso que apenas um Estado comprometido com a justiça social e econômica e uma ênfase no planejamento centralizado poderia melhorar a profunda pobreza do povo indiano (WALSH, 2006), de forma que as relações da Índia com a URSS

inicialmente foram marcadas pela iniciativa pessoal de Nehru. Logo após a formação do governo interino no final de 1946, o líder indiano anunciou sua intenção de desenvolver relações amigáveis com a URSS. O governo britânico se opôs a essa sugestão, alegando que o governo soviético prejudicaria os interesses britânicos na Índia e em outros países vizinhos. Isso porque consideravam que os líderes indianos eram ingênuos quanto à política soviética, a qual subverteria a estrutura socioeconômica, prejudicando a Índia em particular e o Ocidente em geral (SAEED, 2003). Apesar das objeções britânicas, Nehru permaneceu firme em sua intenção e requisitou que o diplomata e político Krishna Menon entrasse em contato o ministro das relações exteriores da URSS, Vyacheslav Molotov. O encontro de ambos aconteceu em Paris no ano de 1946, enquanto o líder soviético estava na cidade para uma reunião da ONU. Na ocasião, o ministro soviético declarou sua suspeita de que a delegação indiana que estava trabalhando na ONU na época não representava o espírito de uma Índia livre. O diplomata indiano admitiu que a delegação referida foi nomeada pelo governo britânico antes da formação do governo interino e procurou garantir que as próximas delegações representassem os interesses nacionais da Índia. Contudo, no final o líder soviético endossou a ideia da possibilidade de relações diplomáticas entre os dois países. Como resultado dessas negociações, foi anunciado em abril de 1947, quatro meses antes da Índia se tornar independente, que o governo da Índia e a URSS haviam concordado em ter relações diplomáticas em nível de embaixador (MENON, 1965).

No seu pós-independência, a Índia aderiu a uma política externa de não alinhamento, com ênfase na não participação em blocos políticos e militares. Para o primeiro-ministro indiano, essa política servia aos interesses do recém-criado Estado-nação, pois oferecia uma oportunidade de manter uma posição independente nos assuntos mundiais. Não se tratava de uma posição de neutralidade, mas de ter o poder de julgamento e ação independente das potências. Portanto, ao adotar uma postura de não alinhamento, a Índia procurou diversificar suas relações com outros países e, por consequência, reduzir sua dependência de qualquer potência ou bloco de poder (KENNEDY, 2015). Contudo, o governo soviético de Josef Stalin denunciou a política do não alinhamento como uma política do imperialismo, e a URSS não reconheceu a soberania da Índia recém-independente. Isso resultou, até meados de 1950, na publicação uma série de artigos na mídia soviética que argumentavam sobre a não alteração do *status* indiano frente ao Império Britânico, descrevendo a independência da Índia como o resultado do “compromisso político” da “burguesia indiana”, de uma liderança que continuou a ser “lacaia” e “vassala do imperialismo anglo-estadunidense”. Nesse contexto, o próprio Nehru foi caracterizado como “ferramenta do imperialismo britânico”. Além disso, a decisão

do ingresso do país na *Commowearth* foi interpretada como o desejo de permanecer “parte do Império Britânico” (SAEED, 2003, p.62-68)¹⁰. Como consequência, a URSS tomou atitudes no âmbito político internacional antipáticas à Índia. Na ONU, a URSS se opôs à candidatura da Índia a um assento no Conselho de Segurança em junho de 1947; a URSS apoiou a Ucrânia enquanto os EUA apoiaram a Índia. Em relação à discussão da primeira Guerra entre Índia e Paquistão pela Caxemira, que foi apresentada ao CSNU em janeiro de 1948, o país assumiu uma atitude indiferente (ROTHERMUND, 1969).

Entretanto, depois de um curto período de tempo, a URSS passou a abandonar essa postura em relação aos países recém-independentes, e não alinhados e sua política em relação à Índia apresentou uma mudança acentuada. No relatório enviado ao 19º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1952, o político Geórgiy Malenkov defendeu o desenvolvimento do comércio e a cooperação com outros países, independentemente das diferenças nos sistemas sociais. No mesmo ano, a Índia estava entre os países que participaram da Conferência Econômica Internacional realizada em Moscou (BUDHRAJ, 1975). Em agosto de 1953, quando Malenkov, que havia se tornado líder do PCUS no breve período de março a setembro após a morte Stalin, observou que a Índia havia feito uma séria contribuição aos esforços destinados a acabar com o conflito coreano¹¹. Junto a essa declaração, o líder soviético enfatizou que as relações indo-soviéticas deveriam se desenvolver e se tornar amistosas (FOOT, 1986). Mesmo assim, a mudança da postura da URSS perante a Índia concretizou-se de fato quando Nikita Khrushchev se tornou líder do PCUS ainda em 1952. O novo governo soviético reorientou sua política externa e fortaleceu a concepção de “coexistência pacífica”, que não somente reconheceu os países não alinhados, mas também os apoiou. Como resultado, a URSS passou a dar prioridade para as relações do país com o Terceiro Mundo e a considerar Nehru como um “líder progressista” (SAEED, 2003). Nesse contexto, o ímpeto para a URSS desenvolver seu relacionamento com a Índia foi forte, pois o país tinha um grande território e era estrategicamente localizado, bem como politicamente estável. Assim, o apoio soviético

¹⁰ Esta avaliação do governo soviético se deu no contexto da rivalidade com o Ocidente e foi reforçada pela teoria dos dois campos de Andrei Zhdanov, a qual alinhou todos aqueles que não faziam parte do bloco comunista como pró-ocidentais (ROTHERMUND, 1969).

¹¹ O principal teste à credencial da Índia como líder independente surgiu a partir da Guerra da Coreia, com o país se colocando como mediador de conflitos. Antes da conflagração, os indianos defendiam que a independência deveria ser concedida à Coreia como um único país. Após a divisão do Paralelo 38, a Índia apoiou a declaração da ONU contra a agressão norte-coreana, mas foi contra a resolução de intervenção militar da organização em favor da Coreia do Sul. Mesmo assim, a Índia enviou tropas médicas à região e iniciou um papel neutro de mediação entre as partes, enviando uma proposta de resolução de armistício à ONU em 1952. Após desconfiança inicial do bloco socialista, então liderado pela URSS e pela RPC, a Índia foi escolhida por ambos os blocos para a presidência da Comissão das Nações Neutras para a Repatriação de Prisioneiros em 1953 (RIBEIRO, 2019, p. 209).

tangível não demorou a chegar, primeiro sob campo econômico e mais adiante, no âmbito político, sob a questão da Caxemira.

A política soviética de “coexistência pacífica” teve seu início com a competição entre Moscou e o Ocidente em dar ajuda econômica aos países em desenvolvimento. Em decorrência dessa política, a URSS ofereceu ajuda para projetos econômicos da Índia, influenciando a estratégia adotada pelo país neste âmbito. Contudo, a experiência soviética não foi a única influência que determinou a estratégia de desenvolvimento econômico indiana. Durante o processo de independência, intelectuais nacionalistas, como Naoroji (1901) e Ranade (1906), produziram seus próprios argumentos em favor do protecionismo e da oposição ao livre comércio para o interesse nacional do país¹². Nesse contexto, os líderes do Congresso adotaram a estratégia do movimento Swadeshi, a qual foi descrita por Gandhi como a alma do Swaraj, ou seja, do autogoverno. Como consequência, foi considerado um dever nacional promover a produção local, gerar emprego e reter uma parcela maior do valor agregado no país (BHAGWATI, 2019). Nessa mesma época, os industriais também reconheceram a necessidade de o setor público assumir um papel importante em relação à infraestrutura e desenvolvimento da indústria pesada através do Plano de Bombaim¹³, indicando que não contavam com capital ou apetite ao risco para fazer os investimentos necessários para impulsionar o crescimento no pós-independência. Além disso, a pedido de Nehru, um comitê apresentou seu relatório sobre a situação econômica da Índia ao Gabinete em agosto de 1948, um ano após independência. Com base no entendimento dos economistas indianos, o conselho foi de estabelecer uma economia administrada pelo governo (MEHROTRA, 1990), de modo que a aceleração do desenvolvimento industrial por meio do investimento e do planejamento estatal fosse algo intrínseco aos líderes políticos e economistas indianos, bem como sua adoção como estratégia da Índia pós-colonial. Assim, uma combinação de argumentos protecionistas e influências socialistas sobre as elites resultou em uma posição ideológica contra os mercados e em uma crença na industrialização baseada no investimento público.

¹² Eles faziam parte de uma transformação mais ampla do impacto do trabalho de Friedrich List (1909) sobre a problemática da unificação nacional alemã e do desenvolvimento industrial no contexto da hegemonia mundial britânica. A estratégia analítica do autor era de desmascarar o regime de livre comércio como uma expressão direta do interesse econômico nacional britânico. Dessa maneira, a ênfase da teoria econômica clássica no cosmopolitismo era considerada uma manobra para manutenção da hegemonia da Grã-Bretanha.

¹³ O Plano de Bombaim, produzido pelo Comitê Nacional de Planejamento do Congresso Nacional Indiano, é o nome comumente dado a um conjunto de propostas desenvolvidas durante a Segunda Guerra Mundial para o desenvolvimento da economia pós-independência da Índia. O plano foi publicado em 1944-1945 por oito importantes industriais indianos e propôs intervenção estatal no desenvolvimento econômico da nação após a independência da Grã-Bretanha. Deve-se enfatizar que Nehru, além de primeiro-ministro por dezessete anos, também foi o presidente da Comissão de Planejamento durante esse período (MEHROTRA, 1990).

A partir de 1950, o governo de Nehru usou a recém-criada Comissão Nacional de Planejamento para projetar três sucessivos planos econômicos para o governo e atividades privadas a cada período de cinco anos. O objetivo do Primeiro Plano Quinquenal (1951-1955)¹⁴ foi a estabilidade econômica. Os custos para o governo indiano da Segunda Guerra Mundial, a fome em tempo de guerra em Bengala, a violência e a turbulência da divisão, bem como os custos das mudanças políticas e econômicas trazidas pela independência desestabilizaram a economia da Índia. Os ganhos do Primeiro Plano Quinquenal foram modestos, mas, em contraste com as condições econômicas prejudicadas do final da década de 1940, pareciam expressivos. O sucesso do primeiro plano quinquenal incentivou os planejadores a serem mais ambiciosos nos subsequentes. O Segundo Plano Quinquenal (1956-1961) e o Terceiro (1961-1966)¹⁵ se concentraram no desenvolvimento das principais indústrias do setor público, como eletricidade, ferro e aço (WALSH, 2006). O governo indiano tinha plena consciência de que, nos países desenvolvidos, algumas empresas privadas em áreas estratégicas exerceram enorme influência não apenas nas políticas econômicas do governo, mas também nas políticas sociais e externas. Ademais, a autonomia econômica era considerada importante para a Índia manter a sua independência de ação na política externa. Dessa maneira, o país decidiu que as empresas do setor público aumentassem a produção de aço e construíssem usinas de energia, incentivando o setor privado a produzir insumos como cimento e alumínio. Como muitos de sua geração, Nehru ficou impressionado com o progresso da URSS nas indústrias pesadas, incluindo níveis acentuadamente aprimorados de produção de aço. O fato de a URSS não estar envolvida em nenhuma colonização em larga escala fez com que parecesse menos predatória para países recém-independentes em comparação com a Grã-Bretanha, a França, a Bélgica e os EUA¹⁶. Conseqüentemente, Nehru promoveu o desenvolvimento industrial pelo governo com o apoio financeiro e técnico dos governos ocidentais e da URSS (BHAGWATI, 2019).

Como a URSS e a Índia contavam com planos quinquenais de desenvolvimento, acordos comerciais de cinco anos foram estabelecidos entre os dois governos. Isso permitiu ao governo

¹⁴ A Comissão de Planejamento estabeleceu controles governamentais sobre uma série de atividades comerciais: licenciamento industrial, câmbio, importações, exportações, preços de alimentos e movimentação de grãos. A substituição de importações, também foi enfatizada para tornar a economia indiana mais autossuficiente e proteger as empresas indianas da concorrência estrangeira. Durante esse primeiro período, a Índia também garantiu ajuda internacional e pôde recorrer aos fundos que a Grã-Bretanha lhe devia (WALSH, 2006).

¹⁵ O Segundo e o Terceiro Plano produziram desenvolvimento industrial substancial. A industrialização indiana cresceu 7% ao ano entre 1950 e 1965, tornando a Índia o sétimo país mais industrialmente avançado do mundo em 1966 (WALSH, 2006, p. 215).

¹⁶ A anexação por parte da Rússia czarista de territórios contíguos da Ásia Central e a absorção pela URSS de suas áreas vizinhas ou o domínio dos países do Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) foram toleradas e não condenadas em igual medida como colonização (BHAGWATI, 2019).

indiano ter uma visão clara da quantidade de assistência disponível da URSS para cada um de seus planos econômicos, diferentemente dos acordos de assistência econômica assinados com os EUA, que exigiram a sanção anual do Congresso e impossibilitam o planejamento dos programas de desenvolvimento. Além disso, a crescente discordância política entre EUA e Índia e a diminuição da ajuda econômica ao país, ocorrendo concomitante à mudança de postura da URSS em relação ao Terceiro Mundo, facilitaram as relações econômicas da Índia com a URSS. Dessa maneira, o avanço da política soviética de “coexistência pacífica” ofereceu a oportunidade à Índia e a URSS de assinarem, ainda no ano de 1953, o seu primeiro acordo comercial. A característica distintiva do acordo era que o comércio entre os dois países seria realizado em rupia indiana, e as importações e exportações de ambos os países deviam se equilibrar (INDIA, 1963). Assim, a desvantagem tradicional do comércio exterior indiano, que operava em uma moeda ocidental e apresentava um déficit na balança comercial com o Ocidente, foi removida. Desse modo, esperava-se que o comércio com a URSS e outras nações comunistas ajudasse a reduzir as dificuldades da balança de pagamentos de Nova Délhi do pós-independência e a criar estabilidade e crescimento a longo prazo para as exportações. Ademais, devido a esse acordo, o comércio bilateral passou a ser realizado por meio de um sistema específico de comércio e pagamentos baseado num acordo entre moedas. O aspecto mais importante desse sistema eram os pagamentos em moeda não conversível, em que o valor da taxa de câmbio entre o rublo e a rupia era negociado em reuniões periódicas. Essa foi a primeira vez que a rupia indiana foi reconhecida como moeda de pagamento em comércio exterior e em outras transações com um país industrial (HILGER, 2009)¹⁷.

A perspectiva de ajuda soviética era atraente para a Índia, principalmente porque os soviéticos estavam dispostos a ajudar a expansão do setor público do país, em particular no campo da indústria pesada¹⁸. A URSS foi um dos primeiros países a oferecer assistência técnica e econômica para a estratégia de desenvolvimento da Índia. O primeiro empréstimo, para a fábrica de aço de Bhilai, ocorreu no início de 1955, ainda durante o período do Primeiro Plano

¹⁷ Em termos comerciais, o valor dos bens e serviços que passavam entre a Índia e a URSS mais do que triplicou nos três anos entre 1956 e 1959, passando de £20 milhões para £67 milhões por ano (MCGARR, 2013 p. 63). Dado o rápido aumento do volume comercial do período, o acordo de 1955 foi substituído pelo de 1958 com validade de cinco anos e iniciaram-se as negociações para a contribuição soviética ao Terceiro Plano Quinquenal da Índia (SAEED, 2003).

¹⁸ As empresas construídas na Índia com a assistência soviética representavam quase 60% do petróleo do país, aproximadamente 30% de seus derivados e cerca de 20% de sua energia elétrica, 80% de sua capacidade para a fabricação de metalúrgicos pesados equipamentos e cerca de 60% de sua capacidade para a fabricação de equipamentos elétricos (BAKSHI, 1999 p. 1371).

Quinquenal indiano (INDIA, 1955)¹⁹. Dessa maneira, a principal utilidade da assistência soviética residiu em sua disposição em ajudar projetos específicos, considerados como investimentos de alta prioridade no setor público, em momentos em que outros doadores importantes, como o EUA, mostravam relutância em fazê-lo. Ademais, o governo indiano afirmou que a aproximação com a URSS era consistente com a política externa da Índia para incentivar a competição entre os soviéticos e o Ocidente quando se tratava de fornecer à Índia assistência técnica e ajuda econômica. Essa situação também ajudou a dissipar a impressão de que, embora a Índia fosse resolutamente independente em questões políticas, sua economia estava ficando cada vez mais envolvida em esquemas anglo-estadunidenses (MCGARR, 2013). Nesse sentido, a existência da URSS como fonte alternativa de importações e auxílios provou ser benéfica para a Índia, uma vez que incentivou os doadores do mundo capitalista a estender mais ajuda do que haviam feito até então e fortaleceu a posição de barganha do governo indiano em relação à grandes empresas. Ademais, o reembolso dos créditos na forma de exportações indianas reduziu o ônus dos pagamentos das importações do país no âmbito comercial com a URSS. Por conseguinte, para a Índia, diante de restrições cambiais, era vantajoso vincular a ajuda ao comércio²⁰. Do ponto de vista soviético, a vinculação de ajuda e comércio não era uma concessão especial para a Índia, mas uma prática geral nas relações econômicas soviéticas com os países menos desenvolvidos (MEHROTRA, 1990).

No escopo político, os laços entre a Índia e a URSS foram fortalecidos pelo papel de mediador que a Índia desempenhou durante a conferência de paz da Guerra da Coreia em Genebra em 1954. Isso porque a conferência ofereceu à URSS uma oportunidade de capitalizar as tensões indo-estadunidenses. A oposição dos EUA à participação da Índia na conferência intensificou a campanha de Moscou em demonstrar sua amizade por Nova Délhi. Assim, o esforço estadunidense de excluir a Índia da conferência foi criticado pelo delegado soviético, que defendeu a inclusão do país na conferência em que o futuro da Ásia estava sendo discutido.

¹⁹ A fábrica de Bhilai foi o primeiro grande projeto realizado pelos soviéticos em uma nação não comunista. A impressão favorável feita pelos técnicos soviéticos e a formação de seus colegas indianos no trabalho foi contrastada com os esforços alemães e britânicos na construção de plantas de aço em Rourkela e Durgapur para o setor público indiano (SAEED, 2003).

²⁰ Vantagens contidas nesse padrão de comércio para a Índia: como a moeda conversível não é usada, insumos importantes como bens de capital, máquinas, fertilizantes e produtos de petróleo podem ser importados sem esgotar as reservas de câmbio; dada a demanda inelástica nos mercados de moedas fortes pelas exportações indianas tradicionais, como juta, chá, tabaco não manufaturado, castanha de caju e couro, a existência de um mercado estável na URSS e na Europa Oriental ajuda na estabilização dessas *commodities* com valor unitário no mercado internacional; devido ao aumento da proporção de itens não tradicionais nas exportações da Índia para a URSS, experiência e confiança são obtidas para a produção em larga escala para mercados externos. Embora não seja obtida moeda forte, a experiência adquirida contribui para tornar esses produtos competitivos nos mercados ocidentais (MENON, 1978).

Como resultado, pode-se inferir que Nehru atribuiu um significado considerável ao comportamento soviético em Genebra, uma vez que a atmosfera diplomática entre Nova Délhi e Moscou começou a emergir rapidamente, e a Índia aceitou a oferta soviética de assistência para seu Segundo Plano Quinquenal. Contudo, foi a conferência de Bandung²¹, realizada em abril de 1955, que marcou o início de uma nova era nas relações indo-soviéticas. Nessa conferência, foram promulgados princípios que criaram uma base diplomática para a construção das relações entre Estados comunistas e não comunistas. Em especial, quando a URSS foi acusada de colonialismo pelo primeiro ministro do Ceilão (país que adotou o nome de Sri Lanka em 1972), em relação seu domínio na Europa Central e Oriental, a Índia declarou que considerava os países dessas regiões independentes. De maneira geral, apesar das críticas à URSS, a Conferência e o papel da Índia nela foram percebidos de maneira positiva pelo governo soviético, o qual percebeu que a solidariedade afro-asiática poderia diminuir a influência ocidental nas respectivas regiões. Sendo assim, esse foi um período bastante conveniente para o lançamento da nova política de “coexistência pacífica” soviética. Ademais, a Conferência de Bandung confirmou as credenciais da Índia como um país que estava disposto a cooperar com a comunidade socialista e que demonstrava uma atitude amigável frente aos chineses. Como resultado, o governo soviético, impressionado com a crescente estatura internacional da Índia, convidou Nehru a fazer uma visita de Estado, em junho de 1955, à URSS (SAEED, 2003).

A visita de Nehru à URSS foi retribuída por Khrushchev e seu primeiro-ministro Nikolai Bulganin ainda no mesmo ano. Observa-se que, em fins de 1955, quando ocorreu a visita, o Paquistão já havia assinado o acordo de defesa mútua com os EUA e estava recebendo assistência militar e econômica. Também é interessante notar que foi a primeira vez que a Índia recebeu um chefe de Estado soviético após sua independência, além de ser o primeiro país não comunista a ser visitado pelos líderes soviéticos, de modo que a visita soviética à Índia lançou as bases de uma nova era nas relações bilaterais. Na Índia, os líderes soviéticos fizeram uma série de ofertas: mais assistência econômica em melhores condições; certos tipos de ajuda (especialmente científica e técnica) que Moscou parecia menos inibida em dar do que Washington; grandes projetos de infraestrutura, inclusive no setor estatal; e maiores acordos de comércio (MADAN, 2020). Além disso, suas declarações na visita fizeram referência à

²¹ A Conferência Bandung foi uma reunião de Estados afro-asiáticos, a maioria recém-independente, que ocorreu de 18 a 24 de abril de 1955 em Bandung, na Indonésia. Os objetivos declarados da conferência eram promover a cooperação econômica e cultural afro-asiática e se opor ao colonialismo ou neocolonialismo por qualquer nação. A conferência foi um passo importante para a eventual criação do Movimento Não Alinhado.

identidade das visões soviéticas e indianas em muitas questões mundiais e prestaram tributos à contribuição da Índia para a manutenção e promoção da paz e segurança internacional. Os soviéticos deram ênfase à contribuição da Índia na oposição a pactos e alianças militares e na solução pacífica de controvérsias. Além disso, foram citados como exemplos a atuação política indiana na Guerra da Coreia, no conflito na Indochina na crise do estreito de Taiwan, e o apoio para que fosse cedido assento à RPC no CSNU. No entanto, sob o ponto de vista da Índia, os pronunciamentos mais importantes dos líderes soviéticos fizeram referência à promessa soviética de apoio sem reservas à sua gestão sobre a Caxemira. Em várias ocasiões durante sua visita, os líderes soviéticos também atacaram Portugal por se recusar a se retirar de Goa e apoiaram enfaticamente a reivindicação da região pela Índia (SAEED, 2003). A postura soviética foi apreciada na Índia, especialmente no contexto da atitude dos EUA, que haviam incorporado o Paquistão em seus pactos militares. Dessa maneira, o principal ganho indiano com o relacionamento indo-soviético foi o apoio dos soviéticos à reivindicação da Índia sobre a Caxemira, que passou a ser exibido continuamente na ONU²². Assim, conforme as relações econômicas indo-soviéticas avançavam, a URSS procurou ampliar e aprofundar seus laços políticos com o governo da Índia.

Os formuladores de políticas nos EUA assistiram com cautela às interações da Índia com a URSS e, inicialmente, a relação contribuiu para o ceticismo do governo em Washington em ajudar um país que apoiava as políticas chinesa e soviética. No entanto, a perda da Índia constituiria um golpe político para o governo Truman, que sofria acusações de haver perdido a China para os comunistas, situação que poderia ocorrer pela falta de desenvolvimento econômico, levando à instabilidade política e socioeconômica, ou ainda pela Índia recorrendo a outros países em busca de ajuda, já que ela não vinha dos EUA. Além disso, os ganhos eleitorais em 1952 por uma coalizão de partidos comunistas e socialistas em um estado do sul da Índia deixaram claro que o país não era imune ao comunismo. Nesse sentido, tanto formuladores de políticas dos EUA quanto da Índia estavam apreensivos com o fato de os comunistas poderem tirar proveito da desilusão da capacidade do governo de cumprir o desenvolvimento econômico. Assim, uma reavaliação do NSC-68 ainda em 1952 destacou a importância de o mundo livre desenvolver maior estabilidade em áreas periféricas. Os EUA também continuaram a vincular o desenvolvimento econômico indiano a seus interesses de segurança. Nos EUA, quando Eisenhower assumiu o cargo em 1953, não havia mais um debate

²² O primeiro exemplo disso ocorreu em 1957, quando a URSS utilizou o seu veto para evitar a aprovação da resolução do Paquistão para realização de um plebiscito na Caxemira patrocinado pelo Ocidente na ONU (SAEED, 2003).

sobre se a defesa e o desenvolvimento estavam conectados. Durante o resto de 1953 e até 1954, embora alguns continuassem a argumentar contra a ajuda à Índia, o ponto principal da discussão era sobre a quantidade de ajuda que a Índia deveria receber. Em 1955, a ofensiva econômica soviética no mundo não alinhado, reveses militares na Indochina e aumento do engajamento soviético causaram o ressurgimento da preocupação estadunidense de que o Ocidente estava perdendo terreno na Índia. Isso levou à discussão sobre um programa expandido de assistência externa. Desse modo, entre as ajudas econômicas solicitadas aos países subdesenvolvidos naquele ano, apesar de ser menor em comparação à assistência militar e aos aliados, o maior pedido foi para a Índia (MADAN, 2020).

As avaliações dos EUA ainda em 1955 indicaram que havia uma maior valorização da ajuda econômica do país na Índia. Para o governo indiano, o aprimoramento das relações com a URSS e a RPC, no contexto da política de não alinhamento, tornou importante manter o relacionamento da Índia com os EUA. Ademais, Nehru esperava que isso permitisse à Índia manter sua liberdade de ação, diversificando sua dependência. A diversificação permitiria à Índia reduzir a dependência de qualquer país ou bloco, bem como lidar com a confiabilidade questionável dos benfeitores. Por fim, era necessário manter a opção dos EUA por causa das contínuas preocupações indianas sobre o apoio da URSS aos comunistas indianos. Dessa maneira, para manter o equilíbrio, quando Khrushchev e Bulganin deveriam visitar a Índia, Nehru convidou Eisenhower a uma visita de Estado. Preocupado com a reação estadunidense à viagem dos líderes soviéticos, ele também tentou eliminar ou limitar suas críticas públicas aos EUA. Além disso, em março de 1956, rejeitou uma oferta soviética de aeronaves, em parte porque os EUA deixaram claro que era improvável que a Índia recebesse ajuda econômica do país (MADAN, 2020). Assim, enquanto as diferenças sobre questões como o reconhecimento da RPC permaneciam, sinais de mudança eram evidentes. Entretanto, o aumento da tensão fronteiriça sino-indiana foi encarado pelos EUA como uma oportunidade de melhorar de fato os laços da Índia com o Ocidente. Durante a década de 1960, em conjunto com a Grã-Bretanha, o país desenvolveu nova abordagem política para o subcontinente. Como resultado, a Guerra Sino-Indiana de 1962 se converteu em um catalizador da nova rede de relações internacionais na região, envolvendo principalmente os EUA, a Índia, o Paquistão, a URSS e a RPC.

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este capítulo, em concordância com o segundo objetivo específico desta pesquisa, entendeu a reação da Índia à chegada da Guerra Fria na região e o início das relações do país

com a URSS, sem esta ser uma reação a aliança dos EUA com o Paquistão, mas facilitada pela estratégia da Índia de se aproximar da RPC e de sua intenção de desenvolvimento econômico. Em outras palavras, a Índia não optou por um contra-alinhamento com a URSS para equilibrar as forças na região, mas promoveu uma estratégia política própria. A reação da Índia à chegada da Guerra Fria na região se deu em âmbito extrarregional e sistêmico, com a ampliação da promoção da estabilidade regional em sua vizinhança estendida. A Índia respondeu ao desafio do pacto militar entre EUA e Paquistão aproximando-se da RPC para a ampliação de uma “zona de paz” asiática. O objetivo dessa política era impedir uma expansão adicional das áreas de tratados patrocinadas pelos EUA e conter a competição estratégica das potências em suas fronteiras, buscando a estabilização extrarregional para não comprometer sua autonomia e continuar com o foco em seu projeto econômico. Assim, a Índia conferiu mais importância aos efeitos do pacto entre EUA e Paquistão na segurança asiática e no seu desenvolvimento no longo prazo do que de imediato na geopolítica subcontinental. Como a iniciativa indiana era contrária à estratégia dos EUA para a região, ocorreu uma diminuição da ajuda econômica fornecida pelo país à Índia. A aproximação da Índia à RPC facilitou a normalização das relações do país com a URSS, que não havia reconhecido o *status* da Índia em seu pós-independência. A mudança da política soviética para os países do Terceiro Mundo com a diplomacia da “coexistência pacífica” facilitou o início dos laços da Índia com a URSS em âmbito econômico e político. Observa-se que existia vontade por parte da Índia de estabelecer relações com a URSS, dado seu projeto de desenvolvimento econômico e industrialização centrados no Estado e inspirados no modelo soviético. Esse cenário explica como se deu o início da relação da Índia com a URSS no primeiro momento em que a estratégia de política externa indiana era baseada na diplomacia para a promoção do desenvolvimento econômico. Porém, com a ruptura laços de amizade entre a Índia e a RPC promovida guerra de 1962, a relação da Índia com a URSS passa a se adaptar a um novo contexto.

4 A RUPTURA DA ESTRATÉGIA POLÍTICA DA ÍNDIA EM MEIO À MUDANÇA DA DINÂMICA REGIONAL E DOS LAÇOS INDO-SOVIÉTICOS

Este capítulo investiga a ruptura da estratégia da Índia em meio à mudança da dinâmica regional com a Guerra Sino-Indiana e a Segunda Guerra Indo-Paquistanesa e a relação do país com a URSS nesse período. Em vista disso, divide-se em três subcapítulos: os breves laços de amizade entre Índia e China em meio à emergente disputa fronteiriça no Tibete; a posição da URSS no conflito sino-indiano e seus impactos para relação indo-soviética; e a *détente* soviético-paquistanesa com a maior presença da RPC no sul da Ásia e a segunda guerra pela Caxemira.

4.1 OS BREVES LAÇOS DE AMIZADE ENTRE ÍNDIA E CHINA EM MEIO À EMERGENTE DISPUTA FRONTEIRIÇA NO TIBETE

Na década de 1950, a Índia desenvolveu laços em seu pós-independência tanto com a RPC quanto com a URSS. Como foi observado no capítulo anterior, a Índia foi o primeiro país não comunista a estabelecer relações diplomáticas formais com a RPC quando essa passou a existir em 1949, após uma série de disputas internas. Na sequência, houve um período de cooperação em que as relações diplomáticas foram formalmente estabelecidas e visitas de alto nível foram trocadas. Além disso, em abril do ano de 1954 ambos assinaram um acordo sobre comércio e relações entre a região do Tibete da China e da Índia, um mês após o acordo de segurança mútua de Paquistão e EUA. Como vamos observar neste subcapítulo, com esse acordo, a Índia abandonou todos os seus privilégios herdados no Tibete em virtude de pactos anteriores. Após tal acontecimento, foi estabelecido o Tratado de Panchsheel, o qual formulou os cinco princípios da coexistência pacífica, e a participação da RPC na Conferência Bandung. Esses dois eventos podem ser considerados momentos de destaque da cooperação entre os dois países no período. No entanto, a amizade entre ambos não durou muito tempo. No final da década de 1950, começaram a surgir diferenças entre a Índia e a RPC em suas fronteiras não delimitadas na região do Tibete. Da mesma forma que, no caso do Paquistão, a disputa territorial era uma herança do domínio colonial britânico. Esse impasse não resolvido entre ambos levou a uma guerra em 1962, a qual modificou as dinâmicas de segurança no sul da Ásia, bem como a estratégia da política externa indiana. Como consequência, a Índia se viu em uma série de conflitos com seus vizinhos no restante da década. Sendo assim, este subcapítulo procura

examinar o histórico das relações entre a Índia e a RPC, que resultaram em breves laços de amizade, crescente rivalidade fronteiriça e mudanças das relações internacionais na região.

O legado colonial foi, em muitos aspectos, responsável pela disputa de fronteira entre a Índia e a RPC, que culminou em uma guerra em 1962. Para os pensadores de estratégia britânicos, o noroeste da colônia – onde se localizava o Passo Khyber¹, portão de entrada tradicional no subcontinente para invasores há milênios – era a região que precisava de mais atenção. Isso porque a Rússia czarista era a principal ameaça externa para a Grã-Bretanha na região até 1907, quando se firmou o Tratado Anglo-Russo². Dessa maneira, depois que os britânicos tentaram subjugar o Afeganistão em vão por três guerras, o país surgiu como o principal amortecedor pelo qual o Grande Jogo havia sido disputado. Levando a sério a ameaça russa, o vice-rei Lord Curzon (1899–1906) tornou as fronteiras da Índia o foco de seu mandato e não apenas estabeleceu a Província da Fronteira Noroeste (sigla NWFP em inglês), mas tentou encontrar um acordo para a região de Aksai Chin³. Em 1903, o coronel Francis Younghusband liderou uma expedição ao Tibete, nominalmente para impedir uma intervenção russa. O coronel forçou a abertura do Tibete e a assinatura do Tratado de Lhasa em 1904, permitindo missões comerciais britânicas em Yadong, Gyantse e Gartok. Também fez o Tibete – formalmente ainda uma região da China imperial – pagar uma indenização, reconhecer a fronteira com Sikkim e abster-se de ter relações com qualquer outro país estrangeiro. O Tratado de Lhasa foi substituído por uma Convenção entre a Grã-Bretanha e a China, que respeitava o Tibete, em 1906. Assim, por um lado, os britânicos garantiram não anexar nenhum território ou interferir no território tibetano e reafirmaram a suserania chinesa sobre o Tibete; por outro lado, Pequim garantiu que não permitiria que nenhuma potência estrangeira interferisse no Tibete (LUTHI; GUPTA, 2017).

Entretanto, enquanto a Grã-Bretanha assumiu o controle direto da NWFP ao sul do Passo Kyber, o controle das áreas de fronteira para o leste foi deixado às lideranças locais. A Caxemira, incluindo a região de Ladakh, o reino do Nepal, Sikkim e Butão, seria rota de abordagem de difícil acesso para o subcontinente. O próprio nordeste indiano, a partir de

¹ O Passo Khyber é um passo de montanha localizado no noroeste do que é hoje o Paquistão, na fronteira com o Afeganistão. Ao longo da história, tem sido uma importante rota comercial entre a Ásia Central e o subcontinente indiano e um ponto de estrangulamento militar estratégico vital para vários Estados.

² A Convenção entre o Reino Unido e a Rússia, relativa à Pérsia, Afeganistão e Tibete de 1907 acabou com a rivalidade de longa data na Ásia Central e ajudou a contrabalançar a crescente influência alemã na região na época, cujos planos eram conectar Berlim à Bagdá com uma ferrovia. De modo geral, essa convenção delineou esferas de influência na Pérsia, estipulou que nenhum país iria interferir nos assuntos internos do Tibete e reconheceu a influência da Grã-Bretanha no Afeganistão.

³ A região passará a estar em controle chinês somente a partir de 1962 com o resultado da Guerra Sino-Indiana.

Bengala, era inacessível há alguns séculos, já que estava cercado por barreiras naturais, como o Himalaia, e áreas quase impenetráveis de fronteira com a Birmânia (país que adotou o nome de Mianmar em 1989). Assim, a Grã-Bretanha, não tendo muitos interesses econômicos nem militares na região, exerceu apenas um controle muito frouxo por meio de tratados com governantes locais (LUTHI; GUPTA, 2017). Mesmo assim, houve algumas tentativas de garantir fronteiras a leste do Passo Khyber. Em 1885, sugeriu-se, sem sucesso, reivindicar Ladakh até a faixa de Kunlun, incluindo todo o Aksai Chin. Trinta e dois anos depois, o chefe da inteligência militar britânica, Sir John Ardagh, propagou novamente a ideia, mas não conseguiu convencer o governo da Índia. Em vez disso, em 1899, aproximou-se do Ministério das Relações Exteriores da China, propondo uma fronteira ao longo da chamada Linha MacCartney-MacDonald (mapa 4), que colocaria a maior parte de Aksai Chin dentro do território chinês. Pequim, no entanto, não respondeu. Em 1911, o Exército Indiano defendia a Linha Ardagh, enquanto o Secretário de Relações Exteriores da Índia britânica, Henry McMahon, sugeriu, na Conferência Simla em 1914, tornar todo Aksai Chin parte do Tibete, criando assim uma zona tampão entre a Caxemira, a parte de Xinjiang dominada então pela Rússia e a República da China (sigla ROC em inglês) (LUTHI; GUPTA, 2017).

A Conferência resultou na conclusão de um acordo vago e sem a assinatura chinesa. Enquanto a Índia britânica e o Tibete chegaram a um acordo sobre os termos em relação às suas fronteiras mútuas, não foi possível chegar a um consenso entre o Tibete e a ROC em relação à linha que separaria o interior e o exterior do Tibete, já que Pequim considerava o último autônomo. Como consequência, a delegação chinesa retirou-se da convenção e os britânicos e tibetanos assinaram o acordo de Simla em 1914, que incluía um mapa em pequena escala mostrando a Linha McMahon (mapa 4). Esse acordo foi não só repudiado pela ROC, mas também pelo governo da Índia, que argumentava que o acordo era incompatível com o Tratado Anglo-Russo de 1907. As discussões posteriores procuraram entender se Lhasa tinha o direito de entrar em qualquer acordo desse tipo, apesar de todas as três partes envolvidas reconhecerem a suserania chinesa sobre o Tibete (ATHWAL, 2008). Os defensores da validade do acordo de Simla também argumentaram que a delegação chinesa se retirou não devido a diferenças sobre a fronteira do Tibete-Assam, mas por causa das diferenças sobre a extensão geográfica do Tibete exterior. O acordo caiu no esquecimento até que os britânicos, em 1937, começaram a publicar mapas com a Linha McMahon como fronteira oficial da Índia britânica. Esse passo unilateral desencadeou protestos regulares pelos governos tibetano e chinês (ARIF, 2013). No pós-independência da Índia, uma delegação tibetana foi convidada para a Conferência de Relações Asiáticas, realizada em Nova Délhi em 1947 e, apesar dos protestos dos chineses

republicanos, a região foi tratada como soberana. Quando o embaixador chinês em Dêlhi, no final daquele ano, protestou contra mapas que mostravam o Tibete como um país separado, o governo da Índia o ignorou (LUTHI; GUPTA, 2017).

Mapa 4 – As disputas fronteiriças entre Índia e República Popular da China (1949-2020)



Fonte: adaptado de CIA (2006) e Luthi e Gupta (2017, p.4-5).

Durante décadas, os chineses não apresentavam condições de exercer qualquer autoridade no Tibete, mas essa situação mudou no início dos anos de 1950, após a formação da RPC. Em julho de 1949, houve um relato de um incidente no Tibete, no qual autoridades locais haviam expulsado a missão do governo chinês da região. O incidente causou um ressentimento considerável na RPC em relação ao governo indiano, que declarou que nada havia ocorrido. Desse modo, quase imediatamente após o estabelecimento da China comunista, Pequim anunciou que em breve entraria no Tibete, embora garantisse à Índia que não tinha planos de usar a força. Após uma curta campanha militar em outubro de 1950, que ocorreu à sombra da Guerra da Coréia, a resistência armada tibetana entrou em colapso. Na sequência, Pequim não ocupou o Tibete de uma só vez, mas ofereceu negociações (LUTHI, 2012; SAEED, 2003). Conforme Garver (2006) e Ribeiro (2019), inicialmente, o governo indiano reagiu com cautela à ocupação do Tibete pelo Exército de Libertação Popular (sigla PLA em inglês), criticando a iniciativa junto ao governo chinês, mas contrariando os esforços tibetanos em levar o caso à ONU e persuadindo o Dalai Lama a aceitar o acordo proposto pelos chineses. No entanto, a ocupação militar chinesa na região gerou fortes protestos na Índia, e o país solicitou a atenção da ONU ao que estava ocorrendo na região. O esforço indiano falhou devido às ações contidas das principais potências mundiais – El Salvador foi o único país que queria que a Assembleia Geral tomasse ação contra a iniciativa chinesa. Dessa maneira, as negociações entre os chineses e os tibetanos levaram os últimos a concordarem com os termos de Pequim e assinarem o Acordo dos Dezessete Pontos para a Libertação Pacífica do Tibete em maio de 1951. Esse acordo estabeleceu a soberania chinesa na região e anulou qualquer reivindicação tibetana de independência. O destino do Tibete, no entanto, permaneceu incerto porque o acordo era internamente contraditório: prometia respeito pelos costumes e instituições tibetanas (incluindo a forma tradicional de governo teocrático) enquanto anunciava reformas socioeconômicas e a gradual admissão do Tibete na estrutura governamental da RPC (ATHWAL, 2008).

Para a Índia, com a inserção chinesa do Tibete, a zona tampão fornecida pelo platô tibetano e pela fronteira com o Himalaia desapareceu. Com isso, o governo indiano reconheceu o surgimento de uma fronteira comum entre a Índia e a RPC e se esforçou para estabelecer relações amistosas com o país. A visão dominante na Índia era de que o país não representava uma ameaça externa a curto e médio prazo. Isso porque as autoridades em Nova Délhi acreditavam que, assim como na Índia, o nacionalismo era a principal força motriz da RPC, e que, portanto, o país buscaria a paz em sua periferia. Ademais, embora estivesse incerto sobre as intenções externas chinesas, Nehru tinha certeza de que, dada suas capacidades limitadas de defesa, o país não podia se dar ao luxo de provocar seu vizinho, de modo que,

consequentemente, procurou envolver Pequim no sistema internacional vigente, sendo o primeiro país não comunista a reconhecer, em dezembro de 1949, a RPC (MADAN, 2020). Outras iniciativas importantes do governo da Índia para fomentar as relações de amizade com os chineses foram a crítica ao Tratado de Paz do Japão preparado pelos EUA e sua recusa em participar da conferência em San Francisco em 1951 e da assinatura do tratado. Uma das razões da ação foi o fato de o tratado não estipular que Taiwan seria devolvido à RPC⁴. Foi somente após o início das negociações da trégua coreana que as políticas de Pequim começaram a mudar para uma linha mais conciliatória com a Índia. Em 1952, a RPC declarou que os países com diferentes sistemas sociais e modos de vida poderiam coexistir pacificamente. A Índia saudou o degelo na política da RPC e aproveitou o momento para redefinir a relação entre os dois países (SAEED, 2003). Como aponta Singh (2019), para Nehru, a RPC passou a ser um componente-chave na ampliação de uma “área de paz” na qual países não alinhados poderiam coexistir com a RPC e os EUA, em vez de erguer alianças militares – abordagem contrária à Guerra Fria dos EUA e da URSS na Ásia. Além disso, a Índia era um Estado mais estável que o Paquistão, e as boas relações bilaterais poderiam deixar a RPC relativamente livre para se concentrar em suas preocupações de segurança no Leste e Sudeste da Ásia, onde a presença dos EUA era maior. Assim, apesar de Pequim não ter condições de fazer os tipos de ofertas econômicas que Moscou oferecia a Nova Délhi, nem estar disposto a se envolver na questão da Caxemira, as visitas trocadas entre Nehru e Zhou Enlai no período foram de grande significado para a normalização das relações bilaterais e a construção da “zona de paz” asiática (FOOT, 1986).

As relações entre Índia e RPC avançaram quando ambos chegaram a um acordo formal sobre o comércio e o relacionamento entre a região do Tibete da RPC e da Índia logo após a conclusão do acordo de segurança mútua entre os EUA e o Paquistão. No acordo do Tibete de abril de 1954, a Índia denunciou o Tratado de Lhasa de 1904 e reconfirmou a posição chinesa, renunciando aos privilégios que herdara dos britânicos no Tibete. Em julho, os dois países também formularam em conjunto os cinco princípios da coexistência pacífica, conhecidos como o Tratado de Panchsheel, o qual estipulou que as relações sino-indianas seriam guiadas pelas normas de não interferência nos assuntos internos e o respeito mútuo à integridade territorial. Suas relações amistosas, baseadas então nos cinco princípios, tornaram-se um

⁴ O Tratado de Paz com o Japão, também chamado de Tratado de São Francisco, foi assinado em 1951. Este restabeleceu as relações pacíficas entre o Japão e as Potências Aliadas após a Segunda Guerra Mundial. Além disso, serviu para acabar oficialmente com a posição do Japão como potência imperial, alocar indenizações a civis aliados e ex-prisioneiros que haviam sofrido crimes de guerra japoneses durante a Segunda Guerra Mundial e acabar com a ocupação aliada do Japão no pós-guerra. Entretanto, este tratado também introduziu o problema do *status* legal de Taiwan e, portanto, alguns partidários da independência de Taiwan argumentam que a soberania da região ainda é indeterminada (SAEED, 2003).

modelo para as relações entre países comunistas e não comunistas. Ademais, representavam o triunfo do nacionalismo asiático e anunciavam uma nova consciência política em uma parte do mundo que havia sofrido com a presença colonial por bastante tempo. O famoso slogan *Hindi-Chini bhai bhai*⁵ capturou o que parecia ser um espírito sem precedentes de amizade e respeito entre os dois maiores países da Ásia (MCMOHAN, 2006; CHAOWU, 2017)⁶. Os dois lados, no entanto, não chegaram a acordo sobre a demarcação precisa da fronteira entre a Índia e o Tibete. A primeira disputa menor surgiu em julho-agosto do mesmo ano do tratado. Ambos os países reivindicavam uma área de pastagem no setor intermediário da fronteira, que os indianos denominaram Bara Hoti e os chineses Wu Je. Por conseguinte, protestos mútuos contra a invasão de patrulhas foram apresentados e reiterados nos anos seguintes (SAEED, 2003; LUTHI; GUPTA, 2017). Entretanto, Nehru não acreditava que haveria uma invasão militar chinesa à Índia em futuro próximo, dado o enfoque em seu desenvolvimento interno. Além disso, Pequim precisava defender suas outras fronteiras e dificilmente conseguiria desviar as tropas necessárias para um grande ataque à Índia. Sendo assim, afirmou que o país não tinha os recursos financeiros e militares para se preparar para um ataque improvável. O desvio de recursos para a fronteira sino-indiana prejudicaria a defesa indiana em relação ao Paquistão (que Nehru via como a principal ameaça em potencial) bem como o desenvolvimento econômico indiano. No entanto, uma infiltração gradual através da fronteira e a ocupação chinesa de território disputado eram possíveis e de fato um risco. Mesmo assim, Nehru continuou acreditando que a melhor abordagem era alcançar algum tipo de entendimento com a RPC, desde que Pequim desejasse o mesmo (MADAN, 2020).

O primeiro-ministro indiano, apesar de não se encontrar disposto a confrontar os chineses sobre o Tibete, parcialmente na esperança de manter boas relações com a RPC, reconheceu que a política Panchsheel poderia falhar no futuro. Dessa forma, segundo Mukherji (2008), apesar de uma mistura de apreensão e apaziguamento em relação aos chineses, o desejo da construção de boas relações com o país levou Nehru a incluir a RPC entre os convidados para a Conferência Afro-Asiática em Bandung. Nessa conferência, em abril de 1955, os cinco princípios de coexistência pacífica dos dois países foram elevados aos dez princípios orientadores do emergente movimento afro-asiático (SAEED, 2003). Além disso, Zhou Enlai

⁵ O slogan *Hindi-Chini bhai bhai* significa em hindi “Índia e China são irmãos”, e se tornou um símbolo da política externa cordial sino-indiana durante os breves anos de relações amigáveis antes da guerra de 1962.

⁶ Nos termos desse acordo, a missão indiana em Lhasa foi reduzida a um consulado geral e agências comerciais foram abertas em Gyantse, Gangtok e Yatung. Reciprocamente, a RPC abriu um consulado em Bombaim e agências comerciais em Kalimpong, Nova Délhi e Calcutá. A prática da era britânica de escoltas militares indianas no Tibete foi retirada. Por volta dessa época, a Índia sugeriu ao Ocidente que a RPC fosse aceita como membro CSNU (BHAGWATI, 2019).

aceitou ter conversas diretas com Washington sobre a crise no estreito de Taiwan. Assim, a situação passou para canais diplomáticos, com a Índia assumindo um papel de mediador do conflito. O objetivo do governo indiano nessa situação foi manter um *status quo* geopolítico estável no Leste Asiático. Em outras palavras, a Índia se esforçou para garantir que o dilema de segurança entre os EUA e a RPC permanecesse o mais silencioso possível. Conforme Singh (2019), a interseção da Conferência de Bandung e a crise de Taiwan foram estrategicamente alavancadas por Nehru para promover seu conceito de “área de paz” asiática. Nesse sentido, Bandung não era apenas sobre o aumento do envolvimento entre a RPC e a Ásia não-alinhada, algo importante para conter o avanço da crise da Indochina, mas também sobre a abertura para a estabilização das relações entre a RPC e os EUA. Assim, a estratégia da Índia se baseava no avanço simultâneo desses dois objetivos. O governo indiano poderia simplesmente ter decidido manter uma postura passiva, em vez de se envolver em uma diplomacia ambiciosa que não era nem custosa nem sem riscos⁷. Entretanto, a geopolítica de Nehru resolveu desafiar a estratégia dos EUA na Guerra Fria para a Ásia com o seu conceito de “área de paz”, buscando promover áreas que estariam além de uma esfera de influência estadunidense (SINGH, 2019).

No mesmo ano de Bandung, Pequim decidiu criar um comitê preparatório para as reformas socioeconômicas e da admissão administrativa no Tibete pela RPC. Essa situação anunciou essencialmente o fim da sociedade tradicional tibetana e a transferência de poder real do governo teocrático sob o Dalai Lama para o Partido Comunista da China (PCCh), o que provocou grande inquietação. Quando as tropas do PLA, no início de 1956, em um ato precipitado, destruíram mosteiros no Tibete Oriental, onde os insurgentes locais haviam se refugiado, a situação política em todo o Tibete se deteriorou rapidamente. O Dalai Lama usou uma visita à Índia no final de 1956 para pressionar Pequim a fazer concessões e, após as negociações entre Zhou Enlai e o Dalai Lama terem ocorrido na embaixada chinesa em Délhi, Mao Zedong concordou em adiar reformas por mais cinco anos. Entretanto, em 1957 a RPC ocupou o platô de Aksai Chin em Ladakh e construiu uma estrada estratégica na região, conectando a região tibetana à Xinjiang. A revolta no Tibete Oriental não diminuiu, e já entre meados de 1958 e março de 1959, nem Pequim nem Lhasa tiveram muita influência sobre vastas partes do Tibete. Ademais, a decisão de Nehru de conceder asilo político ao Dalai Lama

⁷ Embora a influência da Índia na política dos EUA na Ásia tenha sido limitada, Nehru acreditava que a equação da Índia com o regime chinês não era insignificante para influenciar o curso dos eventos. Para Nehru, a participação da RPC em Bandung melhorou a segurança asiática, criando uma atmosfera de coexistência na região, que por si só foi uma poderosa resposta diplomática ao impulso de contenção e expansão de tratados dos EUA. Nesse momento, parecia mais viável do que nunca neutralizar a expansão do aparato da Guerra Fria na Ásia e manter estrategicamente relações estáveis simultaneamente com os EUA, a URSS e a RPC (SINGH, 2019).

incomodou profundamente os chineses, que suspeitavam que os indianos eram cúmplices na rebelião armada e que estavam recebendo apoio dos EUA na revolta⁸ (LUTHI, 2012; RIBEIRO, 2015). Com a fuga do Dalai Lama para a Índia, os chineses ficaram convencidos de que o plano de Nehru era tornar o Tibete uma zona tampão por meio da ajuda dos EUA. Assim, após a repressão da revolta no Tibete em março de 1959, as relações sino-indianas se deterioraram rapidamente. As negociações pela fronteira entre Nehru e Zhou Enlai ficaram congeladas e as escaramuças entre os exércitos dos dois países aumentaram. A opinião pública e o parlamento na Índia passaram a pressionar Nehru para tomar uma posição mais assertiva em relação às questões relacionadas à disputa territorial e à instabilidade tibetana. Assim, apesar de Zhou propor um acordo para solucionar a disputa em 1960, no qual cada uma das partes ficaria com os territórios já controlados, Nehru não tinha margem de manobra no âmbito doméstico para negociar um acordo, nem acreditava mais nas intenções chinesas (RIBEIRO, 2019).

A supressão chinesa da revolta tibetana militarizou a fronteira entre o Tibete e a Índia, e as tensões colocaram em questão o *status* do Tratado de Panchsheel, bem como a estratégia política indiana de “zona de paz” asiática. O problema consistia na falta de uma linha de demarcação acordada no setor leste entre Birmânia e Butão e no setor ocidental entre Nepal e Paquistão. Essa situação indicou a importância do *status* não resolvido das fronteiras na região de Ladakh na Caxemira indiana e na Agência de Fronteira Nordeste (sigla NEFA em inglês)⁹ ao norte de Assam e ao leste de Mianmar. Confrontos armados ocorreram nas duas regiões, e as negociações para tentar resolver as crescentes tensões fracassaram. Na sequência, o exército indiano implementou sua “política de avanço” para o norte, colocando postos militares nas áreas disputadas, acreditando ser a medida mais adequada para evitar incursões do PLA e prevenir o desenho de uma nova linha de controle (ATHWAL, 2008). Em outubro de 1962, eclodiu uma guerra entre os dois Estados, a qual retomava uma rivalidade fronteiriça sob legado colonial, como o caso do Paquistão. Para a RPC, essa guerra também significou uma maneira de apaziguar sua situação interna, dado o resultado negativo do Grande Salto Adiante (1958-1962), que levou a quase 20 milhões de chineses a morrer de fome (BHAGWATI, 2019, p.102).

⁸ Nesse sentido, a Índia teve um papel nos eventos que levaram à crise no Tibete e em seus desdobramentos. No ano de 1957, ao mesmo tempo em que o governo indiano declarou que não apoiaria qualquer esforço do Dalai Lama para iniciar uma luta armada, permitiu que os esforços da Agência Central de Inteligência (sigla CIA em inglês) dos EUA retornassem guerrilheiros tibetanos por eles treinados à região pelo espaço aéreo indiano. Além disso, após as revoltas, a Índia consentiu que Dalai Lama fosse escoltado pela agência estadunidense para buscar asilo e constituir um governo informal em seu país. Contudo, o apoio dos EUA a essas ações não ocorreu de maneira aberta. Inclusive durante a visita de Eisenhower à Índia, Nehru não permitiu um encontro com o líder tibetano (RIEDEL, 2015).

⁹ A Agência de Fronteira Nordeste (sigla NEFA em inglês) foi uma das divisões políticas na Índia britânica e mais tarde na Índia. Em 20 de janeiro de 1972, se tornou o Território da União de Arunachal Pradesh.

Desse modo, as diferenças bilaterais com a Índia e desenvolvimentos internos contribuíram para os preparativos da RPC desde 1959-1960 para uma guerra com seu vizinho do sul.

Entre 1956 e 1962, houve uma convergência de visões entre a Índia e os EUA sobre a natureza e a urgência da ameaça da RPC, bem como sobre as formas e os meios de lidar com ela. O segundo mandato de Eisenhower e o governo Kennedy passaram a ver o país não apenas como uma ameaça direta à segurança, mas também como uma ameaça simbólica e ideológica aos interesses estadunidenses. Como resultado, houve uma maior ênfase na competição econômica entre a Índia e a RPC, já que a Índia era uma democracia. Nesse mesmo período, os líderes indianos passaram a compartilhar a visão dos EUA de que a RPC era uma ameaça geopolítica. Além disso, o país estava precisando de mais investimentos para o desenvolvimento econômico. Assim, os dois países concordaram com o que era necessário para enfrentar essa ameaça: o fortalecimento das capacidades militares e econômicas da Índia (MADAN, 2020). Entretanto, durante o período de cooperação entre os dois países, as fontes de estranhamento em relação ao Paquistão e à URSS não desapareceram. A preocupação comum com a RPC apenas incentivou os dois países a enfatizar ou gerenciar essas diferenças de maneira mais eficaz. Contudo, o Paquistão encarou o crescente relacionamento dos EUA com a Índia e a dificuldade de Washington de chegar a um acordo sobre conflito da Caxemira como uma ameaça direta aos interesses nacionais do país. Como consequência, o governo paquistanês procurou cultivar laços mais estreitos com os soviéticos e os chineses. Concomitantemente, a URSS se viu frente a uma difícil situação, dadas suas relações de amizade com a Índia e de irmandade com a RPC, em um período em que a rivalidade sino-soviética não havia desabrochado por completo (MCGARR, 2013; MCMAHON, 2006). Nesse sentido, a Guerra Sino-Indiana, que começou como uma repreensão limitada à Índia e o início de uma mudança na estratégia de política externa indiana, abrangeu também em âmbito político a disputa bipolar com a aproximação estratégica dos Estado Unidos à Índia, bem como a rivalidade indo-paquistanesa e o impasse sino-soviético, o que teve seu impacto nas relações entre a Índia e a URSS. Assim a Guerra Sino-Indiana consistiu na situação em torno da qual uma nova rede de relações internacionais no sul da Ásia foi construída.

4.2 A POSIÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA NO CONFLITO SINO-INDIANO E SEUS IMPACTOS PARA A RELAÇÃO INDO-SOVIÉTICA

A Índia e a URSS passaram a desenvolver sua relação na década de 1950 com a política soviética de “coexistência pacífica”, primeiramente no âmbito econômico, depois evoluindo

para o campo político. Entretanto, a Guerra Sino-Indiana colocou a URSS na difícil posição de escolher entre a relação que estava desenvolvendo com Índia e as relações de irmandade com a China comunista. Dada essa situação, a URSS não aderiu a um lado no conflito, mas seu governo continuou fornecendo ajuda econômica aos planos quinquenais indianos, a qual agora competia com uma maior assistência financeira dos EUA, e manteve seu apoio na ONU ao país durante os desenvolvimentos paralelos a guerra. Além disso, apesar do Ocidente ser o maior fornecedor de armas para a Índia durante o período, a URSS firmou um acordo que se tornou um símbolo dos laços militares indo-soviéticos. Sendo assim, este subcapítulo procura examinar a posição da URSS no conflito sino-indiano e os impactos para as suas relações com Índia. Destaca-se aqui o desenvolvimento de um elemento militar nas relações da Índia com a URSS, que teve grande importância para os desencadeamentos do pós-Guerra Sino-Indiana; bem como a crescente rivalidade entre a RPC e a URSS no período. Situação que, posteriormente, culmina na aproximação da Índia com os soviéticos, principalmente pela relação estabelecida entre Paquistão e os chineses e o afastamento dos EUA da região.

No primeiro anúncio da revolta tibetana, a URSS apoiou as alegações chinesas. Entretanto, quando os chineses intensificaram suas críticas ao suposto papel da Índia na revolta, a imprensa soviética permaneceu em silêncio. A relutância de Khrushchev em apoiar as acusações da RPC contra a Índia refletia o crescente atrito nas relações sino-soviéticas e a relutância do país em comprometer sua relação com Índia. Esse foi um período em que os interesses da política externa soviética e chinesa entraram em conflito, e suas visões de mundo começaram a divergir dramaticamente. Por um lado, Pequim desenvolveu uma política que pressionava os governos a tomar uma posição mais firme contra o Ocidente; por outro, Moscou permaneceu apegado a uma política de “coexistência pacífica” em busca de uma *détente* com os EUA. Com a crescente rivalidade sino-indiana, a RPC parecia testar a disposição soviética de usar seu poder em nome de seu principal aliado (FOOT, 1986). Desse modo, o conflito fronteiriço entre a RPC e a Índia colocou os soviéticos na posição precária de escolher entre um Estado comunista com quem as relações estavam se deteriorando rapidamente ou um Estado não comunista com o qual as relações estavam sendo cultivadas. As apostas nessa decisão foram bastante altas, o governo indiano enfrentando ameaça militar direta de um país comunista poderia ter reagido voltando-se bruscamente para o Ocidente em busca de apoio político e militar e talvez até abandonando a política de não alinhamento. Além disso, era preciso considerar que a dependência militar indiana do Ocidente poderia levar à construção de bases militares estadunidenses nas áreas de fronteira, não apenas da RPC, mas também na região sul da URSS. Tendo essas questões em mente, em uma declaração à Agência Telegráfica da URSS

(sigla TASS em inglês)¹⁰ em setembro de 1959, o governo soviético procurou esclarecer sua posição, pedindo aos dois lados que resolvessem o conflito por meios pacíficos. Essa foi a primeira ocasião em que a URSS não estendeu automaticamente seu apoio público a um país comunista envolvido em um conflito com um Estado não comunista. Concomitantemente, embora a assistência financeira soviética à Índia fosse eventualmente diminuída pela dos EUA¹¹, a URSS anunciou que contribuiria com créditos no valor 1,8 bilhões de rupias para o Terceiro Plano Quinquenal indiano. Além disso, no ano seguinte, o governo soviético revelou que ofereceria 600 milhões de rupias adicionais e prometeu acelerar a ajuda às indústrias de carvão e petróleo (SAEED, 2003 p.182)¹².

A posição neutra da URSS em relação ao conflito fronteiriço sino-indiano e seu apelo a Pequim e a Nova Délhi para que se envolvessem em negociações alimentaram a ruptura sino-soviética. No que dizia respeito aos chineses, a neutralidade soviética representava praticamente o apoio soviético à elite dominante, os nacionalistas burgueses da Índia. Assim, o fato de a URSS não ter assumido uma clara posição de “classe” em um conflito entre um Estado socialista e um Estado burguês provocou indignação na RPC. Os chineses condenaram o comunicado soviético como tendencioso e sustentaram que ele revelava as diferenças sino-soviéticas ao mundo. O governo da Índia também viu significado na declaração soviética. Esperava-se em Nova Délhi que Krushchev pudesse restringir a ação dos chineses no conflito fronteiriço, de modo que a reação dentro dos círculos oficiais do governo foi de considerar positiva a atitude de Moscou, porque embora a URSS não tivesse expressado nenhuma opinião pública sobre os méritos da disputa, eles não apoiaram os chineses. Contudo, já no final de outubro, o governo indiano parecia perder a esperança de um acordo negociado com a RPC. A partir de então, em suas declarações públicas, Nehru estabeleceu uma distinção clara entre a conduta dos soviéticos e dos chineses. A URSS foi caracterizada como trabalhando para uma solução pacífica dos problemas mundiais, enquanto a China foi reconhecida como um país que se importa pouco com a paz, dado que se opunha a qualquer movimento construtivo de Moscou nessa direção. Em resposta àqueles em seu próprio partido que pensavam que a Índia deveria

¹⁰ A TASS foi estabelecida em 1925 como a agência central de informações do Estado soviético. Depois de 1971, foi elevada ao *status* de Comitê do Estado no Governo da URSS. Com a dissolução da URSS, o seu *status* e seu nome foram redefinidos no âmbito da então Federação Russa.

¹¹ Um consórcio que incluía os EUA e outros países ocidentais, além do Banco Mundial, foi formado em 1958 para ajudar a Índia a superar suas dificuldades na balança de pagamentos. Durante o Segundo Plano Quinquenal (1956-1961), a assistência externa totalizou US\$ 284 milhões e o número para o período do Terceiro Plano Quinquenal (1961-1966) foi de US\$ 825 milhões (BHAGWATI, 2019, p.66).

¹² Situação que, como aponta McGarr (2013, p.63), no final da década, a permitiu a Nova Délhi reduzir em quase 12% suas compras de petróleo anglo-estadunidense.

fazer mudanças em sua política de defesa, Nehru alertou que se a Índia fizesse uma aliança com as potências Ocidentais, a URSS seria forçada a apoiar a RPC (SAEED, 2003).

No entanto, a Grã-Bretanha e os EUA foram os principais fornecedores de armas para a Índia durante a Guerra Sino-Indiana. A URSS não criticou Nova Délhi por solicitar assistência militar do Ocidente em larga escala, em parte motivada por sua crescente rivalidade com a RPC e não querendo ver a Índia ir muito longe no campo Ocidental (FOOT, 1986). Em resposta, também forneceu armas para a Índia. Sendo assim, apesar do posicionamento de neutralidade, Moscou não hesitou em promover um acordo de armas com Nova Délhi, o qual se tornou um símbolo dos laços militares indo-soviéticos. O ministro da defesa indiano, Krishna Menon, estava se esforçando para uma maior diversificação em relação às compras militares, com o objetivo de adquirir maior independência dos equipamentos britânicos. As relações da Índia com a URSS nesse âmbito já haviam começado antes do conflito fronteiriço sino-indiano¹³ (CHARI, 1979), entretanto, no ano de 1961, a Força Aérea da Índia demonstrou um interesse especial no MiG-21 soviético e nos modernos motores a jato. Os helicópteros e os aviões de transporte adicionais também foram considerados úteis para a guerra nas montanhas, sinalizando o interesse em sua utilização no conflito sino-indiano. Contudo, ao explicar a compra de MiGs soviéticos, os porta-vozes indianos se referiram à ameaça do Paquistão: as autoridades em Nova Délhi anunciaram que o governo indiano se sentiu obrigado a responder a um acordo que o presidente Kennedy havia firmado com Ayub Khan em julho de 1961 para fornecer ao Paquistão doze caças supersônicos F-104 estadunidenses. Dessa maneira, uma ameaça aérea qualitativamente nova foi percebida pela Índia no âmbito securitário regional e, como consequência, apesar da tentativa do Ocidente de capitalizar as relações com a Índia por meio do conflito sino-indiano, as relações entre Índia e EUA atingiram um ponto baixo (GRAHAM, 1964).

Esse foi também um período em que duas outras situações trabalharam a favor das relações entre Índia e URSS no âmbito político do subcontinente: a libertação de Goa do domínio colonial e a discussão do conflito da Caxemira no CSNU. A presença portuguesa em Goa encontrara uma crescente oposição dentro da Índia, a qual foi respondida com uma grande repressão do governo colonial. Como reação a essa situação, o governo indiano lançou a Operação Vijay em dezembro de 1961 para a libertação da região. O breve conflito atraiu uma

¹³ A cooperação militar indo-soviética começou de fato antes do conflito fronteiriço sino-indiano, quando a URSS apresentou duas aeronaves de transporte Il-14 à Índia em 1955. Uma venda de 24 Il-14 foi realizada em 1960; em 1961, dez Mi-4 helicópteros, oito aeronaves de transporte An-12 e seis motores a jato para as aeronaves HF-24 fabricadas pela Índia; e, em 1962, 16 Mi-4s e 8 An-12s (CHARI, 1979).

mistura de elogios e condenações em todo o mundo. O Ocidente apoiou Portugal, dada a importância da aliança com o governo de Salazar na Guerra Fria¹⁴; e a URSS apoiou a Índia, renovando suas credenciais anti-imperialistas com os Estados afro-asiáticos. Em âmbito regional, as notícias da ação indiana em Goa foram recebidas com alarme pelo Paquistão e acabaram também por tencionar as relações do país com o Ocidente, pois não acreditava na leitura benigna anglo-estadunidense das intenções regionais da Índia (FISHER, 1962). Em questão de meses, com o aumento da hostilidade entre a Índia e a RPC, a questão da Caxemira foi novamente levada ao topo da agenda política do subcontinente. Assim, o governo do Paquistão reagiu à ação indiana em Goa, acelerando seus esforços para levar a disputa da Caxemira ao CSNU¹⁵. Dessa maneira, em fevereiro de 1962, uma resolução foi patrocinada pelo Ocidente na ONU para discutir mais uma vez a questão do plebiscito para determinar o futuro da Caxemira, situação na qual a URSS posicionou-se novamente a favor da Índia. Entretanto, a saga do CSNU mostrou-se totalmente contraproducente na perspectiva do governo Kennedy, alimentando o atrito indo-paquistanês e prejudicando seu relacionamento tanto com Nehru quanto com Ayub Khan (MCGARR, 2013). Em meio a esses acontecimentos, o governo indiano aceitou a demanda de sua Força Aérea, estimulando a diversificação de compras militares e os laços indo-soviéticos.

Outras razões para além do contexto político do subcontinente para o acordo dos MiGs estavam na capacidade financeira da Índia de comprar equipamentos ocidentais, assim como na intenção de Nehru em fabricar o avião nacionalmente. Do ponto de vista financeiro, a fraqueza subjacente da economia da Índia e a escassez de suas reservas cambiais tornaram bastante difícil para o governo de Nehru comprar aviões de combate ocidentais, os quais eram bem mais caros do que os soviéticos. A Índia quase não conseguia pagar a taxa de mercado em vigor para os equipamentos ocidentais, e a política de não alinhamento de Nova Délhi impedia o país de aceitar um pacto militar em meio ao conflito bipolar. Entretanto, Moscou conseguia vender equipamentos militares à Índia a preços artificialmente baixos e em troca de pagamentos de rupias não conversíveis, preservando a política indiana. O objetivo de longo prazo do

¹⁴ Desde 1951, os portugueses tinham proporcionado aos membros da OTAN acesso a instalações militares de alto nível nos Açores e em Cabo Verde. Cinco anos depois, em julho de 1956, Salazar assinou um novo acordo permitindo que aeronaves da OTAN operassem em Espinho, no norte de Portugal, e Montijo, no sul de Lisboa. Além disso, como os desenvolvimentos políticos em outros países em meados da década de 1950 ameaçaram o acesso estadunidense a instalações militares na Islândia e Marrocos, Washington atribuiu um valor crescente às bases da OTAN em solo das colônias portuguesas (MCGARR, 2013).

¹⁵ Como a Índia estava mais dependente da ajuda militar e econômica anglo-estadunidense em consequência de sua disputa com a China, Ayub Khan insistiu que os EUA e a Grã-Bretanha utilizassem a sua influência na Índia para resolver a disputa da Caxemira (MCGARR, 2013).

governo indiano era alcançar a autossuficiência militar, com empresas de defesa nacionais atendendo às necessidades de segurança do país. Essa questão traduziu-se no requisito de uma licença de fabricação para um avião com desempenho comparável ao F-104 do Paquistão por uma empresa indiana. Nesse sentido, a montagem dos MiGs soviéticos na Índia era uma proposta técnica mais viável do que construir aeronaves britânicas ou estadunidenses que eram mais complexas (MCGARR, 2013). Mesmo assim, os EUA chegaram a pedir que a Grã-Bretanha tentasse vender o jato supersônico English Electric Lightning (BAC Lightning) como alternativa ao MiG-21 soviético. No entanto, a Índia estaria disposta a comprar o equipamento somente se o país a ajudasse a fabricar aviões semelhantes, e os britânicos decidiram não ceder uma licença de fabricação do caça para o país. Além disso, as autoridades de defesa indianas não faziam segredo de sua decepção com HF-24, ou pelo menos com o seu motor britânico, que não era capaz de chegar à velocidade necessária para contrabalancear os então F-104 do Paquistão. Dessa forma, a ênfase de Nehru em fabricar o avião em seu país, fez com que o *lobby* britânico e estadunidense contra o acordo indo-soviético se mostrasse ineficaz (GRAHAM, 1964).

A última rodada de negociações sobre os MiGs entre Índia e URSS começou no início de agosto de 1962. A delegação indiana não apenas pressionou por um rápido acordo, mas também desejou garantir aulas de voo para seus pilotos. No final de agosto, Moscou e Nova Délhi assinaram o acordo sobre a entrega soviética de doze MiG-21 e oito aviões de transporte An-12 adicionais. A Índia também obteve uma licença de produção do MiG com promessas correspondentes de assistência técnica e consultoria¹⁶. Contudo, a assinatura do acordo dos MiGs tinha o potencial de aumentar ainda mais a brecha sino-soviética em um período politicamente sensível para a URSS. Assim, quando as agressões fronteiriças sino-indianas culminaram em uma guerra em outubro de 1962, o país negou qualquer conhecimento prévio sobre a ação chinesa sobre a Índia. Além disso, logo que Moscou se informou sobre a situação, enviou uma mensagem para Nova Délhi, na qual o líder soviético lamentava o conflito entre duas nações amigas e pediu que um cessar-fogo fosse seguido por negociações entre os dois países. Considerando sua aliança predominante com a RPC e seus compromissos da Guerra Fria, a URSS, em um primeiro momento, não estava preparada para dizer abertamente qualquer coisa mais forte sobre o assunto. Em vista dos objetivos praticamente incompatíveis das

¹⁶ A preocupação dos EUA e da Grã-Bretanha frente ao acordo de compra de aviões soviéticos pela Índia com a guerra fronteiriça sino-indiana tornou-se menor dado o cenário da presença da RPC no sul da Ásia. Os governos de ambos os países passaram a ter questões mais urgentes para tratar no subcontinente, dentre as quais a principal era a de como responder a uma solicitação do governo de Nehru de fornecer à Índia um sistema abrangente de defesa aérea (MCGARR, 2013).

políticas internacionais soviéticas, dos desenvolvimentos em Cuba¹⁷ e da dinâmica das relações sino-indianas, a liderança da URSS passou a constantemente reajustar suas reações à guerra fronteiriça. No final de outubro, os chineses propuseram um cessar-fogo com a condição de que a linha de controle fosse a nova linha de fronteira entre os dois países. Na sequência, os editoriais Pravda e Izvestia na URSS elogiaram a proposta de paz da RPC como construtiva, mesmo depois da rejeição total da Índia, e endossaram as opiniões chinesas sobre a Linha McMahon. Além disso, na Assembleia Geral da ONU, os soviéticos pediram à Índia que aceitasse a proposta de paz chinesa para acabar com o conflito de fronteira, de modo que a URSS parecia ter decidido reunir o campo comunista na frente cubana e não alienar a RPC, adotando uma posição antichinesa na guerra do país com a Índia (SAEED, 2003; HILGER, 2017).

A situação mencionada teve seu impacto sobre o acordo de compra dos MiGs soviéticos pela Índia. Dado o contexto da crise dos mísseis de Cuba no mesmo período, a URSS garantiu a entrega de quatro jatos em dezembro de 1962, após o fim do conflito sino-indiano. O restante chegou somente em 1963 e 1964, com um atraso de dois anos na conclusão do acordo. Os eventos sugerem que a disposição de Moscou para concluir o acordo dos MiGs estava relacionada às deliberações de curto prazo ligadas à paralela crise em Cuba e a estratégias de longo prazo em relação ao capitalismo no subcontinente (HILGER, 2017). Isso porque uma operação bem-sucedida no Caribe com apoio chinês fortaleceria a unidade do campo socialista sob a liderança tácita de Moscou. Nessa perspectiva, ofertas apressadas de licenças e ajuda técnica para fabricar uma aeronave MiG-21 modificada na China¹⁸ equilibrariam acordos futuros com a Índia. Ao mesmo tempo, uma solução pacífica para a disputa sino-indiana na fronteira impediria a alienação de Nova Délhi da comunidade socialista. Considerando as advertências chinesas, declarações públicas agressivas em Nova Délhi e o tiroteio regular na fronteira, a decisão de adiar a entrega de MiGs soviéticos pode ser considerada também uma tentativa de desescalar a situação imediata (PROZUMENSCHIKOV, 1997). De uma maneira

¹⁷ Refere-se aqui à crise dos mísseis cubanos, confronto entre os EUA e a URSS iniciado pela descoberta americana do envio de mísseis balísticos soviéticos em Cuba. O confronto é frequentemente considerado o mais próximo que a Guerra Fria chegou de se transformar em uma guerra nuclear em larga escala.

¹⁸ Durante a década de 1950, a URSS compartilhou a maior parte de sua tecnologia de armas convencionais com a RPC. No entanto, entre julho e setembro de 1960, com o aumento da rivalidade sino-soviética, essa cooperação encerrou-se abruptamente. Em fevereiro de 1962, a URSS anunciou que estava disposta a transferir a tecnologia do MiG-21 aos chineses e um acordo foi assinado em março daquele ano. No entanto, cinco meses após a assinatura do acordo, vários documentos técnicos fornecidos pelos soviéticos chegaram incompletos à RPC, e várias das peças enviadas ao país não estavam em condições de uso. Assim, os chineses produziram os documentos técnicos que não lhe foram entregues, realizando uma série de modificações que culminaram em 1965 na produção doméstica do avião J-7 (GORDON; KOMISSAROV, 2008).

ou de outra, as esperanças soviéticas de reunir o maior apoio possível à sua política de Cuba foram um fator determinante nos movimentos da URSS sobre o conflito entre a Índia e a RPC. Entretanto, essa situação teve um efeito negativo no conflito sobre o equilíbrio de poder doméstico na Índia e a posição internacional de Nova Délhi. Observadores notaram um expressivo aumento de sentimentos nacionalistas, acompanhado por um declínio do prestígio soviético¹⁹. No nível internacional, a URSS não pôde deixar de registrar os esforços do governo indiano para aumentar o apoio e ajuda militar das metrópoles capitalistas no período (HILGER, 2017).

O governo soviético desejava que as hostilidades sino-indianas terminassem, mas não se sabe até que ponto Moscou chegou a influenciar de fato a decisão de Pequim de declarar cessar-fogo unilateral em 20 de novembro de 1962, uma vez que os chineses o anunciaram, realizaram a retirada de tropas após atingirem seus objetivos políticos, sem escalar o conflito internacionalmente. Em outras palavras, estavam bem posicionados para desempenhar o papel de pacificadores, tendo humilhado a Índia aos olhos do mundo afro-asiático e assegurado seus objetivos territoriais imediatos²⁰ (MCGARR, 2013; RIBEIRO, 2015). Além disso, é interessante notar que depois de Krushchev ter elogiado o gesto chinês ao declarar um cessar-fogo unilateral, desaprovou toda a política da RPC em relação à Índia. Com o fim do conflito sino-indiano, a URSS também incentivou os esforços mediadores dos Estados afro-asiáticos não alinhados a mediar a situação em dezembro de 1962 (SAEED, 2003). Em vista disso, uma conferência foi realizada por Ceilão, Birmânia, Camboja, Gana, Indonésia e República Árabe Unida, conhecida como Conferência de Colombo, a qual propôs que o PLA retrocedesse 20 km de seus postos militares, enquanto a Índia deveria retroceder até a Linha McMahon. O governo chinês não aceitou a proposta, argumentando que somente seu país teria de realizar concessões territoriais nos dois setores e que a Índia não estava disposta a negociar sobre suas fronteiras comuns. Desse modo, as propostas foram consideradas imprecisas e inconsistentes pelos chineses e a mediação da Conferência de Colombo falhou (CHAOWU, 2017). Assim sendo, a Guerra Sino-Indiana não mudou o *status quo* da fronteira, mas, para o todos os efeitos,

¹⁹ Em pesquisas conduzidas pelo Instituto de Opinião Pública da Índia, a porcentagem de indianos com uma opinião favorável aos EUA aumentou de 34% no início de outubro para um recorde de 89% no início de novembro de 1962. Os números correspondentes para os britânicos saltaram de 22% para 79%, enquanto a opinião favorável à URSS caiu de 47% para 33% (MCGARR, 2013, p. 165-166).

²⁰ No teatro de Ladakh, a Índia estava praticamente derrotada já em meados de novembro. A RPC possuía todo o território que Pequim havia reivindicado anteriormente. Na região da NEFA, o esforço de defesa indiano fracassou completamente. Então, ainda em novembro de 1962, o PLA se retirou unilateralmente para onde o governo chinês acreditava que deveriam ser as fronteiras territoriais com a Índia. Assim, depois que a RPC declarou um cessar-fogo, a fronteira de fato no oeste continuou a incluir Aksai Chin na China e no leste, as forças chinesas se retiraram de Arunachal para as fronteiras pré-guerra (ATHWAL, 2008; BHAGWATI, 2019).

a Índia havia perdido a guerra – a escala da derrota e o impacto psicológico da guerra na Índia não podem ser subestimados. A derrota militar causou um grande revés na estratégia da política externa indiana baseada na geopolítica de Nehru de ampliação de uma “zona de paz” asiática, a qual tinha como componente-chave os laços de amizade do país com Pequim. Ademais, a rivalidade sino-indiana promoveu o desenvolvimento da parceria do Paquistão com os chineses, país que Nehru via até então como a principal ameaça em potencial à Índia²¹. Do ponto de vista militar, as forças indianas se mostraram completamente incapazes de defender as fronteiras de seu país. Como resultado, ocorreu uma mudança no governo da Índia, que passou a promover um modelo de planejamento de defesa mais alicerçado no poder militar do que na diplomacia²² (RIBEIRO, 2019; SINGH, 2019). Dessa forma, a Índia no pós-guerra iniciou uma política de desenvolvimento de capacidade militar convencional doméstica para preservar sua integridade territorial.

Inicialmente, com o fim da Guerra Sino-Indiana, o governo da Índia concluiu que até que pudesse modernizar e expandir sua própria Força Aérea, era necessária alguma forma de apoio interino das forças aéreas dos EUA e da Grã-Bretanha para proteger as cidades do norte da Índia da ameaça de bombardeio chinês. Em dezembro de 1962, começaram negociações para colocar um “guarda-chuva aéreo” ocidental sobre a Índia, fato que contou com grande oposição doméstica, considerado como abandono pouco velado da política tradicional de não alinhamento. Desse modo, com a ameaça chinesa cada vez menor à segurança indiana, oposição doméstica estrita à presença de forças militares estrangeiras em solo indiano e sinais de que o apoio soviético ao seu governo estava retornando, Nehru assegurou ao Rajya Sabha, em dezembro de 1963, que não haveria forças estrangeiras participando da defesa da Índia. No mesmo período, as mudanças no governo dos EUA também contribuíram para esgotar o debate sobre a ajuda militar à Índia²³ (MCGARR, 2013). Os EUA, liderados por Lyndon Johnson, acreditavam que a ameaça da RPC exigia mais investimentos indianos em sua economia e mais ajuda estadunidense ao desenvolvimento da Índia do que ao seu esforço de defesa. Por sua

²¹ Por meio da parceria com a RPC, embora sem uma aliança militar de fato, o Paquistão teria a garantia de sua sobrevivência devido à ameaça de uma guerra em duas frentes contra a Índia, à ajuda econômica e militar e, posteriormente, à transferência de tecnologia chinesa para a militarização do seu programa nuclear (RIBEIRO, 2019, p. 226).

²² Em um artigo na *Foreign Affairs* de 1963, Nehru refletiu sobre o impacto da Guerra Sino-Indiana: “a nação como um todo está crescendo. Está aprendendo que, no mundo de hoje, não basta dedicar-se à paz ou cuidar dos próprios assuntos, mas que também é necessário ter a Força Armada adequada, para ajustar nossas relações com países amigos à luz das mudanças atuais da situação internacional e, acima de tudo, preservar e consolidar a unidade nacional” (NEHRU, 1963, p.462, tradução nossa).

²³ Com a chegada de Lyndon B. Johnson à presidência dos EUA e o advento de desenvolvimentos mais problemáticos em outras regiões da Ásia (a entrada do país na guerra do Vietnã), os assuntos do subcontinente indiano rapidamente caíram para o final da lista de tarefas do governo estadunidense (MCGARR, 2013).

parte, o governo indiano, liderado por Lal Bahadur Shastri e depois por Indira Gandhi, previa significativamente mais gastos com defesa do que antes. Além disso, os EUA acreditavam que, com a RPC como principal ameaça, a Índia deveria buscar uma aproximação com o Paquistão. A Índia, no entanto, acreditava que o Paquistão fazia parte do seu problema com a RPC, e não um meio de resolvê-lo. Finalmente, a estratégia preferida da Índia de diversificar sua dependência por meio de uma parceria com a URSS provou ser um obstáculo para as relações mais profundas com os EUA (MADAN, 2020). Dessa maneira, apesar da assistência militar dos EUA à Índia durante o conflito sino-indiano, não houve melhora dos laços entre os dois países no pós-guerra. A URSS, no entanto, teve um papel significativo no processo da construção da capacidade militar doméstica da Índia, com capacitação e venda de equipamentos militares durante o restante do conflito bipolar.

Com o resultado dos enormes esforços de defesa da Índia após a guerra na fronteira de 1962, a ameaça de conflito aberto com a RPC recuou lentamente. Apesar de ambos os lados aceitarem informalmente a linha de cessar-fogo de 21 de novembro de 1962 como a Linha de Controle Real (sigla LAC em inglês), o processo de normalização ainda seria bastante longo (ATHWAL, 2008), dado que a aproximação entre o Paquistão e a RPC culminou em um acordo em 1963 sobre a disputa de fronteira em ambos no norte da Caxemira²⁴. Para a Índia, os dois países não tinham o direito de manter tais negociações, muito menos assinar um acordo, já que a região era legalmente indiana. Além disso, depois que a RPC testou com sucesso a sua primeira bomba nuclear em 1964, houve incentivos adicionais para a Índia desenvolver aplicações militares em seu próprio programa nuclear (BARNDS, 1975). Também no período do pós-guerra, diante da incompatibilidade dos interesses indo-estadunidenses, a URSS passou a ter maior importância para a Índia. Nesse sentido, o governo soviético passou a ajudar no processo da construção da capacidade militar indiana e assumiu projetos de prestígio econômico que os EUA haviam iniciado na Índia e posteriormente abandonado, como a construção de uma fábrica de aço em Bokaro. Conforme se intensificava a rivalidade sino-soviética, a RPC também se tornou uma fonte de preocupação comum para a Índia e a URSS. Essa situação acrescentou uma nova dimensão ao relacionamento de Nova Délhi com Moscou e fortaleceu os laços de amizade entre os dois países. Seus interesses nacionais passaram então

²⁴ Em outubro de 1959, o Paquistão pediu à RPC para abrir negociações sobre a demarcação de suas fronteiras no norte da Caxemira. A RPC, ainda esperançosa de um acordo de fronteira com a Índia, somente em fevereiro de 1962 – altura em que a possibilidade de um compromisso sino-indiano recuou – Pequim concordou em negociar com o Paquistão. As negociações começaram em maio de 1962 e, em dezembro (após o início a guerra da fronteira sino-indiana) um comunicado dos dois países anunciou que havia sido alcançado um acordo, o qual foi assinado em março de 1963 (BARNDS, 1975).

a exigir uma colaboração para conter a RPC, a qual passou a se projetar mais para o sul da Ásia a partir de sua aproximação com o Paquistão (SAEED, 2003).

4.3 A BREVE *DÉTENTE* SOVIÉTICO-PAQUISTANESA COM A MAIOR PRESENÇA DA CHINA NO SUL DA ÁSIA E A SEGUNDA GUERRA PELA CAXEMIRA

Os laços da Índia com a URSS foram fortalecidos no pós-Guerra Sino-Indiana não só pelo papel soviético na construção da capacidade militar indiana, mas também em relação ao seu posicionamento frente à RPC. Isso porque, com a intensificação da rivalidade sino-soviética, a URSS deixou de lado a sua posição de neutralidade e passou a apoiar abertamente a Índia. Com o afastamento dos EUA da região, a URSS passou a promover a ampliação de sua política para o sul da Ásia a fim de conter a aproximação do Paquistão com os chineses. Nesse período, o governo soviético buscou manter os laços com a Índia ao mesmo tempo em que procurava se aproximar do Paquistão, situação que culminou na mediação soviética da Guerra da Caxemira de 1965, também conhecida como Segunda Guerra Indo-Paquistanesa. Dessa maneira, este subcapítulo procura examinar as relações da Índia com a URSS frente ao breve relacionamento soviético com o Paquistão com a maior presença da RPC na região. Nesse sentido, destaca-se que esse foi um período em que a URSS conseguiu se estabelecer como uma importante força mediadora na região, o que possibilitou o país a aproximar-se do Paquistão e manter sua relação de amizade com a Índia. Isso porque o conflito indo-paquistanês gerou uma segunda ruptura na política externa indiana, que provocou um avanço nas relações da Índia com a URSS em âmbito militar. Contudo, a tentativa soviética de conter a influência chinesa no Paquistão não deu certo e, ao tentar fornecer equipamentos militares ao país para influenciar sua política interna, a URSS passou a correr o risco de perder a amizade indiana. Na sequência ocorre uma tentativa de renovação de seus laços com o governo indiano.

Com a intensificação da rivalidade sino-soviética após a Guerra Sino-Indiana, a URSS ampliou a sua política para o sul da Ásia. A mudança na sua política externa para a região foi resultado do enfraquecimento dos laços dos EUA com o Paquistão, além do avanço da influência da RPC sobre o país. Essas dinâmicas foram facilitadas sobretudo pela aproximação dos EUA à Índia, que passou a conceder assistência militar ao país durante a Guerra Sino-Indiana em sua estratégia anti-China, sob protestos do Paquistão. Uma das principais vantagens que o Paquistão havia obtido com os pactos militares com o Ocidente foi a de consolidar sua

defesa contra a Índia, a qual passou a estar em risco²⁵. Assim, testando a aliança militar com os EUA, o Paquistão começou a avançar para o não alinhamento e a estreitar as relações tanto com a RPC quanto com a URSS (HASSAN, 1969). Essa situação foi intensificada com a perda de importância do sul da Ásia para o governo estadunidense no período referente ao envolvimento do país na Guerra do Vietnã, política que o Paquistão e a Índia não apoiaram, e à eclosão da Guerra Indo-Paquistanesa. Os pactos militares dos EUA com o Paquistão a partir de então perderam seu significado devido ao cancelamento do envio de armas para o país e a impossibilidade de manutenção dos equipamentos sem o repasse das peças de reposição. A Índia também foi afetada por essa política e parou de receber equipamentos militares do Ocidente, porém continuou recebendo assistência soviética (HASAN, 1968). Esses acontecimentos marcaram a política soviética com o sul da Ásia, a qual enxergou essa situação como uma oportunidade. Embora Nova Délhi tivesse uma importância primordial para Moscou como contrapeso a Pequim, o declínio do interesse dos EUA no sul da Ásia abriu brecha maior para melhorar os laços com o Paquistão. A política da URSS para a região passou ter dois objetivos principais: a redução ou mesmo a eliminação da influência Ocidental, e a minimização e contenção da influência da RPC (FOOT, 1986), situação que ia de encontro com os interesses da Índia pós-guerra sino-indiana.

A hostilidade anterior de Moscou em relação ao Paquistão era resultado da aliança militar do país com os EUA, de modo que a identificação da URSS com a Índia contra o Paquistão era válida enquanto o Paquistão permanecesse um membro convicto do bloco Ocidental. Além disso, a possibilidade da presença chinesa no Paquistão e a estadunidense na Índia abalava a estratégia da URSS para o sul da Ásia. A fim de acomodar tais eventualidades, a URSS optou por assumir uma posição alternativa no subcontinente. Dessa maneira, os líderes soviéticos procuraram melhorar as relações com o Paquistão, ampliando e fortalecendo sua base política no sul da Ásia sem comprometer o país com apenas um Estado na região (SETH, 1969). Nesse momento, a URSS não demonstrou o desejo de voltar ao seu compromisso unilateral anterior com a Índia e desistir de suas novas oportunidades no Paquistão. A localização estratégica do Paquistão no subcontinente próximo ao Oceano Índico e à Ásia Central fazia o

²⁵ O Paquistão não estava convencido da leitura benigna anglo-estadunidense das intenções regionais da Índia no início da década de 1960 no sul da Ásia. Adotando sua própria “teoria do dominó” na região, o presidente Ayub Khan informou aos britânicos que a combinação da ação indiana em Goa com o maior apoio econômico e militar soviético a Nova Délhi e a estima do Ocidente ao governo de Nehru ameaçavam a segurança não só de seu país, mas também a do Nepal, Sri Lanka, Birmânia e Malásia. Além disso, o governo paquistanês emitiu uma série de avisos a Londres e Washington de que seu *status* de aliado com o Ocidente não deveria ser tomado como garantido, pressionando uma revisão das obrigações da CENTO e deixando claro que consideravam a Índia não alinhada uma ameaça maior à segurança do sul da Ásia do que a URSS ou a RPC (MCGARR, 2013).

país ser considerado um fator que não poderia ser ignorado na estratégia de defesa soviética. Nesse sentido, a URSS limitou-se a declarar publicamente que a *détente* soviético-paquistanesa não tinha como ponto de partida nenhum sacrifício dos interesses da Índia (VAIDYANATH, 1965). A adoção dessa linha não significou que a URSS havia deixado de considerar a Índia como um importante objetivo de sua diplomacia. Longe disso, a assistência econômica e militar continuou a fluir como antes, só que o Paquistão não era mais considerado um inimigo. Como consequência, a Índia tornou-se somente um fator importante da diplomacia soviética para a região e não mais o seu ponto focal. Dessa maneira, o governo soviético fez um esforço para manter os laços indo-soviéticos ao mesmo tempo em que procurava se aproximar do Paquistão (KAPUR, 1966).

Significativamente, foi a primeira vez em que os líderes soviéticos foram confrontados com a difícil tarefa de manter simultaneamente relações amistosas com dois Estados rivais, o que ocasionou uma série de desdobramentos em sua política externa, levando à adoção de uma postura mais equilibrada frente à Índia e ao Paquistão no subcontinente. Nesse contexto, a URSS modificou seus pronunciamentos sobre Paquistão, bem como sua atitude em relação a algumas questões controversas da política do sul da Ásia (SIMON, 1967). A principal delas esteve relacionada com sua posição frente à questão da Caxemira. Nos anos de 1962 e 1963, Moscou começou a aconselhar Nova Délhi a adotar uma atitude mais flexível durante as negociações que estavam em andamento sobre o assunto por causa dos riscos decorrentes da entrada da RPC na área. Na sequência, durante os anos de 1964 e 1965, a posição de Moscou na disputa indo-paquistanesa sobre a Caxemira tornou-se imparcial (FOOT, 1986). Outra atitude soviética que evidenciou essa mudança política foi a posição neutra que o país adotou na disputa de 1965 sobre o Rann de Kutch, região localizada entre o deserto de Thar no estado indiano de Gujarat e a província paquistanesa de Sindh. Ou seja, a URSS não estendeu o seu apoio à Índia como havia feito anteriormente em todas as disputas entre a Índia e o Paquistão. O governo soviético restringiu-se a pedir às duas partes que exercessem contenção e resolvessem a disputa por meios pacíficos sem tomar lados (SIMON, 1967). A disputa, no entanto, levou ao acirramento da rivalidade entre Índia e Paquistão, a qual culminou na Segunda Guerra Indo-Paquistanesa pela Caxemira ainda em 1965, guerra essa mediada pela URSS. Nesse momento, o governo soviético realizou o primeiro teste de sua nova política para o sul da Ásia: buscar amizade simultânea com a Índia e com o Paquistão.

O território do Rann fora contestado durante o Raj britânico e continuava sendo motivo de disputa na época da independência da Índia, em agosto de 1947. No ano de 1938, a província predominantemente muçulmana de Sind desafiou formalmente uma reivindicação sobre o Rann

apresentada pelo estado principesco hindu de Kutch. Quase uma década depois, na época da divisão do subcontinente, Sind aderiu ao Paquistão, enquanto Kutch se tornou parte da Índia. Em julho de 1948, a Índia foi informada pelo Paquistão de que a fronteira de Sind-Kutch permanecia em disputa e precisava ser resolvida. Assim, ao longo da década de 1950, ocorreu uma sucessão de escaramuças de pequena escala entre patrulhas indianas e paquistanesas em Rann. Entretanto, durante a década de 1960, a disputa pela região se agravou e, pela primeira vez desde o final da década de 1940, colocou o subcontinente indiano à beira de outra guerra (BHAGWATI, 2019). Em abril de 1965, menos de um ano após Shastri assumir o cargo de primeiro-ministro, as forças paquistanesas cruzaram a fronteira no Rann de Kutch. As tropas indianas estavam em desvantagem: todas as vantagens locais estavam com os paquistaneses, o Rann estava bem conectado com as estradas do Paquistão e a fronteira ficava perto das posições avançadas do Paquistão, facilitando o deslocamento de tropas e suprimentos para a frente de batalha. Assim, quando os conflitos começaram, os paquistaneses lançaram um ataque maciço a tanques e não tiveram dificuldade em derrotar os postos avançados indianos. Os militares indianos, reconhecendo as enormes desvantagens táticas, saíram em retirada. Como resultado, o Paquistão demonstrou sua superioridade operacional em um conflito localizado. Além disso, a confrontação em Rann confirmou para o Paquistão a sua percepção sobre a fraqueza militar da Índia pós-conflito com a RPC, bem como a desorganização política após morte de Jawaharlal Nehru em 1964. Em 30 de abril, devido à pressão internacional, um cessar-fogo informal foi declarado e a trégua subsequente ocorreu por meio da mediação britânica na ONU, que previa a arbitragem e um acordo de autoimplementação ao qual ambos os lados concordaram em aderir²⁶ (RIZVI, 1986).

Nesse contexto, a política externa de cunho estratégico nehruviana sofreu um segundo choque. Embora a assistência militar dos EUA ao Paquistão tenha crescido continuamente durante os anos, as percepções indianas sobre o equilíbrio relativo de poder só mudaram de fato após 1965 com o conflito direto entre os dois países²⁷ (SINGH, 2019). Na primeira semana de agosto, o Paquistão lançou a Operação Gibraltar no lado indiano da Caxemira. Em resposta, a

²⁶ Alguns anos depois, em fevereiro de 1968, o Tribunal de Fronteira Ocidental Índia-Paquistão da ONU concedeu cerca de 90% dos 9100 quilômetros quadrados reivindicados pelo Paquistão à Índia e 10% ao Paquistão, embora a Índia reivindicasse 100% da região (BHAGWATI, 2019, p.124). Entretanto, o governo de Ayub Khan reconheceu que provavelmente havia conquistado mais território no Rann por meio de mediação de terceiros do que poderia ter assegurado militarmente (MCGARR, 2013).

²⁷ Ao longo da guerra de 1965 com o Paquistão, ficou bastante claro que a Índia havia ficado muito atrás na qualidade de seus equipamentos de defesa, dado que os EUA favoreceram o Paquistão antes do conflito. Dessa maneira, essa guerra foi um ponto de virada para a Índia, à medida que intensificou suas compras de armamentos soviéticos (BHAGWATI, 2019)

Índia escalou o conflito, lançando ataques sobre as cidades de Lahore e Sialkot no Punjab paquistanês e forçando uma retirada das forças invasoras. Como resultado, uma guerra teve início, levando às maiores batalhas entre blindados desde a Segunda Guerra Mundial. Sem uma conclusão militar, embora a Índia tenha ocupado maiores porções de território inimigo, a guerra terminou em apenas três semanas após a aceitação do cessar-fogo proposto pela ONU (RIBEIRO, 2019, p. 227). Além disso, dado o *status* favorecido do Paquistão como aliado ocidental, Shastri enfrentou pressões dos EUA e da Grã-Bretanha pela Índia para fazer concessões ao Paquistão na Caxemira. Em suma, a lição aprendida foi que no conflito entre Índia e Paquistão sobre Caxemira, o Ocidente sempre estava no lado do Paquistão. Entretanto, em janeiro de 1966 foi assinado o Acordo de Tashkent entre a Índia e o Paquistão, mediado pela URSS, e os dois lados retornavam às suas posições pré-guerra. No dia seguinte, com apenas dezenove meses de governo, Shastri morreu devido a um ataque cardíaco em Tashkent. Ou seja, em seu governo, o líder indiano teve de lidar com a guerra com o Paquistão (bem como com problemas imediatos da escassez de alimentos) e não conseguiu se concentrar nas questões de política econômica como o governo anterior (BHAGWATI, 2019).

Ao que tudo indica, existiu um conjunto de razões inter-relacionadas que levaram à eclosão da guerra entre Índia e Paquistão em 1965 e à mediação soviética do conflito. Primeiro, a retirada indiana na disputa fronteiriça em Rann de Kutch convenceu os líderes paquistaneses de que as classes políticas e militares indianas ainda estavam desmoralizadas após a sua derrota na guerra sino-indiana. Essa situação causou um aumento na confiança do exército paquistanês e resultou no entendimento de que aquele seria o momento certo para resolver a disputa da Caxemira por meios militares (BAJWA, 2013). Segundo, uma série de eventos que geraram distúrbios em massa na região da Caxemira e que coincidiram com o confronto militar em Rann de Kutch levaram o governo do Paquistão a acreditar que teria um amplo apoio popular na região. Entre os principais eventos se encontram o roubo de um santuário em Srinagar e a adoção de uma série de medidas legislativas pelo parlamento da Índia para integrar a região ao país (TALBOT, 2009). Terceiro, com o ritmo acelerado do programa de armamento da Índia após guerra a com RPC, essa seria uma oportunidade para o Paquistão enfrentar a Índia enquanto suas forças armadas ainda eram páreo com as do país²⁸. Desse modo, a “janela de oportunidade” estava “diminuindo com a o aumento das capacidades militares da Índia” e “o

²⁸ Enquanto as despesas do Paquistão entre 1960 e 1965 aumentaram aproximadamente US\$ 400 milhões, a Índia aumentou seus gastos em mais de US\$ 2 bilhões. Ademais, entre os anos de 1963-1964, a Índia ultrapassou o Paquistão em termos de gastos com importações de armas em quase US\$ 300 milhões (DEGER; SEN, 1990, p.197-198).

Paquistão estava ficando sem tempo se quisesse induzir uma solução militar ao imbróglio da Caxemira” (NAWAZ, 2008, p. 20-23, tradução nossa). Por último, dada a experiência imediata da mediação britânica após o conflito no Rann de Kutch, o governo do Paquistão acreditava ser provável a intervenção externa da Grã-Bretanha ou dos EUA para organizar um cessar-fogo e intermediar um acordo sobre a Caxemira. Contudo, isso não aconteceu e esta situação deu a oportunidade da URSS de negociar a paz no sul da Ásia (CHAUDHURI, 2019).

O primeiro-ministro Alexei Kosygin enviou várias cartas aos líderes dos dois países, apelando à cessação imediata das hostilidades e ofereceu o seu país para negociar um acordo pacífico. Seus pronunciamentos enfatizavam principalmente as repercussões danosas da guerra sobre as economias dos dois países, a proximidade do conflito com as fronteiras soviéticas – e chinesas – e o perigo da escalada do conflito para uma guerra global (HASSAN, 1969). O interesse imediato dos líderes soviéticos era a suspensão das hostilidades. No CSNU, a URSS adotou uma visão apartidária sobre Caxemira²⁹ e passou uma resolução que resultou em um cessar-fogo para o conflito³⁰. Adicionalmente, a URSS tomou a iniciativa de convocar uma reunião de cúpula entre Índia e Paquistão em Tashkent. É válido observar que essa foi a primeira vez em que a URSS reconhecia a existência da disputa sobre a Caxemira e pedia para que ambas as partes chegassem a um acordo. No entanto, as duas partes chegaram com diferentes percepções sobre quais questões seriam discutidas na cúpula. Em especial, na questão da Caxemira, a Índia insistia na manutenção do *status quo*, ou seja, que a região era parte do país e, portanto, não era negociável. Para o Paquistão, por outro lado, a Caxemira estava no centro do conflito e todo o resto era periférico (RIZVI, 1986). Sendo assim, o acordo de Tashkent não levou à solução do problema da Caxemira nem a qualquer melhora acentuada nas relações indo-paquistanesas, mas conseguiu restaurar o *status quo ante bellum* como desejado pela Índia. Entretanto, embora o acordo de Tashkent tenha alcançado pouco, Moscou conseguiu se estabelecer como uma importante força mediadora na região (MANSINGH, 1987), o que teve seu impacto na influência do Ocidente no subcontinente.

O sucesso dos soviéticos em convencer a Índia e o Paquistão a chegarem a um acordo em Tashkent incomodou particularmente a Grã-Bretanha. Durante grande parte do século anterior, os britânicos haviam competido com Moscou no Grande Jogo, com o objetivo de

²⁹ Entretanto, curiosamente, Nova Délhi não reagiu com veemência a essa mudança soviética, provavelmente porque não considerava o veto soviético tão vital quanto há alguns anos, quando os EUA e a Grã-Bretanha estavam apoiando resoluções pró-paquistanesas (SIMON, 1967).

³⁰ O governo do Paquistão não tinha melhores opções do que aceitar o cessar-fogo, já que estava perdendo a guerra e não havia conseguido apoio do Ocidente em sua causa política. O governo da Índia, satisfeito por ter conseguido uma vitória estratégica e psicológica sobre o Paquistão, frustrando sua tentativa de tomar a Caxemira à força, quando a resolução da ONU foi aprovada, também aceitou seus termos (MCGARR, 2013).

manter a influência russa fora do sul da Ásia. Nos EUA, os principais formuladores de políticas do governo reconheceram que o sucesso dos soviéticos em Tashkent poderia limitar a influência do país no subcontinente. Contudo, apesar de Moscou e Washington permanecerem rivais da Guerra Fria, o seu objetivo de construir uma Índia forte e estável para limitar os avanços chineses na região, em especial com o Paquistão, era congruente. Dessa maneira, na sequência do acordo de Tashkent, o processo de retirada da ênfase política dos EUA no subcontinente indiano, iniciado nas primeiras semanas da presidência de Johnson, ganhou impulso. Concomitantemente, a capacidade do governo do primeiro-ministro britânico Harold Wilson de exercer influência sobre sua “fronteira do Himalaia” se diluiu até meados do outono do mesmo ano. Vista em retrospecto, a Guerra Indo-Paquistanesa de 1965 representou um divisor de águas na associação do Ocidente ao subcontinente indiano durante a Guerra Fria e resultou numa mudança geopolítica significativa na região. No período anterior ao conflito, os EUA e a Grã-Bretanha haviam se aproximado da Índia e do Paquistão como fornecedores de *hardware* militar e ajuda externa ao desenvolvimento. Entretanto, durante e após o conflito, a Índia e o Paquistão não receberam apoio político em suas respectivas posições, situação agravada pela imposição de um embargo do Ocidente da ajuda militar a ambos os países. Como consequência, tanto a Índia quanto o Paquistão se afastaram do Ocidente e se aproximaram da URSS (MCGARR, 2013).

O acordo de Tashkent pode ser considerado então um marco da diplomacia soviética no período, pois foi a primeira vez que a URSS mediou uma disputa entre duas nações não comunistas e de forma geral foi bem-sucedida, apesar de não levar à solução do problema da Caxemira nem a qualquer melhora acentuada nas relações indo-paquistanesas. Em razão desse acordo, a URSS conseguiu se estabelecer como uma importante força mediadora na região, o que possibilitou o país a se aproximar do Paquistão e manter sua relação de amizade com a Índia (MANSINGH, 1987). Sendo assim, nesse período Moscou fez progressos substanciais na consecução de um de seus principais objetivos no sul da Ásia: limitar a presença Ocidental na área. Em retrospecto, o que parece ser o movimento mais impressionante feito pela URSS durante a crise do sul da Ásia não foi sua neutralidade, mas a proclamação de seu interesse na área (FOOT, 1986; RAY, 1966). Os líderes soviéticos procuraram garantir que o conflito indo-paquistanês não destruísse a base de suas políticas com a Índia e com o Paquistão. Em especial, a URSS não queria que a guerra entre Paquistão e Índia em 1965 levasse ao engajamento de um confronto aberto da RPC com a Índia em apoio ao Paquistão. O governo soviético estava ciente de que, no caso de uma invasão chinesa, a Índia poderia novamente procurar ajuda militar dos EUA e essa situação afetaria adversamente os seus interesses na região, enfraquecendo os

laços indo-soviéticos. Essas implicações reforçaram a determinação da URSS de garantir o fim imediato da Guerra Indo-Paquistanesa. Nesse sentido, a sua conclusão representou um ponto alto na diplomacia soviética, que, a partir da mediação do conflito, conseguiu desenvolver relações estreitas e amigáveis com o Paquistão sem criar nenhuma crise séria nas relações indo-soviéticas (VAIDYANATH, 1965).

No entanto, o outro objetivo da URSS, o de minimizar a influência chinesa no Paquistão, se mostrou mais problemático. A iniciativa soviética no subcontinente indiano não conseguiu reduzir a tendência do Paquistão de se aproximar cada vez mais da RPC. O governo soviético carecia de uma base popular no país para manter um equilíbrio em suas relações com a Índia e o Paquistão, dadas a suas políticas de caráter pró-indianas do passado. Isso contrastava fortemente com a RPC, que, por causa de sua postura anti-Índia, contava com ampla popularidade no Paquistão. Assim, na ausência de uma base popular, a URSS procurou cortejar as Forças Armadas paquistanesas, as quais exerciam um poder político efetivo no país. No ano de 1967, o Departamento de Estado confirmou que os EUA não retomariam os programas de assistência militar ao Paquistão e à Índia, suspensos em 1965. Na sequência, em 1968, depois que Ayub Khan cancelou o contrato de arrendamento da base de inteligência dos EUA em Peshawar em 1968, a URSS empenhou-se em estabelecer uma relação militar com o Paquistão (THAKUR; THAYER, 1992). A estratégia foi agradar o apetite paquistanês por armas sofisticadas, especialmente enquanto não estivessem mais disponíveis pelos EUA e a capacidade da RPC de fornecê-las ainda era limitada. Assim, ao deixar as Forças Armadas paquistanesas dependentes de sua amizade e apoio, a URSS esperava poder impedir a aproximação sino-paquistanesa e garantir a Moscou um papel influente na política interna do Paquistão. Dessa maneira, no ano de 1968, os dois governos assinaram um acordo formal de venda de armas, e o governo soviético também prometeu ajuda econômica para o país (SETH, 1969). O Paquistão conseguiu assim a ajuda econômica e militar dos EUA, da RPC e da URSS durante a Guerra Fria – uma proeza única de diplomacia para a época.

Observa-se que nesse período as Forças Armadas da Índia superavam as do Paquistão em uma proporção de quatro para um, e que o acordo entre URSS e Paquistão havia sido projetado para preencher algumas lacunas nos requisitos de defesa do Paquistão em vez de aumentar seu potencial militar. Entretanto, ao realizar o acordo de armas com o Paquistão, a URSS aceitou implicitamente a alegação do Paquistão de que o equilíbrio militar no subcontinente era perturbado pelo fornecimento de armas soviético em larga escala apenas para a Índia, e que a URSS deveria tratar a Índia e o Paquistão com paridade em relação à ajuda econômica e militar (HASAN, 1968). Conforme Budhraj (1975), a Índia não soube impedir

efetivamente a iniciativa de Moscou porque o embargo ocidental de 1965 ao envio de armas tanto para a Índia quanto para o Paquistão tornou Nova Délhi quase totalmente dependente de Moscou. Além disso, a ameaça chinesa ainda era muito presente para o Estado indiano. Assim, o governo da Índia não teve outra opção a não ser minimizar o significado da venda de armas soviéticas ao Paquistão. A primeira-ministra indiana, Indira Gandhi, emitiu declarações descrevendo a decisão soviética como algo que não promovia a paz e a estabilidade no subcontinente, porém se opôs fortemente ao movimento da oposição por uma resolução no Lok Sabha, deplorando a decisão soviética. Isso gerou a impressão de que as reações expressas do governo foram para o consumo doméstico (HASAN, 1968). Entretanto, a postura de neutralidade entre Índia e Paquistão adotada pelo governo soviético começou a ser interpretada pela Índia como um trunfo para a diplomacia do Paquistão apesar da manutenção das relações indo-soviéticas.

O incidente fronteiriço em Ussuri entre URSS e RPC em 1969 aprofundou a rivalidade entre os dois países e acrescentou uma nova dimensão à política soviética ao subcontinente indiano. A Índia permaneceu em silêncio em relação ao incidente e realizou as primeiras conversas com os chineses para normalizar as relações bilaterais. Tal situação pode ser encarada como uma resposta ao jogo duplo soviético no sul da Ásia com o Paquistão. Nesse momento, os líderes soviéticos perceberam que poderiam estar colocando em risco sua relação com a Índia ao mesmo tempo em que não conseguiam afastar o Paquistão dos chineses. Como resultado, a URSS procurou renovar seus laços com a Índia: vínculos econômicos foram revitalizados e mais armas foram oferecidas ao país (RIBEIRO, 2019; MANSINGH, 1987). No entanto, essa não foi a única iniciativa da URSS para manter sua influência na região. Com o concomitante realinhamento do equilíbrio regional no subcontinente com o início do diálogo entre os EUA e a RPC pelo do Paquistão, a URSS expressou o desejo de promover duas iniciativas: a primeira delas foi a de cooperação e relações construtivas entre a Índia, o Paquistão, o Afeganistão e os outros estados da região no âmbito econômico, expressada durante uma visita ao Paquistão por Kosygin; a segunda foi uma ideia ainda bastante vaga do estabelecimento de um sistema de segurança coletiva na Ásia, expressada por Leonid Brezhnev em um discurso no mesmo ano. No entanto, a Índia manteve-se em silêncio em relação às propostas soviéticas e o Paquistão rejeitou ambas (GHEBHARDT, 1973; WARIAWALLA, 1972). Assim, como resultado, a URSS passou a revisar sua política do sul da Ásia e o espírito de Tashkent perdeu muito do seu significado.

4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este capítulo, em concordância com o terceiro objetivo específico desta pesquisa, investigou a ruptura da estratégia da Índia em meio à mudança da dinâmica regional e sua relação com a URSS, o que facilitou a compreensão da conjuntura da aproximação do Paquistão à RPC e ao aprofundamento dos laços da Índia com a URSS, agora em âmbito militar. A estratégia indiana baseada na diplomacia para a estabilização regional sofreu uma ruptura com a Guerra Sino-Indiana. Os laços de amizade entre a Índia e a RPC foram breves, devido a questões fronteiriças não resolvidas que levaram a uma guerra, a qual provocou uma mudança na dinâmica regional. Nesse período, a Índia se aproximou dos EUA no âmbito econômico e militar, e a preocupação com a RPC incentivou ambos a gerenciar suas diferenças, apesar do estranhamento entre os dois países em relação ao Paquistão e à URSS. O governo soviético não se envolveu no conflito, devido a suas relações amigáveis com a Índia e de irmandade com a RPC em um período que a rivalidade sino-soviética não havia desabrochado por completo. No entanto, continuou fornecendo ajuda econômica aos indianos, manteve seu apoio político à Índia na ONU e firmou um acordo de venda de armas com o país. O fim da Guerra Sino-indiana se deu com o anúncio de um cessar-fogo unilateral por parte da RPC. Para todos os efeitos a Índia havia perdido a guerra, mesmo que o *status quo* da fronteira não tivesse sido modificado. A derrota militar causou um grande revés na estratégia da política externa indiana baseada na diplomacia para estabilização regional, que tinha como componente-chave os laços do país com os chineses. Ademais, a rivalidade sino-indiana promoveu o desenvolvimento da parceria do Paquistão com a RPC. Desse modo, como resultado, ocorreu uma mudança no governo da Índia, que passou a promover uma estratégia política mais alicerçada na primazia militar regional do que na diplomacia. Nessa estratégia, a URSS assumiu um papel importante no processo da construção da capacidade militar doméstica da Índia, com capacitação e venda de equipamentos militares. Isto porque os EUA, que apoiaram a Índia no conflito, no pós-guerra passaram a acreditar que a ameaça da RPC exigia mais investimentos indianos em sua economia do que seu esforço de defesa.

Observa-se que os laços da Índia com a URSS foram fortalecidos no pós-Guerra Sino-Indiana, não só pelo papel soviético na construção da capacidade militar doméstica indiana, mas também em relação à RPC. Com a intensificação da rivalidade sino-soviética, a URSS deixou de lado a sua posição de neutralidade e passou a apoiar abertamente a Índia. Nesse contexto, com o afastamento dos EUA da região, a URSS passou a promover a ampliação de sua política para o sul da Ásia para conter a aproximação do Paquistão com os chineses, de

modo que o governo soviético procurava manter os laços com a Índia ao mesmo tempo em que buscava se aproximar do Paquistão, situação que culminou na mediação soviética da Guerra da Caxemira, também conhecida como Segunda Guerra Indo-Paquistanesa. Nesta guerra, a estratégia de política externa indiana baseada na diplomacia sofreu outro choque. Embora a assistência militar dos EUA ao Paquistão tenha crescido continuamente durante os anos, as percepções indianas sobre o equilíbrio relativo de poder só mudaram com o conflito direto entre os dois países. Assim, essa guerra foi outro ponto de virada para a Índia, à medida que intensificou suas compras de armamentos soviéticos. Como resultado, a mediação soviética do conflito que resultou no acordo de Tashkent não levou à solução do problema da Caxemira nem a qualquer melhora acentuada nas relações indo-paquistanesas, mas promoveu a influência soviética na região. No entanto, como a URSS não conseguiu reduzir a tendência do Paquistão de se aproximar cada vez mais da RPC, o país procurou cortejar as Forças Armadas paquistanesas. Nesse momento, a postura de neutralidade entre Índia e Paquistão adotada pelo governo soviético começou a ser interpretada pela Índia como um trunfo para a diplomacia do Paquistão, apesar da manutenção das relações indo-soviéticas. Com o incidente fronteiriço sino-soviético, a URSS percebeu que poderia estar colocando em risco sua relação com a Índia ao mesmo tempo em que não conseguia afastar o Paquistão dos chineses. Assim, a URSS passou a revisar sua política do sul da Ásia e o espírito de Tashkent perdeu muito do seu significado, situação que encaminhou o ponto alto das relações entre Índia e URSS em meio a Guerra de Bangladesh.

5 A REDEFINIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DA ÍNDIA E O ALCANCE DA ESTABILIZAÇÃO REGIONAL COM O APOIO SOVIÉTICO

Este capítulo analisa o ponto alto da aproximação da Índia com a URSS com a assinatura do Tratado de Paz, Amizade e Cooperação e o apoio soviético à Índia na Guerra de Bangladesh em meio à aproximação sino-estadunidense mediada pelo Paquistão. Em vista disso, está dividido em duas seções: o triângulo EUA-Paquistão-China e o Tratado Indo-Soviético em meio à Guerra de Bangladesh; e a relação da Índia com a URSS do pós-Guerra de Bangladesh ao fim do conflito bipolar.

5.1 O TRIÂNGULO ESTADOS UNIDOS-PAQUISTÃO-CHINA E O TRATADO INDO-SOVIÉTICO EM MEIO À GUERRA DE BANGLADESH

O início do diálogo entre os EUA e a RPC por meio do Paquistão teve um grande impacto na relação da Índia com a URSS, uma vez que, concomitantemente ao realinhamento das potências na região, ocorreu uma crise doméstica do Paquistão que logo tomou proporções subcontinentais. O Paquistão Oriental declarou sua independência sob o nome de Bangladesh, e a Índia forneceu apoio ao movimento, situação que culminou na Terceira Guerra Indo-Paquistanesa. Esses dois acontecimentos perturbaram o equilíbrio de forças no subcontinente em nível sistêmico e regional. Como resultado, a Índia e a URSS buscaram apoio um no outro. Assim, logo após a visita de Kissinger à RPC via Paquistão alguns meses antes do conflito, a Índia e a URSS assinaram um Tratado de Paz, Amizade e Cooperação, o qual promovia os interesses nacionais de cada um de maneira independente. Nesse contexto, este subcapítulo procura examinar a convergência de interesses da Índia e da URSS no período, que facilitaram a Índia a atingir o seu objetivo político de estabilização regional. Nesse sentido, destaca-se que sem o apoio de Moscou, seria improvável que o governo de Indira Gandhi tivesse sustentado desde o início o movimento de guerrilha no leste de Bengala e adotado uma política ativa em relação a Bangladesh, com o risco subjacente de um conflito militar. Desse modo, o acordo político-militar com Moscou foi o resultado de uma estratégia no cenário de mudanças dinâmicas no triângulo EUA, URSS e RPC, e executado apenas quando as pressões sistêmicas durante a crise regional se apresentaram favoráveis à estratégia da Índia.

No final da década de 1960, a solidificação das relações sino-paquistanesas e o processo de abertura do diálogo sino-estadunidense levaram o governo de Richard Nixon dos EUA a

valorizar estreitas relações diplomáticas com o Paquistão em virtude da disposição de Washington em abordar Pequim via Islamabad. Como resultado dessa política, um telegrama enviado do Paquistão ao Departamento de Estado em agosto de 1969 marcou o primeiro registro oficial de contato entre os EUA e a RPC via Paquistão. Mais de um ano depois, em outubro de 1970, Yahya Khan se encontrou com Nixon em Washington. O memorando dessa conversa demonstra a política em curso de abrir linhas de comunicação com a RPC. Como resultado, nesse mesmo ano, os EUA voltaram a fornecer ajuda econômica e militar ao Paquistão. Em julho de 1971, Kissinger viajou secretamente para a RPC via Paquistão (AGARWAL, 2015; BARNDS, 1975), situação que contribuiu para a expansão e o aprofundamento dos laços entre Índia e URSS no período. Para o governo indiano, o cenário de um triplo alinhamento entre a RPC, o Paquistão e os EUA que fosse hostil à Índia pareceu alarmante. Dessa maneira, a Índia, a fim de restaurar um equilíbrio de poder favorável ao seu país no sul da Ásia, voltou-se ao país que apoiava a Índia fazia muitos anos no âmbito do desenvolvimento econômico e de suas capacidades militares, bem como em suas disputas políticas, como as de Caxemira e Goa: a URSS. Para o governo soviético, a atitude do Paquistão, tanto em relação aos EUA quanto à RPC, levou à reavaliação da política de Moscou para o sul da Ásia, com o fim abrupto do fornecimento de armas soviéticas ao Paquistão e o restabelecimento de relações unilaterais com a Índia na região. Como resultado, desde que condenou publicamente as políticas de Yahya Khan e interrompeu a ajuda militar para o Paquistão, a URSS passou a ser considerada um país cuja relação era necessária para manutenção do *status quo* da Índia no sul da Ásia frente à situação política em curso na região (MAHAJANI, 1974; BUDHRAJ, 1975). Em outras palavras, a formação do triângulo EUA-Paquistão-China perturbou a situação do equilíbrio de forças no subcontinente indiano durante o conflito bipolar e, para compensar o equilíbrio de poder na região, Índia e URSS buscaram apoio um no outro.

Outro agravante do ambiente político e do equilíbrio de forças na região concomitante ao realinhamento das superpotências na região foi a crise doméstica do Paquistão, que logo tomou proporções subcontinentais, aumentando a hostilidade entre Índia e Paquistão. Uma série de problemas de desigualdade política e econômica entre as duas alas do Paquistão e a concentração de poder nas mãos no Paquistão Ocidental produziram diferenças entre ambas as regiões¹. Como resultado de movimentos sociais e políticos, o presidente Ayub Khan foi

¹ Em dezembro de 1970, antes da primeira eleição geral no Paquistão, as tensões entre as duas alas do país fizeram com que os paquistaneses orientais se sentissem economicamente e politicamente isolados. O Paquistão Oriental consumia somente 20 a 30% de todos os bens importados, tinha uma disparidade de renda per capita de 62% em relação ao Paquistão Ocidental, recebia apenas 23% de todos os fundos de desenvolvimento para novas indústrias

retirado do poder em 1969 e o seu sucessor militar, general Yahya Khan, foi forçado a concordar em realizar uma eleição geral. Em dezembro de 1970, foram realizadas as primeiras eleições nacionais democráticas no Paquistão, nas quais a Liga Awami do Paquistão Oriental, liderada por Mujibur Rahman, obteve vitória². Essa situação configurou um desenvolvimento inesperado e inaceitável para o *establishment* paquistanês (MAHAJANI, 1974). Sentindo uma rara oportunidade de tomar o poder, Zulfikar Ali Bhutto, líder da oposição, anunciou a decisão de seu partido de boicotar a eleição. Em março de 1971, o Presidente Khan usou essa situação para suspender eleição e impor lei marcial sobre o Paquistão Oriental, enviando soldados para a região. Entretanto, essa iniciativa desencadeou atos de genocídio na região, e, como resultado, milhões de bengalis, incluindo a maioria dos líderes da Liga Awami e desertores do exército paquistanês, fugiram para a Índia³. Na sequência, o Paquistão Oriental declarou sua independência, e Mujibur Rahman foi preso. Mesmo assim, um governo provisório para a nova nação sob o nome de Bangladesh foi formado⁴, e, com a permissão da Índia, passou a operar em exílio a partir de Calcutá. O governo indiano, sob a primeira ministra Indira Gandhi, começou a fornecer apoio político e material ao movimento de independência. Nesse processo, a Índia forneceu bases e armas para o exército de libertação de Bangladesh, porém uma ação indiana direta não foi aprovada pelo governo, pois isso seria percebido como intervenção da Índia nos assuntos internos do Paquistão para seu próprio ganho pessoal. Nesse contexto, a URSS se esforçou para manter uma posição relativamente equilibrada entre Índia, Paquistão e o recém-formado Bangladesh. Somente em agosto de 1971, após a visita de Kissinger à China, com a assinatura do Tratado Indo-Soviético de Paz, Amizade e Cooperação, que a URSS abandonou toda neutralidade e apartidarismo que havia promovido nos anos anteriores entre Índia e Paquistão (AGARWAL, 2015).

O que antes era um conflito puramente regional, envolvendo a Índia e o Paquistão, começou a adotar conotações políticas globais, aparecendo para muitos como simplesmente

e, no exército, meramente 7% dos soldados eram bengalis da região, apesar de ter uma população um pouco maior que o Paquistão Ocidental desde a formação do país (AGARWAL, 2015, p. 22-23).

² A Índia recebeu com agrado os resultados das eleições nacionais e esperava sua concretização na instalação de Mujib como o primeiro primeiro-ministro civil eleito democraticamente no Paquistão, afinal, sua plataforma incluía não apenas autonomia regional para o Paquistão Oriental, mas também, nos assuntos externos, boas relações com a Índia e o não alinhamento. Com um Paquistão amigável, não alinhado e unido sob um governo democrático, a Índia poderia garantir sua segurança no leste e no oeste de seu território (MAHAJANI, 1974).

³ Em menos de três semanas, a partir de 25 de março de 1971, quando o exército paquistanês recorreu ao uso da força, mais de 100 mil bengalis orientais fugiram para os estados indianos vizinhos. Na terceira semana de abril, o número de refugiados que chegavam à Índia aumentou para 655.874 e no momento da conclusão do Tratado Indo-soviético, em agosto de 1971, o número era de 6.733.076 (WARIAWALLA, 1972, p.201).

⁴ Mujibur Rahman foi libertado do cativeiro no Paquistão em 16 de dezembro de 1971 e retornou a Dacca via Délhi, tornando-se o primeiro ministro de Bangladesh em janeiro de 1972 (BHAGWATI, 2019).

mais uma guerra por procuração entre as potências no conflito bipolar. Isso porque os EUA e a URSS situavam-se em ângulos opostos nos dois triângulos estratégicos que se destacaram na crise de Bangladesh. Os EUA e a RPC estavam utilizando o Paquistão como mediador de seu delicado processo de abertura de um diálogo em um momento em que URSS e RPC se tornaram grandes inimigos e a URSS havia abandonando seus laços com o Paquistão e retomado sua relação preferencial com a Índia no subcontinente. Portanto, quando a terceira guerra entre Índia e Paquistão eclodiu, cada potência estava indiretamente apoiando um lado diferente (MANSINGH, 1987). Contudo, o apoio da URSS à Índia com o tratado assinado em agosto não foi uma aliança militar como os EUA tiveram por muitos anos com o Paquistão, mas sim um tratado de não agressão. Muitos dos artigos do tratado apenas repetiram os aspectos conhecidos das relações bilaterais: os artigos I-VII descreviam as generalidades de suas relações; em particular, os artigos VIII-X revelaram aspectos geopolíticos das políticas de ambos os países, mas não comprometiam a política de não alinhamento indiano. A Índia tinha algumas obrigações com a URSS nesses últimos artigos, cujo caráter era recíproco e que estavam em conformidade a Carta das Nações Unidas, referenciada no preâmbulo do tratado (INDIA, 1971)⁵. Em face disso, tudo o que o tratado parece ter feito foi fornecer uma estrutura legal para as relações desenvolvidas durante os últimos quinze anos, procurando promover, em linhas semelhantes, as relações bilaterais por um período de mais vinte anos, de modo que não poderia ser considerado causador de qualquer mudança radical na política indiana de não alinhamento, apesar do grande debate sobre o assunto (RAJAN, 1972).

A crise de Bangladesh foi o catalisador da aproximação entre Índia e URSS em meio a mudanças de equilíbrio de poder no subcontinente indiano, o que resultou na assinatura do Tratado de Paz, Amizade e Cooperação entre ambos. Entretanto, observa-se que o Tratado Indo-Soviético não fazia referência a essa crise no documento. A linguagem sucinta do documento não explicou o contexto em que havia surgido, nem sob quais contingências funcionaria. Dessa maneira, conforme Kapur (1972), a partir da persistente hostilidade entre a URSS e a Índia com a China, bem como a rivalidade entre Índia e Paquistão e a competição entre URSS e EUA, pode-se delinear do artigo IX do tratado três aplicações. Em primeiro lugar, a cláusula exige neutralidade um do outro, como no caso de um confronto entre a Índia e a RPC ou o país e a URSS. Em segundo lugar, ao citar medidas efetivas apropriadas para assegurar a paz e a segurança de seus países, o artigo sugere que o tratado permitia algo mais do que neutralidade.

⁵ O Tratado Indo-Soviético de Paz, Amizade e Cooperação está disponível em anexo desta dissertação para consulta.

Em terceiro lugar, outra faceta do tratado, mais interessante para o estudo da diplomacia do equilíbrio de poder, diz respeito à função de dependência político-militar (KAPUR, 1972). Sua aplicação estaria implícita na ligação entre as noções de “consultas” e “ameaça à segurança”. Em termos gerais, uma ameaça à segurança da URSS e da Índia não precisaria aparecer apenas sob a forma de um conflito armado, podendo ocorrer por meio de mudanças políticas e sistêmicas no ambiente asiático. Assim, o aspecto de dissuasão parece converter o relacionamento indo-soviético em um alinhamento “contra” os EUA no âmbito internacional e a RPC e o Paquistão no âmbito regional, apesar de não configurar uma aliança militar. Dessa maneira, é útil examinar o tratado como um instrumento diplomático e, com base nisso, sugerir que sua utilidade como instrumento político se concentrava nos usos percebidos da relação indo-soviética nos assuntos asiáticos e internacionais – em especial no contexto das inter-relações entre Índia, URSS e Paquistão, RPC e EUA.

A diplomacia entre os EUA e a RPC, que utilizou o Paquistão como intermediário, reforçou os laços entre Índia e URSS e sua mutualidade de interesses. Desse modo, o Tratado Indo-Soviético funcionou em benefício comum e promoveu os interesses nacionais de cada um de maneira independente, de forma que é possível inferir que a omissão foi realizada de forma calculada para enfatizar a importância de longo prazo do tratado como um meio de restaurar o equilíbrio de poder no sul da Ásia em prol da Índia e da URSS. Em particular, o Tratado Indo-Soviético forneceu o contexto para a busca de Nova Délhi por seus objetivos enquanto as suas relações com os EUA deterioraram progressivamente⁶. Ao garantir o apoio soviético, a Índia queria garantir sua própria segurança contra o Paquistão, apoiado pela RPC e pelos EUA, além de ter a intenção de assistir o Paquistão Oriental em busca pela independência sob o nome de Bangladesh. Ambas expectativas foram cumpridas (MAHAJANI, 1974)⁷. O apoio soviético permitiu que a Índia atingisse seu objetivo de se tornar a potência da região, embora a URSS não tivesse alcançado seu objetivo de estabelecer um sistema de segurança asiático⁸, conseguiu

⁶ Em dezembro de 1971, os EUA anunciaram que estavam suspendendo todas as formas de ajuda econômica e militar à Índia, revogando todas as licenças aprovadas anteriormente para a exportação de *hardware* militar e se recusavam a renovar licenças antigas ou conceder novas. A decisão de suspender a ajuda para esses projetos indianos foi tomada pelo presidente Nixon como garantia pública à RPC de que os EUA não tomariam nenhuma ação adversa no sul da Ásia que pudesse prejudicar o país (MAHAJANI, 1974; AGARWAL, 2015).

⁷ A URSS, diferentemente da ocasião da Segunda Guerra Indo-Paquistanesa, optou completamente pelo lado indiano: condenou fortemente a repressão no Paquistão Oriental e alertou que o ataque armado paquistanês contra a Índia, sob qualquer pretexto, evocaria a condenação da URSS; trabalhou para isolar o Paquistão no âmbito diplomático na ONU, os representantes soviéticos no CSNU vetaram todas as propostas de cessar-fogo até que a Índia atingisse seus objetivos de derrotar o exército paquistanês e facilitar a instalação do governo de Bangladesh; e concedeu garantias ao governo indiano de que qualquer intervenção chinesa ou estadunidense seria recebida com resistência soviética (SIMON, 1973; MENON, 1978).

⁸ Quase imediatamente após a assinatura do tratado indo-soviético, Moscou declarou que se tratava apenas de um passo para a realização de um sistema de segurança coletiva asiático. As expectativas soviéticas de um sistema

manter os EUA e a RPC afastados da região. Dessa maneira, a Índia utilizou habilmente o Tratado Indo-Soviético para promover seus próprios objetivos políticos. Isso foi feito presumivelmente contra os desejos soviéticos, porque a URSS continuou a se referir ao Paquistão Oriental, mesmo durante os debates da ONU durante a guerra, com ênfase na reconciliação política entre as duas alas do Paquistão. Sendo assim, a URSS estava cortejando o nacionalismo bengali até o ponto em que buscava sua acomodação na comunidade paquistanesa (SETH, 1972; RAO, 1973). Seria, portanto, correto dizer que, na crise de Bangladesh, a Índia utilizou-se do apoio da URSS para alcançar seus objetivos políticos, e não o contrário.

As potências da Guerra Fria viam o conflito em termos sistêmicos. A URSS, apesar de sua crescente influência em Bangladesh, procurou não voltar à sua política anterior de se concentrar na Índia, excluindo o Paquistão. A política de Moscou teve como objetivo restabelecer sua influência em Islamabad, a fim de usá-la como contrapeso em suas relações com Nova Délhi e para contrariar a crescente influência sino-estadunidense no Paquistão. Além disso, o Paquistão era um elo vital no cordão sanitário que a URSS espera estabelecer em torno da RPC. Assim, a política soviética em relação ao sul da Ásia deve ser vista na perspectiva de sua estratégia global. Seria difícil dissociar o conflito indo-paquistanês da relação triangular entre a URSS, a RPC e os EUA. Isso porque, principalmente, a guerra colocou em foco o significado estratégico do Oceano Índico e a rivalidade das grandes potências para ganhar o seu controle. A URSS estava determinada a ter influência sob toda a área, a fim de flanquear a RPC e abrir uma ponte para o Sudoeste Asiático (MUSTAFA, 1972). Da mesma forma, os EUA moldaram suas políticas ao Paquistão e à Índia durante a guerra como um contraponto à competição da Guerra Fria. Como o governo paquistanês estava servindo de intermediário durante as negociações com a RPC, Nixon e Kissinger amenizaram as críticas às ações militares paquistanesas. Com o apoio vocal ao Paquistão durante a crise⁹, Nixon conseguiu continuar utilizando Yahya como um emissário entre os EUA e a RPC. Além disso, o apoio de Nixon ao

de segurança mais amplo, evoluindo do pacto indo-soviético, eram inequívocas e sérias. No entanto, o tratado não vinculou necessariamente a Índia aos interesses soviéticos porque, embora o governo indiano não fosse totalmente indiferente a uma extensão do tratado, o país não estava totalmente comprometido com a estratégia soviética. Quando os soviéticos foram mais veementes sobre essa proposta, os líderes indianos mantiveram-se em silêncio. Não se encontram declarações do lado indiano que visualizem a extensão do tratado bilateral em um pacto de defesa multilateral no período (KAPUR, 1972).

⁹ Embora os EUA tenham imposto oficialmente um embargo de armas ao Paquistão no final de março de 1971, foi revelado apenas um mês depois que os EUA continuavam a enviar armas ao Paquistão que haviam sido acordadas antes do embargo de março. Esses suprimentos militares foram enviados por meio de “transferências de países terceiros”, especialmente através de países do Oriente Médio. Dado que o governo estadunidense não estava inclinado a intervir militarmente contra a Índia, apesar de manter algum apoio vocal, principalmente de Nixon (AGARWAL, 2015; SINGH, 1974).

Paquistão mostrava à RPC que os EUA poderiam ser um aliado confiável e sólido. Seu único movimento nesse período foi o gesto de mover uma força-tarefa para a Baía de Bengala, dada a intensificação da competição com URSS no Oceano Índico¹⁰. Em termos gerais, é possível afirmar que os EUA procuraram não se envolver no imbróglio do sul da Ásia do período (MAHAJANI, 1974).

Para a decepção do Paquistão, a RPC tomou pouca iniciativa frente à sua crise doméstica e à Guerra de Bangladesh, uma vez que, depois da visita de Henry Kissinger à Pequim por intermédio do Paquistão e a solidificação os contatos diretos entre os EUA e a RPC, a dependência chinesa das relações com Paquistão para contrabalancear a Índia diminuiu. Além disso, os líderes chineses estavam ocupados com questões domésticas próprias relacionadas com o fracasso dos avanços do Grande Salto Adiante e com a Grande Revolução Cultural Proletária, bem como com uma crise de liderança política que resultou na queda e morte de vice-presidente do PCCh, Lin Biao. Dessa maneira, sua capacidade de seguir uma política externa ativa e abrangente tornou-se bastante limitada (BASUR, 1988). Como resultado de suas questões domésticas e do processo de abertura de diálogo com EUA, a RPC realizou poucas manifestações sobre a crise paquistanesa até que a guerra entre a Índia e o Paquistão começasse. Na sequência, os líderes chineses deram apoio ao Paquistão em sua luta para defender a independência nacional e a soberania do Estado, aconselhando o país a negociar um acordo de paz. No entanto, não houve expressão de apoio à sua integridade territorial, nem indicação de que interviria caso a Índia atacasse o Paquistão (SIMON, 1973). Outro motivo para a precaução no agir e no falar da RPC estava relacionado com os termos do Tratado Indo-Soviético e as ameaças explícitas de Moscou ao país. Isso porque a maior parte do exército chinês estava comprometida com a fronteira norte, enfrentando divisões soviéticas, e o clima no Himalaia havia obstruído a mobilidade chinesa, deixando Pequim fora do alcance do conflito. Os soviéticos, enquanto isso, cumpriam sua parte do acordo com a Índia, não apenas por meio do aumento do suprimento militar, mas também com de oportunos movimentos de tropas ao longo das fronteiras da RPC¹¹ (FOOT, 1986).

¹⁰ Contudo, mesmo assim, durante todo o período da guerra de Bangladesh, os EUA e a URSS mantiveram uma aparência de cordialidade e continuaram as negociações do SALT (sigla em inglês para *Strategic Arms Limitation Talks*) (MAHAJANI, 1974).

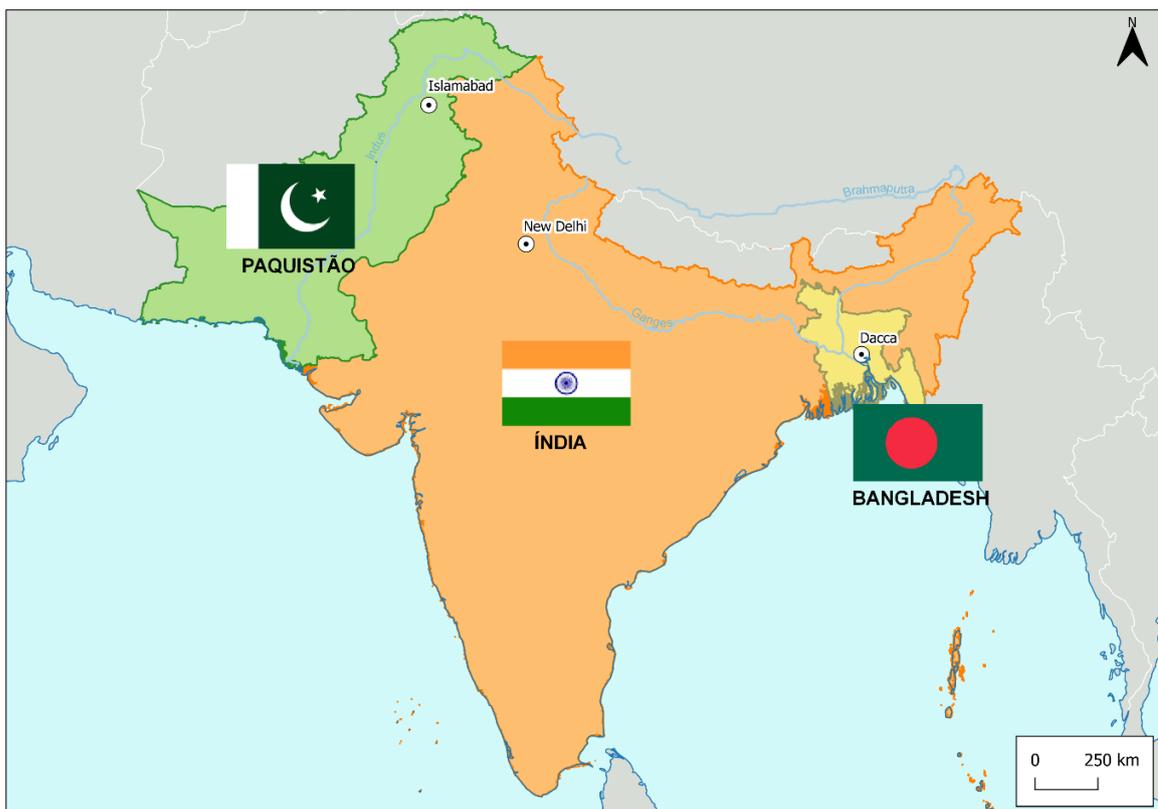
¹¹ A URSS advertiu, como um impedimento contra o possível envolvimento chinês, que não poderia permanecer indiferente aos desenvolvimentos no subcontinente indiano, levando em consideração o fato de que eles ocorriam diretamente em suas fronteiras e, portanto, envolviam os interesses de sua segurança. O governo soviético também pediu que os governos os países deveriam se abster de tomar medidas de envolvimento no conflito e levar a um agravamento da situação no sul da Ásia (MAHAJANI, 1974).

Sem o apoio de Moscou, é improvável que o governo de Indira Gandhi tivesse sustentado desde o início o movimento de guerrilha no leste de Bengala e adotado sua política em relação a Bangladesh, com o risco subjacente de um conflito militar. Os acontecimentos se desenrolaram de tal maneira que, em dezembro de 1971, o Paquistão lançou um ataque aéreo preventivo do Paquistão Ocidental contra os aeroportos indianos. Embora o ataque aéreo tenha causado poucos danos duradouros à Índia, o ataque foi suficiente para a primeira ministra Indira Gandhi declarar guerra ao Paquistão. Assim, pela terceira vez em sua curta história, os dois países estavam em guerra. Com o início oficial da guerra, os militares indianos foram rapidamente mobilizados para se realocarem ao leste do Paquistão. A Índia alcançou a vitória surpreendentemente rápido, forçando o Paquistão a se render em menos de catorze dias (MANSINGH, 1987). Assim, as esperanças do Paquistão de continuar a guerra por tempo suficiente para seus aliados promoverem uma resolução de cessar-fogo foram frustradas. A contra intervenção sino-estadunidense, procurada pelo Paquistão para ajustar a balança militar a seu favor, não ocorreu. A guerra de Bangladesh permaneceu um conflito estritamente subcontinental, apesar do apoio soviético à Índia. Melhor dizendo, graças ao apoio recebido pela União Soviética, a Índia conseguiu conduzir a guerra com o Paquistão sem nenhuma intervenção estrangeira hostil. O governo da Índia anunciou que seus objetivos eram limitados, que não tinha ambições territoriais, mas que continuaria lutando até que as tropas paquistanesas fossem expulsas e a independência de Bangladesh conquistada. Na sequência, a defesa do Paquistão no Paquistão Oriental colapsou sem muita resistência. Assim, após a rendição incondicional do Paquistão no setor leste, a Índia proclamou unilateralmente um cessar-fogo na frente ocidental; a aceitação por parte do Paquistão sinalizou o fim da guerra. Ao contrário das guerras indo-paquistanesas anteriores, desta vez o resultado foi decisivo. O Paquistão perdeu metade de sua marinha, um quarto de sua força aérea, um terço de seu exército e metade de seu território e população (AGARWAL, 2015, p.38). Entre as ruínas do conflito, emergiu o um novo Estado-nação: Bangladesh (mapa 5).

A relação da Índia com a URSS nesse período foi decisiva para o resultado da guerra. Os soviéticos haviam surgido pela primeira vez como importantes fornecedores de armas para a Índia em 1962, com o acordo dos MiGs. Em 1965, após a Guerra Indo-Paquistanesa de 1965, a URSS expandiu acentuadamente a ajuda militar à Índia, adquirindo uma posição predominante nesse setor. Com a assinatura do Tratado Indo-Soviético de 1971, houve uma

nova expansão da venda de equipamentos militares para o país¹², o que resultou em uma mudança no equilíbrio militar no subcontinente em favor da Índia. De igual importância foi o papel soviético nos debates do CSNU, convocado pelos EUA para discutir o conflito Índia-Paquistão¹³. Pela primeira vez em muitos anos, a URSS se dissociou da corrente principal da opinião internacional, rejeitando a proposição de que, em um conflito armado, fosse dada prioridade à imposição de uma cessação de hostilidades (MUSTAFA, 1972)

Mapa 5 – Os Estados da Índia, do Paquistão e de Bangladesh (1971-2020)



Fonte: adaptado de CIA (1998).

¹² No início de novembro de 1971, foi noticiado na imprensa estrangeira que 12 aeronaves de transporte soviéticas carregavam equipamento militar, principalmente versões avançadas de SAMs para Nova Délhi para fins de treinamento. Enquanto isso, uma remessa russa de 250 tanques, 40 foguetes de 120 mm, um grande número de aparelhos de rádio e outros equipamentos foram despachados para o país quando se iniciaram as negociações para o fornecimento de bombardeiros médios supersônicos, aeronaves de reconhecimento médio e caças MiG-23 ainda naquele ano (MUSTAFA, 1972).

¹³ Dada a publicidade sobre ações do Paquistão em Bangladesh, a Grã-Bretanha e a França se abstiveram das resoluções do CSNU patrocinadas pelos EUA que pediam o fim imediato das hostilidades entre a Índia e o Paquistão. Com o passar do tempo, houve uma disseminação ainda mais ampla de informações sobre a violência perpetrada pelo exército paquistanês contra seus próprios cidadãos, e os membros da Organização do Tratado do Atlântico (OTAN) ficaram mais relutantes em dar crédito à alegação do Paquistão de que a Índia era o agressor no Paquistão Oriental (BHAGWATI, 2019).

A posição de Moscou era de que um cessar-fogo era inconcebível sem um acordo político no Paquistão Oriental, alegando que não levava em conta a causa fundamental do conflito. Como resultado, os soviéticos efetivamente bloquearam todas as pressões diplomáticas internacionais sobre a Índia, dando tempo para levar suas operações militares a uma conclusão bem-sucedida. A atitude soviética em relação à RPC também se mostrou vital na guerra. Para o governo indiano, o principal impedimento ao recurso às forças armadas contra o Paquistão seria uma intervenção chinesa no Himalaia. Esse flanco foi protegido pelo Tratado Indo-Soviético. Ademais, a Índia lançou um ataque em larga escala ao Paquistão somente depois que o inverno começou e as passagens do norte foram bloqueadas pela neve (MUSTAFA, 1972). Assim, ao garantir o apoio soviético, a Índia garantiu sua própria segurança contra o Paquistão (apoiado pela RPC e pelos EUA) e promoveu a independência do Paquistão Oriental sob o nome de Bangladesh. Como resultado do colapso do Paquistão, a Índia removeu uma séria ameaça à sua segurança e se tornou uma potência da regional do subcontinente.

O acordo político-militar com Moscou foi o resultado de uma estratégia evolutiva de equilíbrio de poder, inicialmente concebida no final da década de 1960, no cenário de mudanças dinâmicas no triângulo EUA, URSS e RPC, e executado apenas quando as pressões sistêmicas durante a crise regional se apresentaram favoráveis à estratégia da Índia. O governo indiano, liderado por Indira Gandhi, buscou uma estratégia de segurança na exploração das divisões de poder das grandes potências para obter vantagens regionais objetivas. A Índia poderia ter escolhido seguir um caminho político diferente após estabelecer um entendimento estratégico com Moscou. Algumas avaliações consideravam o Tratado Indo-Soviético um indicativo da decisão do país de evitar a guerra porque a ameaça percebida do triângulo EUA-Paquistão-China teria sido substancialmente neutralizada pelo tratado e seus efeitos dissuasivos. Em outras palavras, seria um caminho para uma abordagem de resolução de conflitos a partir de uma posição de força em relação ao Paquistão e seus aliados. Entretanto, a crise foi definida desde o início como uma oportunidade estratégica para a Índia vencer o Paquistão, diminuir sua força militar e reordenar o *status quo* geopolítico no subcontinente. O governo indiano escolheu uma estratégia de intervenção calibrada nos assuntos do Paquistão, mas essa escolha não foi moldada pela indecisão ou falta de vontade de assumir riscos. Os soviéticos não tinham conhecimento das intenções finais indianas de explorar a crise de Bangladesh para reformular a ordem subcontinental com a Índia no comando. Naquele momento, Moscou buscava equilibrar a RPC e os EUA na Ásia, com a Índia sendo vista como um importante parceiro em sua estratégia asiática. Sendo assim, de alguma maneira, a política soviética também foi

impulsionada pelo triângulo EUA-Paquistão-China emergente, situação que promoveu a convergência indo-soviética do período (SINGH, 2019).

5.2 A RELAÇÃO DA ÍNDIA COM A UNIÃO SOVIÉTICA DO PÓS-GUERRA DE BANGLADESH AO FIM DO CONFLITO BIPOLAR

Com o colapso do Paquistão e a formação de Bangladesh, a Índia buscou a retirada da interferência da região, inclusive da URSS das negociações do pós-guerra. As mudanças na política doméstica da Índia com a saída do Partido do Congresso e a entrada do partido de oposição no governo também foi um evento que causou incerteza nas relações bilaterais. Além disso, um dos resultados dos desenvolvimentos da Guerra Afegã-Soviética foi que a Índia já não poderia mais contar com a ajuda soviética para promover a estabilidade regional. Isso ocorreu no contexto em que a URSS adotou uma nova política externa para a promoção de reformas domésticas, que teve como consequência menos interesses congruentes que promovessem a relação entre Nova Délhi e Moscou. O afastamento gradual na relação bilateral no pós-Guerra de Bangladesh culminou a dissolução da URSS na adaptação da relação da Índia com a Federação Russa. Dessa maneira, este subcapítulo procura examinar a relação da Índia com a URSS no pós-Guerra de Bangladesh ao fim do conflito bipolar. Nesse sentido, destaca-se que o auge das relações da Índia com a URSS ocorreu com a assinatura do Tratado Indo-Soviético em meio a aproximação entre EUA e RPC mediada pelo Paquistão e a Terceira Guerra Indo-Paquistanesa. Depois da Guerra de Bangladesh, as relações da Índia com a URSS foram mantidas, porém passaram por um processo de esgotamento gradual até o fim da Guerra Fria e a dissolução da URSS. Como resultado, o Tratado Indo-Soviético não serviu para aumentar a aproximação da Índia com a URSS no pós-guerra, nem a influência soviética no sul da Ásia.

Depois da guerra, a Índia tentou excluir os gerentes de segurança externos do processo de gestão de conflitos, buscando a retirada da interferência de todas as grandes potências na região, incluindo a URSS. Tal situação pode ser identificada na iniciativa de Indira Gandhi, ainda em dezembro de 1971, de excluir a possibilidade de uma negociação de paz no estilo de Tashkent e insistir em negociações bilaterais entre a Índia e o Paquistão (KAPUR, 1972). Isso porque a Índia queria não apenas restaurar as relações com o Paquistão e formalizar um acordo em relação a Bangladesh, mas utilizar essa oportunidade para resolver a disputa indo-paquistanesa sob a Caxemira através de um acordo bilateral, sem interferência de mediadores

externos. O acordo Simla foi assinado entre os dois países em julho de 1972 e comprometeu Índia e Paquistão à solução pacífica de diferenças mútuas e a uma solução bilateral de seus problemas, interpretada pela Índia como o abandono do Paquistão da mediação do conflito da Caxemira na ONU (GREENE, 1973). Os dois países concordaram em aceitar a linha de controle existente na Caxemira com o fim da Guerra de Bangladesh, a qual foi consideravelmente mais vantajosa para a Índia, dando-lhe os pontos estrategicamente importantes de Tithwal e Kargil e, assim, fazendo qualquer tentativa futura do Paquistão de desalojar a Índia da Caxemira extremamente difícil. Além disso, oficializaram por meio do acordo o surgimento de Bangladesh como um Estado-nação independente. Na sequência, o Acordo de Délhi foi assinado entre Índia, Paquistão e Bangladesh, em agosto de 1973, para um intercâmbio populacional tripartido, o qual também abriu perspectivas de normalização das relações entre os países (SIMON, 1973).

A URSS após a guerra movimentou-se para recuperar os laços com o Paquistão, responsabilizando pela guerra forças extremistas e partidos reacionários. O novo presidente do Paquistão, Zulfikar Ali Bhutto, visitou a URSS em março de 1972 e todas as trocas econômicas e culturais anteriores entre os dois países foram retomadas – o que indica que o país não estava disposto a retomar a sua política de relações unilaterais com a Índia, excluindo o Paquistão¹⁴ (BASUR, 1988). Em meio a melhora das relações da Índia e da URSS com o Paquistão, as relações da Índia com a URSS continuaram estáveis. Uma potencial divergência entre os dois países surgiu com a explosão nuclear indiana de maio de 1974 na questão da proliferação. A URSS buscava a adesão universal do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, enquanto a Índia se recusou a aderir a regulação internacional. No entanto, na prática, a explosão indiana não provocou censura da URSS. Quando resoluções sobre essa questão foram apresentadas na Assembleia Geral da ONU pela Índia e pelo Paquistão em novembro, a URSS apoiou a resolução indiana (CLARK, 1977). A não distinção no tratado entre uma explosão pacífica e um teste de armas mostrou-se útil para o governo indiano: embora a Índia pudesse sustentar que se tratava de uma explosão nuclear pacífica, o significado geral do teste não poderia ser perdido nas grandes potências. Considera-se que parte do objetivo era deixar ambíguas as futuras intenções da Índia e, assim, ampliar as opções do país. Consequentemente, o movimento indiano pode ser interpretado como uma afirmação da independência da Índia das

¹⁴ A política soviética em relação ao sul da Ásia deve ser vista na perspectiva de sua estratégia global. Seria difícil dissociar o conflito indo-paquistanês da relação triangular entre a URSS, a RPC e os EUA, principalmente porque a Guerra de Bangladesh colocou em foco o significado estratégico do Oceano Índico e a rivalidade das grandes potências para ganhar o seu controle (MUSTAFA, 1972).

potências na tomada de decisões, isso pode ser visto como uma reafirmação da política de não alinhamento indiana (SUBRAHMANYAM, 1974).

No ano seguinte, ocorreu uma interrupção na conexão entre Índia, URSS e Bangladesh, na qual a posição soviética estava sediada desde o pós-guerra. A derrubada do governo no novo Estado-nação, liderado por Mujibur Rahman, em agosto de 1975 levou à instalação de um regime comprometido em afirmar sua independência da Índia na região. Para esse fim, relações diplomáticas com a RPC e o Paquistão foram promovidas pelo novo governo. Como resultado desses realinhamentos, a posição da URSS no subcontinente sofreu uma deterioração acentuada (FOOT, 1986). A mudança de regime em Bangladesh foi agravada, do ponto de vista soviético, pela crise política doméstica na Índia, que culminou em junho 1975 na declaração de Indira Gandhi de um estado de emergência no país, e pela restauração em nível de embaixador em abril de 1976 das relações da Índia e a RPC. Quando a primeira ministra indiana visitou Moscou em junho de 1976, a questão dos contatos sino-indianos foi levantada; no entanto, a declaração conjunta indo-soviética emitida no final da visita não mencionou a questão. A principal consideração da URSS frente à retomada dos laços entre Índia e a RPC foi endossar um regime “amigável” como garantia contra um futuro cada vez mais incerto no subcontinente. O governo soviético viu o seu futuro no sul da Ásia como melhor garantido pela continuidade do governo de Indira Gandhi e, portanto, pode-se dizer que a URSS estava, em certa medida, diplomaticamente dependente das suas relações com Nova Délhi na região (CLARK, 1977). Desse modo, a instalação de um governo da oposição, que não era do Congresso, na Índia em março de 1977 foi não só um importante evento doméstico, mas também internacional.

A vitória do Partido Janata e a posse do primeiro ministro Morarji Desai encerraram quase três décadas de governo do Partido no Congresso. Além disso, as figuras-chave do novo governo eram da ala direita do cenário político indiano. A URSS ficou incerta sobre a atitude que o novo governo adotaria em relação ao seu país, pois havia prestado apoio ao estado de emergência de Indira Gandhi, período em que muitos membros do novo governo foram presos (MENON, 1978)¹⁵. Quando o Partido Janata chegou ao poder, acreditou-se que ocorreria uma mudança significativa na política externa da Índia, a qual resultaria em um grave revés para a política soviética no sul da Ásia. Isso porque o governo Janata provavelmente se afastaria da

¹⁵ Desde a declaração do estado de emergência na Índia em junho de 1975 até a derrota eleitoral do partido no Congresso em março de 1977, a postura soviética em relação às medidas adotadas pela Sra. Gandhi foi de apoio inequívoco. O apoio soviético ao governo do Congresso continuou mesmo após o início da campanha eleitoral na Índia. A oposição do Partido Janata ao setor estatal e sua defesa da descentralização e da necessidade de se concentrar na agricultura e pequenas indústrias foram vistas como preocupantes. Além disso, o partido era visto como um oponente da amizade soviético-indiana e do tratado indo-soviético em particular (MENON, 1978).

estreita relação que Indira Gandhi havia estabelecido com o Kremlin e tentaria melhorar os laços da Índia com os EUA e a RPC (MANSINGH, 1987). No dia em que os prisioneiros do governo de Indira Gandhi a substituíram no cargo, o novo primeiro ministro anunciou que seu governo continuaria a seguir a política de não-alinhamento, mas que esta seria “genuína”, sem suspeita de alinhamento com qualquer país. A partir disso, pode-se concluir que as relações da Índia com a URSS não permaneceriam mais “especiais”. Essa declaração deve ter causado preocupação em Moscou, que se apressou a superar o constrangimento de lidar com aqueles que vinham perseguindo até a véspera das eleições¹⁶ (BUDHRAJ, 1978). Cinco semanas após os resultados das eleições, o ministro das Relações Exteriores da URSS, Andrei Gromyko, chegou a Nova Délhi. Durante a visita, os indianos agradeceram pela assistência soviética no passado e o Tratado Indo-Soviético foi referido como um reflexo dos laços existentes entre os dois países. O comunicado conjunto emitido no final, não fora diferente dos comunicados anteriores dessa natureza (MENON, 1978).

O primeiro ministro Morarji Desai aceitou prontamente o convite soviético para visitar Moscou. O fato de a visita ter ocorrido mesmo no inverno e de ter sido a sua segunda viagem ao exterior indicaram a prioridade que o novo governo deu à URSS em sua política externa. A importância que o Kremlin atribuiu às relações indo-soviéticas ficou evidente quando, desconsiderando o protocolo, o próprio presidente Leonid Brezhnev apareceu no aeroporto de Moscou com toda a alta patente do governo soviético e deu as boas-vindas ao primeiro-ministro indiano (BUDHRAJ, 1978). Em discurso feito em um jantar em sua homenagem no mesmo dia, o primeiro-ministro indiano indicou a seus anfitriões que Nova Délhi não estava considerando qualquer mudança importante em seu relacionamento com a URSS. Ele observou que as diferenças nos sistemas político e econômico dos dois países não impediram uma cooperação estreita em vários campos e referiu-se ao Tratado Indo-Soviético como um ponto alto no relacionamento. Entretanto, insistiu que era uma distorção basear as relações indo-soviéticas apenas neste e que o Tratado não passa de um símbolo de décadas relações cordiais entre os dois países. Ele ressaltou que os dois países estavam vinculados por seus interesses nacionais e objetivos comuns (RAO, 1978). Quanto a questões internacionais, o projeto soviético de um sistema de segurança coletiva asiático – uma proposta reiterada periodicamente

¹⁶A Índia continuava a ser importante para a URSS por uma série de razões. Primeiro, enquanto a hostilidade sino-soviética continuava, os EUA haviam conseguido estabelecer vínculos significativos com a China. Segundo, desde o lançamento da política de segurança coletiva da Ásia a Índia seguia sendo o país mais importante na região para a contenção da China. Terceiro, tanto a URSS quanto a Índia estavam preocupadas com a retomada da ajuda militar dos EUA ao Paquistão que ocorreu em 1975. Por último, dados os problemas encontrados no relacionamento da URSS com o Egito, um revés na Índia teria ressaltado o isolamento diplomático soviético no Terceiro Mundo (BUDHRAJ, 1978).

desde 1969 – não foi discutido em detalhes. O comunicado conjunto emitido no final, também não fora diferente dos comunicados anteriores da mesma natureza. As conversas de Gromyko em Nova Délhi e a visita de Desai à URSS parecem indicar que nenhum dos lados queria alterar a estrutura existente das relações soviético-indianas (MENON, 1978).

Os novos líderes indianos haviam herdado uma situação construída ao longo do tempo com a URSS, que era visível no desenvolvimento econômico e na política de segurança. A relação no âmbito econômico é retratada pelo grande número de projetos construídos com a ajuda do crédito¹⁷ e da assistência técnica soviéticos, que desempenharam um papel importante na busca da Índia por uma base sólida de indústria pesada. Além disso, a oferta soviética de assistência na exploração de petróleo era especialmente atraente para a Índia, dada a pressão que as importações de petróleo estavam colocando em suas reservas cambiais¹⁸. Outro setor de relações econômicas que cresceu rapidamente foi o comércio. O seu acordo entre moedas, que não usa moeda conversível para contabilidade, permitiu a importação dos produtos necessários para a economia indiana sem sobrecarregar reservas limitadas de divisas (MENON, 1978). No âmbito securitário, a relação não se deu apenas pelo equilíbrio das forças da Índia com o Paquistão e a RPC no subcontinente. A ajuda soviética na construção da capacidade de defesa da Índia foi substancial, o país desempenhou um papel duplo no fortalecimento e modernização das forças armadas e expansão da indústria de defesa indiana¹⁹. Embora nos últimos anos a Índia tenha alcançado um sucesso considerável em sua tentativa de trabalhar na direção de diversificar suas compras de defesa, a maioria das aquisições continuou sendo de origem soviética (RAO, 1978). Contudo, por mais que a URSS atendesse importantes necessidades de Nova Délhi, o custo envolvido para a Índia em qualquer rompimento de seus laços com Moscou não deve ser enfatizado demais. Em outras palavras, o que existia não era uma situação de dependência que impossibilitasse uma mudança na política da Índia em relação à URSS no período. Simplesmente, a estrutura que existia dos laços indo-soviéticos era benéfica tanto para Nova Délhi quanto para Moscou (CLARK, 1977). Assim, a interdependência provou ser mais importante que a ideologia, e os vínculos econômicos e políticos e as relações entre a Índia e a URSS foram mantidas após o Tratado Indo-Soviético e a mudança política indiana.

¹⁷ De 1954 a 1975, a Índia foi a maior beneficiária de créditos e doações econômicas da URSS, tendo recebido um total de 1,263 milhões de dólares - um valor que representa 18% de toda a ajuda soviética fornecida a países em desenvolvimento não comunistas no mesmo período de tempo (MENON, 1978, p.744).

¹⁸ Como resultado de uma pesquisa da URSS no país, grandes depósitos de petróleo e gás foram localizados em Cambay (1958), Ankleshwar, Kalol e Rudrasagar (1960) na Índia. Foram abertos oito campos de petróleo nessas áreas, os quais passaram a suprir um terço das necessidades indianas ainda em 1966 (MENON, 1978, p.744).

¹⁹ A URSS se tornou a fonte da maior parte do equipamento militar sofisticado direcionado para a Índia, tanto que 60% a 70% das importações militares da Índia vieram da URSS durante o período total da Guerra Fria (BAKSHI, 1999, p. 1371).

No final da década de 1970, a Guerra Afegã-Soviética mudou o cenário estratégico no sul da Ásia. Com a possibilidade do Afeganistão desaparecer como um Estado-tampão e das fronteiras da URSS se deslocarem para o sul do país, qualquer ameaça vinda da fronteira ocidental do Paquistão acabaria por impactar a segurança indiana. O Afeganistão pode ter sido uma questão global, mas alcançou especial importância regional para a Índia. Além disso, depois que o Paquistão se transformou no Estado da linha de frente dos EUA na guerra, a situação tornou-se ainda mais complexa para a Índia, pois um Paquistão rearmado era mais uma preocupação para sua segurança (AHMAD, 1983; ROBINSON, 1982). Nesse contexto, o governo interino indiano de Charan Singh criticou a URSS e apoiou a sua retirada do Afeganistão. Quando Indira Gandhi retornou ao poder em janeiro de 1980, o tom com Moscou ficou mais brando. Os laços indo-soviéticos colocavam a Índia em uma situação constrangedora, a ação soviética no Afeganistão violava seus princípios de política externa, uma vez que era uma intervenção nos assuntos domésticos e uma incursão em um país não alinhado. Desse modo, a Índia fez parte das abstenções nas votações anuais da Assembleia Geral da ONU sobre a retirada das forças estrangeiras do Afeganistão até 1988. Esse movimento de Nova Délhi mostrou certa distância política de Moscou na Guerra Afegã, apesar de não criticar a situação publicamente (MISHRA, 1990; OVERHOLT, 1980). Portanto, a reação indiana refletiu os vínculos da Índia com a URSS e o incômodo pela presença militar soviética em um país do sul da Ásia, sendo capturada na política oficial de ser oposta à intervenção e à interferência no Afeganistão. A posição indiana teve impacto suficiente na URSS para o país enviar Gromyko novamente à Nova Délhi, desta vez para uma explicação das ações soviéticas na Guerra Afegã. Contudo, o comunicado conjunto da visita não mencionou o Afeganistão, embora as autoridades indianas reconhecessem publicamente que discussões haviam ocorrido sobre o assunto. Outro fato dessa visita foi a recusa da Índia ao pedido soviético de uma visita de Estado para comemorar o décimo aniversário do Tratado Indo-Soviético em 1981 (THAKUR; THAYER, 1992).

O processo de mediação do conflito afegão começou em 1982 com o representante do Secretário-Geral da ONU, Diego Cordovez. Contudo, foi somente com a ascensão de Mikhail Gorbachev ao poder na URSS em 1985 que as negociações para um acordo começaram a avançar. Com o novo líder, o país passou a acreditar que o fim da guerra no Afeganistão era a chave para melhorar as relações com o Ocidente. Esse desdobramento foi apoiado pela Índia, já que garantiria a interrupção do suprimento militar dos EUA ao Paquistão. Assim, o governo de Gorbachev passou a estar disposto a retirar suas tropas do Afeganistão se os EUA, juntamente com a URSS, atuassem como garantidores do acordo. A URSS também decidiu que

estaria partindo do Afeganistão independente da composição do governo em Cabul. Depois de alguns meses, os EUA concordaram com essa disposição e os Acordos de Genebra²⁰ foram assinados em 1988. No entanto, a disputa sobre um governo interino do Afeganistão continuou. O fracasso dos acordos em abordar as questões de governança e o direito do povo afegão de escolher seu governo significou que, embora as tropas soviéticas tenham partido, a guerra não teve um fim. (RACIOPPI, 1994). A retirada soviética mudou drasticamente a situação geopolítica do sul da Ásia. A URSS desistiu de seu papel na manutenção do equilíbrio de poder na região. O fim do conflito reduziu a perspectiva da ajuda militar dos EUA ao Paquistão, o que resultou, frente à hegemonia da Índia no subcontinente, no aumento de atos terroristas na Caxemira. Assim, com o recuo soviético, tornou-se crucial para a Índia, muito mais do que antes, proteger suas fronteiras no noroeste do país. A Índia também considerou que a URSS retirou suas tropas muito cedo do Afeganistão para o que o governo de Cabul resistisse à propagação da influência do Paquistão na região. Assim, os desenvolvimentos no Afeganistão geraram instabilidade para a Índia (STOBDAN, 1999), porém desta vez o país já não poderia mais contar com a ajuda soviética para promover a estabilidade regional.

Os anos de 1980 também foram preenchidos por tendências liberalizantes nas políticas econômicas tanto da Índia quanto da URSS, caracterizadas pelo processo gradual de abertura indiana iniciada por Indira Gandhi e reforçada por Rajiv Gandhi e pelo movimento político da *perestroika* de Mikhail Gorbachev. Essas políticas exigiram dos dois países uma abordagem mais ocidental do que a adotada anteriormente. Assim, nesse momento, o governo indiano, nos assuntos econômicos, voltou-se mais para o Ocidente, apesar de ainda permanecer próximo da URSS nos assuntos relacionados à segurança (NADKARNI, 1995). O caso da URSS foi mais complexo dada a situação bipolar, pois sem qualquer mudança no triângulo sino-estadunidense-soviético, os cortes nos gastos militares seriam inconcebíveis, e sem mudanças nas prioridades dos gastos, a reforma *perestroika* seria impraticável. Desse modo, para que a reestruturação doméstica na URSS fosse possível, o país teve de repensar suas relações com os EUA e com a RPC nesse período. A situação levou a uma nova política externa soviética, a qual passou a enfatizar a redução do espírito de confrontação e a corrida armamentista. Dessa maneira, a decisão de retirada do Afeganistão afirmou os interesses da nova política em reduzir o potencial de conflito entre as superpotências. Além disso, sinalizou uma possível redução no uso do instrumento militar em favor de meios políticos e, em menor medida, meios econômicos (RACIOPPI, 1994). No entanto, essa nova abordagem de política externa da URSS buscou

²⁰ Os acordos assinados em Genebra pelo Afeganistão, Paquistão, URSS e EUA eram, na verdade, quatro acordos separados.

preservar as relações com a Índia, de modo que Gorbachev deu atenção especial às relações bilaterais, recebendo Rajiv Gandhi diversas vezes em Moscou e fazendo de Nova Délhi seu primeiro destino asiático como secretário geral do PCUS.

Da perspectiva indiana, a visita soviética permitiu que os dois países reafirmassem seu compromisso de longo prazo e enviou uma mensagem aos inimigos da Índia de que a nova abordagem da política externa soviética e a *perestroika* não enfraqueceriam o relacionamento indo-soviético. Do ponto de vista soviético, a reunião foi necessária para a manutenção do relacionamento bilateral em um período de mudança política (YOUNG, 1988). No entanto, a relação entre a URSS e a Índia não ficou isenta de dificuldades. Primeiro, o discurso de Gorbachev em Vladivostok em 1986 apontou que os interesses de segurança soviéticos e indianos seriam menos complementares na nova política da URSS. O líder soviético expressou seu interesse em promover um coletivo de segurança asiático baseado na região do Pacífico da Ásia. Esse acordo incluiria a RPC e não iria simplesmente contê-la como o plano Brezhnev. Quando Gorbachev levantou essa questão durante a visita a Délhi, Rajiv Gandhi não se comprometeu com o plano. Segundo, apesar do compromisso da Declaração de Délhi de ambos colaborar para remover a ameaça nuclear global, a Índia tinha seus próprios interesses em preservar seu programa; e, sem nenhuma alteração radical do ambiente regional, esses interesses provavelmente não coincidiriam com os da URSS sob sua nova abordagem política. Terceiro, o equilíbrio de poder regional no sul da Ásia estava a favor da Índia, de modo que a política interna indiana nos anos de 1980 atuou para manter essa situação. O governo indiano, portanto, não estava disposto a ajustar seus interesses de segurança fronteiriços para acomodar os planos de Moscou para a segurança asiática (RACIOPPI, 1994). Assim, houveram menos interesses congruentes no final dos anos 1980 e no começo dos anos 1990 que promovessem a relação da Índia com URSS.

As mudanças na relação entre Nova Délhi e Moscou foram também percebidas na maneira com que os aspectos econômicos e de defesa do relacionamento estavam interligados, já que vendas militares subscritas por créditos soviéticos costumavam ser pagas por meio de exportações indianas. Na segunda metade da década de 1980, as economias indiana e soviética não tiveram um bom desempenho: ambas ficaram mais endividadas e com menores reservas de moeda. Nessa situação, o arranjo econômico indo-soviético ajudou a garantir a expansão do comércio bilateral e fez com que a URSS se mantivesse como o principal parceiro comercial da Índia no período. No entanto, com a aceleração da liberalização econômica soviética, a compra de armas pela Índia passou a ser paga em moeda forte. Como consequência, a Índia não teve reservas suficientes para comprar armas na mesma proporção com que as adquiria nas

décadas anteriores. A incapacidade de pagamento da Índia prejudicou também a URSS (e mais tarde a Rússia) já que ambos precisavam aumentar sua reserva de moedas (NADKARNI, 1995). A Guerra do Golfo acelerou o afastamento entre os dois países. A Índia acompanhou a mediação do conflito na ONU em um contexto de rápida transformação da importância da URSS como um ator no curso dos eventos internacionais. Nesse período, a Índia foi atingida por uma séria crise macroeconômica relacionada com a queda abrupta dos fluxos de remessa de petróleo e os aumentos dos preços do produto causados pelo colapso do sistema comercial trilateral Índia-Iraque-URSS. Para poder atender a grande demanda por petróleo, a Índia utilizou suas reservas e aumentou a sua dívida externa, gerando um grave problema em sua balança de pagamentos. Com o eminente colapso econômico e o caos político soviético, a Índia adotou uma postura mais favorável às políticas neoliberais e um programa de reformas econômicas para abrir a economia indiana (THAKUR, 1991). Assim, a relação da Índia com a URSS já estava sob um processo de esgotamento gradual quando ocorre o fim do sistema bipolar com a dissolução da URSS e o surgimento da Federação Russa em 1991, o que modificou os termos da relação bilateral.

Mapa 6 – A distância geográfica entre a Índia e a Federação Russa (1991-2020)



Fonte: adaptado de CIA (2008).

5.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este capítulo, em concordância com o quarto objetivo específico desta pesquisa, analisou a redefinição da política externa da Índia e o alcance da estabilização regional com o apoio soviético, o que facilitou a compreensão do que foi o ponto alto da relação da Índia com a URSS com a Guerra de Bangladesh, também conhecida como Terceira Guerra Indo-Paquistanesa. Uma vez que ocorreu a formação do diálogo dos EUA com a RPC por meio do Paquistão, as relações da Índia com a URSS voltaram a se fortalecer. Nesse momento, o ponto alto da aproximação da entre os dois países se deu com a assinatura do Tratado de Paz, Amizade e Cooperação e o apoio soviético à Índia na Guerra de Bangladesh. O resultado dessa guerra modificou a geografia política do subcontinente, com o Paquistão perdendo quase metade de seu território e população. Assim, o apoio soviético permitiu à Índia se tornar a potência da região, embora a URSS não tivesse alcançado seu objetivo de estabelecer um sistema de segurança asiático. Dessa maneira, nota-se que a Índia utilizou habilmente do Tratado Indo-Soviético para promover seus próprios objetivos políticos. Nesse contexto, a estratégia da política externa indiana passou a se concentrar no subcontinente para a promoção da estabilidade regional. Com o colapso do Paquistão e a formação de Bangladesh, a Índia buscou a retirada da interferência da região, inclusive da URSS das negociações do pós-guerra. Além disso, com o desenrolar da Guerra Afegã-Soviética, a Índia já não poderia mais contar com a ajuda soviética para promover a estabilidade regional. Assim, os interesses congruentes na relação da Índia com a URSS diminuíram com o tempo e ambos foram gradualmente se afastando. Como resultado, o Tratado Indo-Soviético não serviu para aumentar a aproximação da Índia com a URSS no pós-guerra, nem a influência soviética no sul da Ásia. Dessa maneira, as relações da Índia com a URSS foram mantidas, porém passaram por um processo de esgotamento gradual até a dissolução soviética e o fim da Guerra Fria.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação tratou de como a procura da Índia pela estabilização regional provocou a aproximação do país com URSS até a Guerra de Bangladesh. Para realizar essa investigação, o estudo apresentou a relação entre a geografia do Estado-nação da Índia e a elaboração de sua política externa por uma visão “de dentro para fora” da região. A pesquisa também trabalhou com uma análise de cunho geopolítico, passando por uma operacionalização dos fatos históricos. Assim, uma observação da relação entre a geografia do Estado-nação indiano e a elaboração de sua política externa foi realizada, seguida por uma análise da aproximação da Índia com a URSS no marco do conflito bipolar. Como resultado, apresentam-se os principais argumentos que se relacionam a esse processo. Primeiro, a independência da Índia britânica e da partição do subcontinente nos Estados-nação da Índia e do Paquistão impactaram a formação da política externa indiana e a produziram uma dinâmica regional própria, que resultou na busca da Índia pela estabilização regional. Nesse contexto, as relações entre Índia e URSS são inexistentes, pois o país não reconheceu de imediato a soberania indiana. Segundo, a resposta da Índia a chegada da Guerra Fria na região com a aliança entre os EUA e o Paquistão se deu em âmbito extrarregional e sistêmico com a ampliação da estratégia pela via diplomática para estabilidade regional de “zona de paz” asiática. A construção da relação da Índia com a URSS pela via econômica e depois política se deu nesse momento, facilitada pela relação da Índia com a RPC e pelo atrito com os EUA. Terceiro, a estratégia da política externa indiana baseada na diplomacia para a estabilização regional passou por uma ruptura com a Guerra Sino-Indiana, reforçada pela Segunda Guerra Indo-Paquistanesa. Nessa ocasião, ocorreu aproximação da Índia com a URSS no âmbito militar. Quarto, a promoção de uma nova estratégia na política externa indiana foi alicerçada na primazia militar regional e na divisão de poder das potências para o alcance da estabilização regional, situação que promoveu o ponto alto da relação da Índia com a URSS durante o conflito bipolar com a assinatura do Tratado Indo-Soviético em meio à Guerra de Bangladesh e à aproximação dos EUA com a RPC via Paquistão. Por último, ocorreu o esforço de manutenção da estabilização regional por parte da Índia no pós-Bangladesh e um processo de afastamento gradual da relação da Índia com a URSS até a dissolução do país e o fim da Guerra Fria.

Observa-se assim que a política externa indiana contou com agência para promover seus interesses e não foi um mero resultado do ambiente externo do conflito bipolar, de modo que se considera a aproximação da Índia com a URSS estratégica para o país. Além disso, a hipótese da pesquisa foi confirmada: a aproximação da Índia com a URSS esteve interligada a duas

estratégias da política externa indiana para a estabilização regional, uma com enfoque na diplomacia e no desenvolvimento econômico, e outra com ênfase na conquista militar aliada à exploração da divisão de poder das grandes potências. Respondendo à questão de pesquisa, em um primeiro momento a estabilização regional é buscada pela Índia por meio da diplomacia para o desenvolvimento econômico. Nesse período, a chegada da Guerra Fria no subcontinente com a aliança dos EUA com o Paquistão é respondida com a expansão de uma “zona de paz” asiática, alicerçada na relação amigável da Índia com a RPC – situação que promove a aproximação da Índia com a URSS e oportuniza o objetivo de promover seu o desenvolvimento econômico doméstico, dado que a Índia tinha como inspiração o modelo soviético. Além disso, as relações econômicas entre ambos serviram de plataforma para uma aproximação política, que propiciou o apoio soviético à Índia na ONU. Essa estratégia passa por uma ruptura e reformulação com a Guerra Sino-Indiana e a Segunda Guerra Indo-Paquistanesa, resultando na aproximação da Índia com a URSS em âmbito militar. Em um segundo momento, a Índia busca a estabilização regional por meio da conquista militar aliada à exploração das divisões de poder das grandes potências. O Tratado Indo-Soviético de Paz, Amizade e Cooperação foi assinado alguns meses antes da Guerra de Bangladesh, momento encarado como o ponto alto da aproximação entre ambos durante o conflito bipolar. Nesse período, a crise doméstica do Paquistão, concomitante à formação do triângulo EUA, Paquistão e RPC, oferece a oportunidade para a Índia se estabelecer como a potência dominante no sul da Ásia. Contudo, os laços da Índia com a URSS, apesar de mantidos, passaram por um processo de enfraquecimento no pós-guerra.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, I. **How India Became Territorial: Foreign Policy, Diaspora, Geopolitics**. California: Stanford University Press, 2014.
- ACHARYA, A.; BUZAN, B. Why is no non-Western international relations theory? An introduction. In: ACHARYA, A.; BARRY, B (ed.). **Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia**. New York: Routledge, 2010, p. 1-25.
- AGARWAL, A. The United States and the Indo-Pakistani War of 1971: a Critical Inquiry. **Indian Journal of Asian Affairs**, v. 27-28, n. 1-2, p.21-42, 2015. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43857990>. Acesso em: 26 fev. 2020.
- AHAMAD, N. Indo-Soviet relations since Mrs. Gandhi's re-election. **Pakistan Horizon**, v. 36, n. 1, p. 73-100, 1983. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41394720>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- ARIF, S. M. A history of Sino-Indian relations: from conflict to cooperation. **International Journal of Political Science and Development**, v. 1, n. 4, p. 129-137, 2013. Disponível em: <https://www.academicresearchjournals.org/IJPSD/PDF/December/Arif.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- ARMSTRONG, H. F. Neutrality: Varying Tunes. **Foreign Affairs**, 35, p. 57-83, 1956. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1956-10-01/neutrality-varying-tunes>. Acesso em: 05 ago. 2020.
- ATHWAL, A. **China-India relations: contemporary dynamics**. New York: Routledge, 2008.
- BAJWA, F. **From Kutch to Tashkent: the Indo-Pakistan war of 1965**. London: Hurst, 2013.
- BAKSHI, J. Russian policy towards South Asia. **Strategic Analysis**, v. 23, n. 8, p. 1367-1398, 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09700169908455129>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- BARNDS, W. J. China's relations with Pakistan. Durability Amidst Discontinuity. **The China Quarterly**, n. 63, p.463-489, 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/652750>. Acesso em: 06 nov. 2019.
- BASUR, R. M. 1971 in Retrospect: a Reappraisal of Soviet Policy in South Asia. **International Studies**, v. 25, n. 3, p. 241-257, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0020881788025003002>. Acesso em: 23 fev. 2020
- BEHERA, N. C. Re-Imagining IR in India. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 7, n. 3, p. 341-368, 2007. Disponível em: www.jstor.org/stable/26159494. Acesso em: 05 ago. 2020.
- BEHERA, N. C. Re-Imagining IR in India. In: ACHARYA, A.; BARRY, B (Ed.). **Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia**. New York: Routledge, 2010, p. 92-116.

BHAGWATI, J. **The promise of India**: how prime ministers Nehru to Modi shaped the nation (1947 – 2019). New Delhi: Penguin Random House India, 2019.

BOSE, S. **Kashmir**: roots of conflict, paths to peace. London: Harvard University Press, 2003.

BUDHRAJ, V. S. Major dimensions of Indo-Soviet relations. **India Quarterly**, v. 31, n. 1, p. 11–22, 1975. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/097492847503100102>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BUDHRAJ, V. S. The Janata Party and Indo-Soviet relations. **The Indian Journal of Political Science**, v. 39, n. 1, p. 1-16, 1978. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41854816>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BUZAN, B.; LITTLE, R. World history and the development of non-Western international relations theory. In: ACHARYA, A.; BARRY, B (Ed.). **Non-Western International Relations Theory**: Perspectives on and beyond Asia. New York: Routledge, 2010, p. 197-220.

BUZAN, B.; LITTLE. **International Systems in World History**: Remaking the Study of International Relations. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. **South Union, East and South Asia**. Washington, 1987. Disponível em: <http://hdl.loc.gov/loc.gmd/g7000.ct006956>. Acesso em: 01 set. 2020.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. <http://hdl.loc.gov/loc.gmd/g7625.ct000947>. Acesso em: 01 set. 2020.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. **The disputed area of Kashmir**. Washington, 2002. Disponível em: <http://hdl.loc.gov/loc.gmd/g7653j.ct000803>. Acesso em: 01 set. 2020.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. **China and India**. Washington, 2006. Disponível em: <http://hdl.loc.gov/loc.gmd/g7820.ct002746>. Acesso em: 01 set. 2020.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. **Asia**. Washington, 2008. Disponível em: <http://hdl.loc.gov/loc.gmd/g7400.ct002359>. Acesso em: 01 set. 2020.

CHANDRA, B. **India's struggle for independence**: 1857-1947. New Delhi: Penguin Random House India, 2016.

CHAOWU, D. From 'Hindi-Chini Bhai-Bhai' to 'international class struggle' against Nehru: China's India policy and the frontier dispute, 1950-62. In: GUPTA, A. R.; LUTHI, L. M. (ed.) **The Sino-Indian war of 1962**: New Perspectives. New York: Routledge, 2017, p. 68-84.

CHARI, P. R. Indo-Soviet Military Cooperation: a review. **Asian Survey**, v. 19, n. 3, p. 230-244, 1979. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2643691>. Acesso em: 08 nov. 2019.

CHAUDHURI, R. Just another border incident: the Rann of Kutch and the 1965 India-Pakistan war. **Journal of Strategic Studies**, v. 42, n. 5, p. 654-676, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01402390.2019.1571996>. Acesso em: 23 fev. 2020.

CLARK, I. Autonomy and dependence in recent Indo-Soviet relations. **Australian Outlook**, v. 31, n. 1, p. 147-164, 1977. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/10357717708444601>. Acesso em: 20 ago. 2020.

COHEN, S. P. **Shooting for a century: the India-Pakistan Conundrum**. Washington: Brookings Institution, 2013.

COLLETT, N. **The butcher of Amritsar: General Reginald Dyer**. New York: Hambledon Continuum, 2007.

DEBRAH, E. M. Will Uncommitted Countries Remain Uncommitted. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, p. 83–93, 1961. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/000271626133600110>. Acesso em: 05 ago. 2020.

DEGER, S; SEN, S. Military security and the economy: defence expenditure in India and Pakistan. In: HARTLEY, K. SANDLER, T. (ed.). **The economics of defence spending: an international survey**. London: Routledge, 1990, p. 219.

DIXIT, J. N. **Makers of India's foreign policy: Raja Ram Mohun Roy to Yashwant Sinha**. New Delhi: HarperCollins, 2004.

FISHER, M. W. Goa in wider perspective. **Asian Survey**, v. 2, n. 2, p. 3–10, 1962. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3023422>. Acesso em: 23 fev. 2020.

FOOT, R. The Sino-Soviet complex and South Asia. In: BUZAN, B.; RIZVI, G. (org.) **South Asian insecurity and the Great Powers**. New York: Palgrave Macmillan, 1986, p. 181-206.

GARVER, J. W. China's decision for war with India in 1962. In: ROSS, R.; JOHNSTON, A. **New directions to the study of Chinese foreign policy**. California: Stanford University Press, 2006. P. 86-130.

GHEBHARDT, A. O. The Soviet system of collective security in Asia. **Asian Survey**, v. 13, n. 12, 1973. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2642669>. Acesso em: 23 fev. 2020.

GHOSH, P. **Indian government and politics**. New Delhi: PHI Learning, 2012.

GORDON, Y.; KOMISSAROV, D. **Chinese Aircraft: China's Aviation Industry since 1951**. Singapore: Hikoki, 2008.

GOSWAMI, M. **Producing India from Colonial Economy to National Space**, Chicago: University of Chicago Press, 2004.

GRAHAM, I. C. C. The Indo-Soviet MIG deal and its international repercussions. **Asian Survey**, v. 4, n. 5, p. 823-832, 1964. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3023476>. Acesso em: 08 nov. 2019.

GREENE, F. The Indian-Pakistan War and the Asian Power Balance. **Naval War College Review**, v. 25, n. 3, p. 16-34, 1973. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44639774>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GRYGIEL, J. J. **Great Powers and Geopolitical Change**. The Johns Hopkins University Press: Baltimore, 2006.

HAJARI, N. **Midnight's furies**: the deadly legacy of India's partition. New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2015.

HAQQANI, H. **Magnificent delusions**: Pakistan, the United States, and an epic history of misunderstanding. New York: Public Affairs, 2013.

HASAN, Z. Soviet arms aid to Pakistan and India. **Pakistan Horizon**, v. 21, n. 4, p. 322-355, 1968. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41392937>. Acesso em: 23 fev. 2020.

HASSAN, Z. Pakistan's relations with the U.S.S.R. in the 1960s. **The World Today**, v. 25, n. 1, p. 26-35, 1969. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40394188>. Acesso em: 23 fev. 2020.

HILGER, A. The Soviet Union and the Sino-Indian border war, 1962. In: GUPTA, A. R.; LUTHI, L. M. (ed.) **The Sino-Indian war of 1962**: New Perspectives. New York: Routledge, 2017, p. 142-159.

HILGER, A. The Soviet Union and India: the Krushchev era and its aftermath until 1966. **Parallel History Project on Cooperative Security**, 2009. Disponível em: http://www.php.isn.ethz.ch/lory1.ethz.ch/collections/coll_india/documents/IntroII_final_001.pdf. Acesso em: 17 set. 2019.

INDIA. Agreement between the government of India and the Soviet Socialist Republics for the establishment of an integrated iron and steel works in India. New Delhi: **Ministry of External Affairs, Government of India**. 1955. Disponível em: <https://mea.gov.in/Portal/LegalTreatiesDoc/RU55B1320.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

INDIA. Ministry of External Affairs - MEA. India-Brazil Relations. **Government of India**. India, 2018. Disponível em: https://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Brief_dec_2018.pdf. Acesso em: 05 dez. 2018.

INDIA. Trade agreement between the government of India the government of the U.S.S.R. New Delhi: **Ministry of External Affairs, Government of India**. 1963. Disponível em: <https://mea.gov.in/Portal/LegalTreatiesDoc/RU63B1440.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

INDIA. Treaty of peace, friendship and cooperation between the government of India and the government of Soviet Socialist Republics. New Delhi: **Ministry of External Affairs, Government of India**. 1971. Disponível em: <https://mea.gov.in/Portal/LegalTreatiesDoc/RU71B1557.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

JALAL, A. India's partition and the defense of Pakistan: an historical perspective. **The Journal of Imperial and Commonwealth History**, v.15, n.3, p. 289-310, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03086538708582743>. Acesso em: 23 fev. 2020.

JETLY, N. India: the domestic dimensions of security. In: BUZAN, B.; RIZVI, G. (ed.) **South Asian insecurity and the Great Powers**. New York: Palgrave Macmillan, 1986, p. 37-59.

KAPUR, A. Indo-Soviet treaty and the emerging Asian balance. **Asian Survey**, v. 12, n. 6, p. 463-474, 1972. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2643044>. Acesso em: 23 fev. 2020.

KAPUR, H. The Soviet Union and the Indo-Pakistani relations. **International Studies**, v. 8, n. 1, p. 150–157, 1966. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002088176600800108>. Acesso em: 23 fev. 2020.

KAPUR, S. P. **Jihad as Grand Strategy**: Islamist militancy, national security and the Pakistani state. New York: Oxford University Press, 2017.

KELLY, P. A Critique of Critical Geopolitics. **Geopolitics**, v. 11 n.1, p. 24-53, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14650040500524053>. Acesso em: 05 ago. 2020.

KENNEDY, A. B. Nehru's foreign policy: realism and idealism conjoined. *In*: MALONE, D.M.; MOHAN, C.R.; RAGHAVEN, S. (ed.). **The Oxford handbook of Indian foreign policy**. New York: Oxford University Press, 2015.

KHAN, Y. **The great partition**: the making of India and Pakistan. London: Yale University Press, 2017.

LIST, F. **The National System of Political Economy**. London: Longmans, Green, 1909. Disponível em: <https://oll.libertyfund.org/titles/list-the-national-system-of-political-economy>. Acesso em: 14 abr. 2019.

LUTHI, L. M.; GUPTA, A. R. Introduction. *In*: GUPTA, A. R.; LUTHI, L. M. (ed.) **The Sino-Indian War of 1962**: New Perspectives. New York: Routledge, 2017, p. 1-26.

LUTHI, L. Sino-Indian Relations 1954-1962. **Eurasia Border Review**. Slavic Research Center, Hokkaido University, v. 3, Special Issue, p. 93-119, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2115/50965>. Acesso em: 08 ago. 2020.

MADAN, T. **Fateful triangle**: how China shaped U.S.-India relations during the Cold War. Washington: Brookings Institution Press, 2020.

MAHAJANI, U. The Bangladesh Crisis and the Arabesque of Alignments. **World Affairs**, v. 136, n. 4, p. 321-346, 1974. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20671528>. Acesso em: 09 nov. 2019.

MANSINGH, S. India and the Superpowers: 1966-1984. **Journal of Asian and African Studies**, v. 3, n. 4, p. 266-281, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/156852187X00412>. Acesso em: 09. dez. 2019.

MCGARR, P.M. **The Cold War in South Asia**: Britain, the United States and the Indian subcontinent, 1945-1965. New York: Cambridge University Press, 2013.

MCMOHAN, R. J. U.S. policy toward South Asia and Tibet during the early Cold War. **Journal of Cold War Studies**, v. 8, n. 3, p. 131-144, 2006. Disponível em: <https://www.muse.jhu.edu/article/201240>. Acesso em: 23 fev. 2020.

MEHROTRA, S. **India and Soviet Union**: trade and technology transfer. New York: Cambridge University Press, 1990.

MENON, K. P. S. **Many worlds**: an autobiography. London: Oxford University Press, 1965. Disponível em: <https://archive.org/details/manyworldsautobi0000meno>. Acesso em: 23 fev. 2020.

MENON, R. India and Soviet Union: a new stage of relations? **Asia Survey**, v.18, n.7, p.731-750, 1978. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2643528>. Acesso em: 23 jan. 2020.

MENON, R. India and Russia: the Anatomy and Evolution of a Relationship. In: MALONE, D.M.; MOHAN, C.R.; RAGHAVEN, S. (eds). **The oxford handbook of Indian foreign policy**. New York: Oxford University Press, 2015, cap.37.

MISHRA, P. K. The Soviet Union in South Asia. **Indian Journal of Asian Affairs**, v. 3, n. 1/2, p. 18-31, 1990. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41960467>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MUKHERJI, R. Appraising the Legacy of Bandung: a view from India. In: ACHARYA, A; SENG, T.S. (ed.). **Bandung Revisited: the Legacy of 955 Asian-African Conference for International Order**. Singapore: NUS Press, 2008, cap. 7.

MUSTAFA, Z. The USSR and the Indo-Pakistan war 1971. **Pakistan Horizon**, v. 25, n. 1, p. 45-52, 1972. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41393112>. Acesso em: 26 fev. 2020.

NADKARNI, V. India and Russia: the end of a special relationship? **Naval War College Review**, v. 48, n. 4, p. 19-33, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44637653>. Acesso em: 20 ago. 2020.

NAOROJI, D. **Poverty and Un-British Rule in India**. London: Sonnenschein, 1901. Disponível em: <https://archive.org/details/povertyunbritish00naoruoft/page/n7>. Acesso em: 14 abr. 2019.

NAWAZ, S. **Crosses swords: Pakistan, its army, and the wars within**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

NAWAZ, S. The First Kashmir War Revisited. **India Review**, v. 7, n. 2, p. 115-154, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14736480802055455>. Acesso em: 24 nov. 2019.

NAYAR, B. R.; PAUL, T. V. **India in the world order: searching for major power status**. New York: Cambridge University Press, 2003.

NEHRU, J. Changing India. **Foreign Affairs**, v.41, n. 3, p. 462-463, 1963. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1963-04-01/changing-india>. Acesso em: 27 jun. 2020.

NEHRU, J. A unidade da Índia. In: STUENKEL, O. (Org.). **A Índia na ordem global**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 9-28.

OVERHOLT, W. H. The geopolitics of the Afghan War. **Asian Affairs: An American Review**, v. 7, n. 4, p. 205-217, 1980. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00927678.1980.10553885>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PROZUMENSCHIKOV, M.Y. The Sino-Indian Conflict, the Cuban Missile Crisis, and the Sino-Soviet Split, October 1962: New Evidence from the Russian Archives. **Cold War International History Project Bulletin**, v. 8, n. 9, p. 251-269. 1997. Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/publication/CWIHPBulletin8-9_tableofcontents.pdf. Acesso em: 23 fev. 2020.

RACIOPPI, L. **Soviet Policy towards South Asia since 1970**. New York: Cambridge University Press, 1994.

RAJAN, M. S. The Indo-Soviet treaty and India's non-alignment policy. **Australian Outlook**, v. 26, n. 2, p. 204-215, 1972. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/103577172084444440>. Acesso em: 23 fev. 2020.

RANADE, M. G. **Essays on Indian Economics**. Madras: G. A. Natesan and Co, 1906. Disponível em: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.263053/page/n7>. Acesso em: 14 abr. 2019.

RAO, R. V. R. C. The Brezhnev Plan and the Indo-Soviet treaty: Expectations and Frustrations. **Economic and Political Weekly**, v. 8, n. 46, p. 2059–2065, 1973. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4363198>. Acesso em: 23 fev. 2020.

RAO, R. V. R. C. The Janata government and the Soviet connexion. **The World Today**, v. 34, n. 2, p. 70–76, 1978. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40395035>. Acesso em: 23 fev. 2020.

RAY, A. K. Pakistan as a factor in Indo-Soviet relations. **Economic and Political Weekly**, v. 1, n. 12, p. 503+505-506, 1966. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4357178>. Acesso em: 23 fev. 2020.

RIBEIRO, E. H. **A rivalidade e a cooperação nas relações China-Índia: o contexto asiático e o caso de Mianmar**, 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/132912>. Acesso em: 29 jun. 2020.

RIBEIRO, E. H. **A Grande Estratégia da Índia: ascensão de uma nova grande potência no século XXI**. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégico Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/196519>. Acesso em: 04 jul. 2020.

RIEDEL, B. **Avoiding Armageddon: America, India, and Pakistan to the brink and back**. Washington: Brookings Institution Press, 2013.

RIZVI, G. The rivalry between India and Pakistan. In: BUZAN, B.; RIZVI, G. (org.) **South Asian insecurity and the Great Powers**. New York: Palgrave Macmillan, 1986, p. 96-126.

ROBINSON, T. W. The Soviet Union and Asia in 1981. **Asian Survey**, v. 22, n. 1, p. 13-32, 1982. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2643707>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ROTHERMUND, D. India and the Soviet Union. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**. New York: Sage, 1969 p.78–88. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i242998>. Acesso em: 23 fev. 2020.

SAEED, F.L. **Indo-soviet relations: a study of Nehru's diplomacy**. Tese apresentada no curso de Pós-Graduação em Ciência Política na Aligarh Muslim University, Aligarh, Índia, 2003. Disponível em: <http://ir.amu.ac.in/894/1/T%206144.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

SAGAR, R. State of mind: what kind of power will India become? **International Affairs**, v. 85, n. 4, p. 801-816, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2346.2009.00828.x>. Acesso em: 05 ago. 2020.

SARILA, N. S. **The shadow of the Great Game**: the untold story of India's partition. New Delhi: Haper Collins Publisers India, 2005.

SCHOFIELD, V. **Kashmir in conflict**: India, Pakistan and the unending war. London: Palgrave Macmillan, 2003.

SETH, S. P. Russia's role in Indo-Pak politics. **Asian Survey**, v. 9, n. 8, p. 614-624, 1969. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2642428>. Acesso em: 23 fev. 2020.

SETH, S. P. The Indian sub-continent: new power equations. **Australian Outlook**, v. 26, n. 3, p. 306-314, 1972. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/10357717208444449>. Acesso em: 23 fev. 2020.

SIMON, S. W. The Kashmir dispute in Sino-Soviet perspective. **Asian Survey**, v. 7, n. 3, p. 176-187, 1967. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2642236>. Acesso em: 23 fev. 2020.

SIMON, S. W. China, the Soviet Union, and the Subcontinental Balance. **Asia Survey**, v. 13, n. 7, p. 647-658, 1973. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2642703>. Acesso em: 23 fev. 2020.

SINGH, D. Indo-U.S. Relations. **International Journal of Politics**, v. 4, n. 3, p. 100-114, 1974. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27868805>. Acesso em: 09 dez. 2019.

SINGH, Z. D. **Power and diplomacy**: India's foreign policies during the Cold War. New Delhi: Oxford University Press, 2019.

STOBDAN, P. The Afghan conflict and regional security. **Strategic Analysis**, v. 23, n. 5, p. 719-747, 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09700169908455080>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SUBRAHMANYAM, K. The Indian Nuclear Explosion and its Impact on Security. **India Quarterly**, v. 30, n. 4, p. 24-261, 1974. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/097492847403000402>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SWAMI, P. **India, Pakistan and the secret jihad**: the covert war in Kashmir, 1947-2004. New York: Routledge, 2007.

TALBOT, I. **Pakistan**: A Modern History. London: Hurst, 2009.

THAKUR, R. India and the Soviet Union conjunctions and disjunctions of interests. **Asian Survey**, v. 31, n. 9, p. 826-846, 1991. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2645298>. Acesso em: 20 ago. 2020.

THAKUR, R.; THAYER, C. A. **Soviet relations with India and Vietnam**. New York: Palgrave Macmillan, 1992.

VAIDYANATH, R. Some recent trends in Soviet policies towards India and Pakistan. **International Studies**, v. 7, n. 3, p. 429–447, 1965. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002088176500700303>. Acesso em: 23 fev. 2020.

WALSH, J. **A brief history of India**. New York: Infobase Publishing, 2006.

WARIAVWALLA, B. K. The Indo-Soviet treaty: the subcontinent reconstructed. **The Round Table: The Commonwealth Journal of International Affairs**, v.62, n.246, p. 199-208, 1972. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00358537208453019>. Acesso em 23 fev. 2020.

WILKINSON, S. I. **Army and nation: the military and Indian democracy since independence**. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

WYNBRANDT, J. **A brief history of Pakistan**. New York: Infobase Publishing, 2009.

YESILBURSA, B. K. **The Baghdad Pact: anglo-american defence policies in the Middle East, 1950-1959**. New York: Frank Cass, 2005.

YOUNG, S. M. Gorbachev's Asian policy: balancing the new and the old. **Asian Survey**, v. 28, n. 3, p. 317-339, 1988. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2644490>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ANEXO A – TRATADO INDO-SOVIÉTICO DE PAZ, AMIZADE E
COOPERAÇÃO

434

**TREATY¹ OF PEACE, FRIENDSHIP AND
COOPERATION BETWEEN THE
GOVERNMENT OF INDIA AND
THE GOVERNMENT OF THE
UNION OF SOVIET SOCIALIST
REPUBLICS**

New Delhi, 9 August 1971

DESIROUS of expanding and consolidating the existing relations of sincere friendship between them,

BELIEVING that the further development of friendship and cooperation meets the basic national interests of both the States as well as the interests of lasting peace in Asia and the world,

DETERMINED to promote the consolidation of universal peace and security and to make steadfast efforts for the relaxation of international tensions and the final elimination of the remnants of colonialism,

UPHOLDING their firm faith in the principles of peaceful coexistence and cooperation between States with different political and social systems,

CONVINCED that in the world today international problems can only be solved by cooperation and not by conflict,

REAFFIRMING their determination to abide by the purposes and principles of the United Nations Charter,

The Republic of India on one side,

AND

The Union of Soviet Socialist Republics on the other side,

1. Came into force on 18 August 1971.

USSR Peace & Friendship 9 Aug. 1971 63

HAVE decided to conclude the present Treaty, for which purpose the following Plenipotentiaries have been appointed :

On behalf of the Republic of India :

SARDAR SWARAN SINGH,
Minister of External Affairs,

On behalf of the Union of Soviet Socialist Republics :

Mr. A. A. GROMYKO,
Minister of Foreign Affairs,

WHO, having each presented their Credentials, which are found to be in proper form and due order,

HAVE AGREED AS FOLLOWS :

Article I

The High Contracting Parties solemnly declare that enduring peace and friendship shall prevail between the two countries and their peoples. Each Party shall respect the independence, sovereignty and territorial integrity of the other Party and refrain from interfering in the other's internal affairs. The High Contracting Parties shall continue to develop and consolidate the relations of sincere friendship, good neighbourliness and comprehensive cooperation existing between them on the basis of the aforesaid principles as well as those of equality and mutual benefit.

Article II

Guided by the desire to contribute in every possible way to ensure enduring peace and security of their people, the High Contracting Parties declare their determination to continue their efforts to preserve and to strengthen peace in Asia and throughout the world, to halt the arms race and to achieve general and complete disarmament, including both nuclear and conventional, under effective international control.

Article III

Guided by their loyalty to the lofty ideal of equality of all Peoples and Nations, irrespective of race or creed, the High Contracting Parties condemn colonialism and racialism in all forms and manifestations, and reaffirm their determination to strive for their final and complete elimination.

The High Contracting Parties shall cooperate with other States

64 INDIA Bilateral Treaties and Agreements, Volume 7

to achieve these aims and to support the just aspirations of the peoples in their struggle against colonialism and racial domination.

Article IV

The Republic of India respects the peace loving policy of the Union of Soviet Socialist Republics aimed at strengthening friendship and co-operation with all nations.

The Union of Soviet Socialist Republics respects India's policy of non-alignment and reaffirms that this policy constitutes an important factor in the maintenance of universal peace and international security and in the lessening of tensions in the world.

Article V

Deeply interested in ensuring universal peace and security, attaching great importance to their mutual cooperation in the international field for achieving those aims, the High Contracting Parties will maintain regular contacts with each other on major international problems affecting the interests of both the States by means of meetings and exchanges of views between their leading statesmen, visits by official delegations and special envoys of the two Governments, and through diplomatic channels.

Article VI

Attaching great importance to economic, scientific and technological co-operation between them, the High Contracting Parties will continue to consolidate and expand mutually advantageous and comprehensive co-operation in these fields as well as expand trade, transport and communications between them on the basis of the principles of equality, mutual benefit and most-favoured-nation treatment, subject to the existing agreements and the special arrangements with contiguous countries as specified in the Indo-Soviet Trade Agreement of December 26, 1970.

Article VII

The High Contracting Parties shall promote further development of ties and contacts between them in the fields of science, art, literature, education, public health, press, radio, television, cinema, tourism and sports.

Article VIII

In accordance with the traditional friendship established between

the two countries each of the High Contracting Parties solemnly declares that it shall not enter into or participate in any military alliance directed against the other party.

Each High Contracting Party under-takes to abstain from any aggression against the other Party and to prevent the use of its territory for the commission of any act which might inflict military damage on the other High Contracting Party.

Article IX

Each High Contracting Party undertakes to abstain from providing any assistance to any third party that engages in armed conflict with the other Party. In the event of either Party being subjected to an attack or a threat thereof, the High Contracting Parties shall immediately enter into mutual consultations in order to remove such threat and to take appropriate effective measures to ensure peace and the security of their countries.

Article X

Each High Contracting Party solemnly declares that it shall not enter into any obligation, secret or public, with one or more states, which is incompatible with this Treaty. Each High Contracting Party further declares that no obligation exists, nor shall any obligation be entered into, between itself and any other State or States, which might cause military damage to the other Party.

Article XI

This Treaty is concluded for the duration of twenty years and will be automatically extended for each successive period of five years unless either High Contracting Party declares its desire to terminate it by giving notice to the other High Contracting Party twelve months prior to the expiration of the Treaty. The Treaty will be subject to ratification and will come into force on the date of the exchange of Instruments of Ratification which will take place in Moscow within one month of the signing of this Treaty.

Article XII

Any difference of interpretation of any Article or Articles of this Treaty which may arise between the High Contracting Parties will be settled bilaterally by peaceful means in a spirit of mutual respect and understanding.

66 INDIA Bilateral Treaties and Agreements, Volume 7

The said Plenipotentiaries have signed the present Treaty in Hindi, Russian and English, all texts being equally authentic and have affixed thereto their seals.

DONE in New Delhi on the ninth day of August in the year one thousand nine hundred and seventy one.

On behalf of the
Republic of India

Sd/-
SARDAR SWARAN SINGH
Minister of External
Affairs.

On behalf of the Union of
Soviet Socialist Republics

Sd/-
A. A. GROMYKO
Minister of Foreign
Affairs.

Fonte: INDIA (1971).